

O CONTEXTUALISMO
NA FILOSOFIA DA LINGUAGEM
CONTEMPORÂNEA

ANA FALCATO

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Doutor em Filosofia, realizada sob a orientação
científica dos Professores António Marques e Charles Travis

Apoio financeiro da FCT e do FSE no âmbito do III Quadro Comunitário de
Apoio.

Junho de 2011

AGRADECIMENTOS

Não teria sido possível realizar esta dissertação sem uma articulação de apoios: científico, financeiro, institucional, afectivo.

Sem o investimento e a orientação científicos na minha formação dos Professores Charles Travis (Kings College/MLAG, FLUP) e António Marques (UNL/FCSH, IFL), eu não teria podido levar a cabo a investigação metódica da qual esta dissertação é o produto último.

Sem o apoio de uma Bolsa de Doutoramento concedida pela Fundação para a Ciência e para a Tecnologia (SFRH / BD / 35800 / 2007) não teria reunido os meios materiais necessários para a prossecução de uma investigação sólida que conduzisse à redacção da presente dissertação de doutoramento.

Sem a vinculação a um instituto científico de Excelência, como o Instituto de Filosofia da Linguagem, que me disponibilizou um acervo bibliográfico notável, um vivo espaço de debate com colegas investigadores e professores e o laço institucional importante para a abertura de uma carreira de investigação, tão pouco a presente dissertação teria sido factível.

Não fossem duas outras fontes directas de interlocução científica dentro da área de especialização deste trabalho e o produto final seria certamente mais lacónico: o Professor Ernest Lepore, da Universidade de Rutgers (RuCCS) e o Professor Fernando Ferreira, da FCUL, em duas participações no ArgLab do Instituto de Filosofia da Linguagem e respectivas sequências de debate de ideias.

Finalmente, sem a paciência aparentemente inesgotável da Fernanda Henriques e o afecto incondicional da Irene, esta tese não teria passado de projectos adiados.

Com a colaboração e o empenho de todas estas pessoas e das entidades mencionadas é que esta tese pôde chegar a bom porto.

RESUMO

O Contextualismo na Filosofia da Linguagem Contemporânea

Ana Falcato

Palavras-Chave: Ocasionalismo, Minimalismo Semântico, Proposição Mínima, *interface* Semântica/ Pragmática.

Esta dissertação discute um problema de Filosofia da Linguagem Contemporânea. O seu principal argumento responde à seguinte questão: qual é a importância que um *contexto conversacional* tem na determinação do significado e das condições de verdade das frases de uma língua natural que podem ser proferidas no seu interior?

Como resposta à questão, defende-se aqui uma *posição contextualista* sobre a interpretação de elocuições de frases-tipo de uma língua natural (como o Português), contra uma posição literalista como o Minimalismo Semântico. No fórum de discussão, uma “posição contextualista” defende a imprescindibilidade do conhecimento do contexto conversacional em que uma frase é ou pode ser proferida para a determinação do seu significado local e respectivas condições de verdade.

Com o fito de chegar a uma posição contextualista forte e sustentada, a dissertação está estruturada em quatro partes. O primeiro capítulo situa a origem do debate contextualismo/ anti-contextualismo na destituição da relação lógica de designação pelas *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein.

No segundo capítulo apresenta-se um quadro sinóptico de posições teóricas sobre a função do contexto na determinação do significado e condições de verdade de elocuições, entre o Literalismo e o Contextualismo Radical. Do lado literalista estão sobretudo propostas de adaptação da Semântica vero-condicional defendida por Davidson, articuladas com o trabalho de David Kaplan sobre Indexicais e Demonstrativos. Do lado do Contextualismo Radical estão projectos herdeiros da Filosofia do Wittgenstein das *Investigações Filosóficas* e da chamada “Filosofia da Linguagem Vulgar”, encimada por John Austin. A posição mais forte deste lado do espectro teórico defendida actualmente é o Ocasionalismo de Charles Travis.

O terceiro capítulo apresenta e refuta uma das mais fortes posições anti-contextualistas no actual debate: o Minimalismo Semântico. Os principais defensores desta posição são Cappelen e Lepore e Emma Borg.

No último capítulo é apresentada uma versão polémica de anti-contextualismo, o «Minimalismo sem Proposições Mínimas». Essa última posição Literalista sob análise constituirá apenas um ponto de viragem para o argumento contextualista aqui defendido. Detectada a “lacuna fundamental” do Minimalismo sem Proposição Mínimas, a dissertação termina com a defesa de um quadro contextualista radical: o Quadro Pragmático.

ABSTRACT

Contextualism in Contemporary Philosophy of Language

Ana Falcato

Keywords: Occasionalism, Semantic Minimalism, Minimal Proposition, Semantics/Pragmatics interface.

The current thesis is a discussion on a major topic in Contemporary Philosophy of Language, namely: what role does a *conversational context* bear on both the meaning and the determination of the truth-conditions of a natural language sentence as uttered within that context? This thesis offers a radical answer to that question. Its target is accomplished arguing for a *contextualist position* about utterance interpretation in a natural language such as Portuguese and against Semantic Minimalism, one of the leading Anti-Contextualist positions in the current debate. Within the debate, a Contextualist Position is meant to argue for the importance of knowing the context of utterance in determining meaning and the truth-conditions of an actual or possible token of a sentence-type.

In order to reach a strong and persuasive contextualist position, the thesis is structured in four chapters.

The first one locates the source of the contemporary Contextualist/Anti-contextualist debate in Wittgenstein's rebuttal of a logical model of designation for natural languages' simple terms in the *Philosophical Investigations*.

The second displays a synoptic overview of theoretical positions taking into account the role they ascribe to context in determining the meaning of utterances and their truth-conditions, from Literalism to Radical Contextualism. On the side of Literalism, there are several arguments exploring Davidson's Truth-Conditional Semantics project in connection with a Kaplanian model to interpret demonstratives and indexicals. On the side of Contextualism, we can count some projects heirs to the late Wittgenstein's or to Austin's Philosophy. The strongest position defended on the side of Contextualism is Travis's Occasionalism.

On the third chapter a presentation is followed by a refusal of the Semantic Minimalism argument, the view that extra-linguistic context has only a minimal effect on semantic content. Leading names associated with this argument are those from philosophers such as Cappelen and Lepore or Emma Borg.

Finally the last chapter displays a polemic view on Semantic Minimalism: what is called "Minimalism without Minimal Propositions". This last argument on Literalism is conceived as a turn to the contextualist position endorsed by the thesis. Once detected the main mistake on the "Minimalism without Minimal Propositions" picture, the thesis opens an entire space of reasons to a strong contextualist position: the Pragmatic Frame.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	ii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1: ORIGEM E ENQUADRAMENTO TEÓRICO DO PRINCIPAL PROBLEMA FILOSÓFICO – DA PRIMAZIA DA RELAÇÃO DE DESIGNAÇÃO À AMEAÇA DAS INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS	7
1.1. ALGUNS PRECEDENTES: FREGE SOBRE O SENTIDO E A REFERÊNCIA	8
1.2. <i>SINN</i> SEM <i>BEDEUTUNG</i> : FRACASSO OU REFORMULAÇÃO DA RELAÇÃO DE DESIGNAÇÃO?.....	13
1.3. SINOPSE DO PENSAMENTO DE WITTGENSTEIN SOBRE O QUE SÃO OBJECTOS, ATÉ AO <i>TRACTATUS LOGICO-PHILOSOPHICUS</i>	16
1.4. O QUE É UM NOME E COMO É QUE UM NOME DESIGNA UM OBJECTO NO <i>TRACTATUS</i> ?.....	19
1.5. A RESPOSTA DAS <i>INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS</i>	30
CAPÍTULO 2: UM QUADRO SINÓPTICO: DO LITERALISMO AO CONTEXTUALISMO RADICAL	46
2.1. DIFERENTES TIPOS DE CONTEXTO	47
2.2. AS PROPOSIÇÕES SÃO NECESSÁRIAS PARA DETERMINAR O CONTEÚDO SEMÂNTICO DAS FRASES	53
2.3. O QUE SÃO ENTENDIMENTOS	56
2.4. TESTES PARA VERIFICAR A SENSIBILIDADE CONTEXTUAL DE EXPRESSÕES SINGULARES E DE ELOCUÇÕES	62
2.4.1. PRIMEIRO TESTE: RELATOS INDIRECTOS DE DESCITAÇÃO INTERCONTEXTUAL [DI]	64
2.4.2. SEGUNDO TESTE: DESCRIÇÕES COLECTIVAS [DC]	67
2.4.3. TERCEIRO TESTE: DESCITAÇÃO INTERCONTEXTUAL COM USO E MENÇÃO [DIUM]	69
2.5. PROPOSIÇÕES MÍNIMAS OU OCASIÕES DE ELOCUÇÃO?	74
CAPÍTULO 3: MINIMALISMO E ANTI-MINIMALISMO SEMÂNTICOS: UM ESPECTRO TEÓRICO	79
3.1. ASSUMIR UMA POSIÇÃO NO ESPECTRO	80
3.2. MINIMALISMO SEMÂNTICO OUTRA VEZ	81
3.3. UMA HERANÇA FREGEANA	82
3.4. O MINIMALISTA E AS SUAS RAZÕES	85
3.4.1. ARGUMENTOS DE VARIAÇÃO DE CONTEXTO	85

3.4.2. ARGUMENTOS DE INCOMPLETUDE	86
3.5. DUAS ESTRATÉGIAS ANTI-MINIMALISTAS	88
3.5.1. RECANATI E O <i>QUADRO LITERALISTA</i>	88
3.5.2. PROCESSOS PRAGMÁTICOS PRIMÁRIOS	89
3.5.3. INDETERMINAÇÃO SEMÂNTICA	93
3.5.3.1. POR QUE É QUE ACEITAR A INDETERMINAÇÃO SEMÂNTICA IMPLICA REJEITAR AS PROPOSIÇÕES MÍNIMAS?	94
3.6. O ARGUMENTO OCASIONALISTA	98
3.7. O “PARADOXO DE TRAVIS”	104
CAPÍTULO 4: UM ESTRANHO COMPROMISSO SEMÂNTICO: O MINIMALISMO SEM PROPOSIÇÕES MÍNIMAS E A PRIMAZIA DAS INTENÇÕES COMUNICATIVAS	105
4.1. UMA SEMÂNTICA SEM PROPOSIÇÕES	106
4.2. UM CONTEÚDO PURAMENTE SEMÂNTICO	109
4.3. <i>QUERER DIZER O QUE SE DIZ</i> E AS INTENÇÕES COMUNICATIVAS	112
4.4. DICOTOMIA 1: IMPLICATURA/ IMPLICITURA CONVERSACIONAIS	115
4.5. DICOTOMIA 2: O QUE É DITO <i>VS</i> O QUE É COMUNICADO OU UMA ESQUIZOIDIA SEMÂNTICA-PRAGMÁTICA	121
CONCLUSÃO	130
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	134

INTRODUÇÃO

A presente dissertação está construída em torno da discussão de um problema teórico que pode ser formulado numa pergunta. Qual é a importância que um *contexto conversacional* tem na determinação do significado e do valor de verdade das frases que possam ser proferidas no seu interior?

É um facto empírico indisputável que os falantes de uma língua como o Português comunicam uns com os outros sem esforço, mediante a utilização de vocábulos e frases articuladas da língua natural que partilham. Também é relativamente indisputável que esse processo comunicativo é enquadrado por um ou vários contextos, que normalmente cooperam na construção do significado local das frases e expressões que os falantes podem usar para se fazerem entender pelos seus interlocutores.

Ao nível de um *estudo teórico sobre* esse processo de interlocução – normalmente fluente e bem sucedido entre falantes competentes de uma língua natural –, a função e importância do respectivo “contexto conversacional” pode tornar-se um foco de discórdia. Alguns autores defendem que os contextos conversacionais *são muito importantes* para determinar o significado das frases que os falantes podem proferir neles com êxito, bem como para decidir sobre a verdade ou falsidade dessas frases, ao abrigo dos contextos em que são proferidas. Outros autores defendem que os contextos conversacionais *não são assim tão importantes* para determinar nenhuma das duas coisas, quando se trata de estudar apenas o conteúdo das frases usadas pelos falantes e não o respectivo enquadramento contextual. Consoante os autores defendam mais uma ou outra das duas posições, as suas podem ser chamadas, respectivamente, “posições contextualistas” e “posições anti-contextualistas”.

O objectivo desta dissertação é a defesa sustentada de uma *posição contextualista* sobre a interpretação de espécimes ou elocuições de frases-tipo de uma língua natural como o Português e a própria estrutura “narrativa” da dissertação representa o caminho de pensamento que desemboca naquela posição. Tendo em conta esse objectivo, a dissertação está formal e significativamente estruturada em quatro partes.

A base do argumento que vai ser construído com o fito de extrair dele uma posição contextualista é a destituição do *modelo lógico de designação* (de um objecto simples por um

nome), uma herança fregeana no *Tractatus Logico-Philosophicus* e denunciada pelas *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein. Em concordância com esta estratégia argumentativa, subintitulámos o CAPÍTULO 1 da dissertação “Da Primazia da Relação de Designação à Ameaça das *Investigações Filosóficas*”.

A crítica wittgensteiniana destitui qualquer quadro teórico que assente numa determinação composicional das condições de verdade de uma frase e ao abrigo do qual o significado de uma frase declarativa seja meramente construído a partir dos referentes das respectivas partes constituintes.

Os primeiros cerca de 87 parágrafos das *Investigações Filosóficas* constituem uma forma não sistemática de *rejeição* da seguinte tese: o significado de uma expressão simples numa língua natural é dado pela adscrição de um referente ou entidade extra-linguística à dita expressão. Aos nomes seriam adscritos objectos, aos termos predicativos propriedades ou conjuntos de objectos e uma construção sujeito-predicado seria associada com uma regra semântica que determinasse as respectivas condições de verdade com base nos significados convencionalmente atribuídos ao sujeito e ao predicado da construção, mais a respectiva forma de articulação sintáctica.

Defendemos que uma posição contextualista sustentada deve partir dessa rejeição. A partir daqui não é apenas o caso que referência e condições de verdade – mesmo de uma frase declarativa – não possam ser adscritas às expressões simples e às frases de uma linguagem dissociadas dos respectivos potenciais de uso, mas sobretudo que as condições de aplicação e correcção dos mesmos vocábulos e expressões complexas numa linguagem são altamente variáveis através de distintos contextos conversacionais.

Uma vez justificada a identificação da origem da posição contextualista, prosseguimos no CAPÍTULO 2 com a exposição e análise de um “quadro sinóptico” ou do que, mais adiante, chamaremos um “espectro teórico”. Esse “espectro” está determinado em função de uma escala que atribui ao *contexto de elocução* em que um espécime de uma frase-tipo pode ser proferido diferentes níveis de importância, quanto à especificação do conteúdo da frase proferida ou às respectivas condições de verdade. Num extremo do espectro encontramos uma posição Literalista e no extremo oposto do espectro um argumento radical que defende a imprescindibilidade dos contextos de elocução (ou “ocasiões de fala”) para a determinação do conteúdo situado das elocuções.

As variantes da posição Literalista, não obstante reconhecerem o carácter não eliminável da dependência contextual que afecta classes de expressões de uma língua

natural – como sejam termos indexicais, demonstrativos ou expressões de conteúdo relativo – defendem que são *as frases-tipo* formuláveis numa linguagem (e não os respectivos espécimes ou elocuições) que expressam conteúdos em contextos descontínuos. O ponto de apoio mais forte de uma posição Literalista é a cisão classificativa entre a *noção semântica* do conteúdo de uma frase-tipo e a *noção pragmática* do conteúdo da mesma num acto de fala específico em que a frase é ou pode ser proferida. Se são as convenções linguísticas e o significado literal das frases-tipo que fixam o respectivo conteúdo semântico num contexto de elocução particular, são as intenções comunicativas ou o “significado do falante” e as intuições interpretativas de ouvinte ou interlocutor que determinam o respectivo conteúdo pragmático no acto de fala sob análise.

A posição Ocasionalista – cunhada e defendida sistematicamente por Charles Travis –, que ocupa o extremo oposto do espectro, liga de forma inextricável o *significado* de expressões simples e complexas de uma língua natural aos diferentes contextos de elocução ou “ocasiões de fala” – reais ou hipostasiados – em que as primeiras podem ser proferidas como partes constituintes das segundas, ou seja, em que vocábulos ou expressões predicativas constituem partes de elocuições de frases. Na medida em que não prescinde de “ocasiões de fala” ou contextos de elocução no processo de determinação do conteúdo de frases localmente proferidas, o argumento ocasionalista destitui de plausibilidade um tipo de *conteúdo semântico puro* dissociado do enquadramento espaço-temporal em que se pode obter. Por tudo isto é que o seu principal alvo crítico é um modelo vero-condicional de Semântica – tal como foi proposto e defendido por Donald Davidson nos anos 60 do passado século – em que as condições de verdade das frases de uma língua natural se possam determinar recursivamente em função dos significados das partes constituintes e da respectiva disposição sintáctica. A forma argumentativa sistematicamente utilizada pelo ocasionalista para demonstrar a inviabilidade de uma semântica vero-condicional para as línguas naturais é um “método ficcional” de descrição de ocasiões de fala com elocuições de frases-tipo integradas.

No CAPÍTULO 3 reforçaremos a análise do “espectro teórico” de posições definidas em função da importância dos contextos de elocução em que frases de uma língua natural são ou podem ser proferidas para a determinação dos respectivos conteúdos.

Para o escalonamento de diferentes posições dentro do espectro, adicionámos um critério: a relevância da Proposição Mínima (ou conteúdo semântico puro) na determinação de um suposto conteúdo transversal e comum a todas as elocuições possíveis de uma mesma frase-tipo. As posições teóricas que aceitam a credibilidade das Proposições

Mínimas ou mesmo defendem a sua imprescindibilidade no processo de interpretação de elocuções são chamadas *Minimalistas*. O termo foi cunhado por François Recanati, a partir de uma alusão à dicotomia griceana *what is said/ what is implicated*. Para Grice aquilo que distingue as implicaturas conversacionais do conteúdo semântico de uma elocução é o facto deste último conteúdo ser decalcado do significado convencional da frase proferida. Esse decalque ou associação estrita de conteúdos pode ser construído de forma mais ou menos estanque. A posição Minimalista concebe o conteúdo semântico de uma elocução ou o respectivo *what is said* como um conteúdo muito próximo do significado convencional da frase-tipo correspondente (a separação entre conteúdo semântico e significado convencional é *mínima*).

Para um defensor do Minimalismo Semântico, a interpretação de elocuções de uma frase-tipo só se separa do significado convencional desta última – computando informação contextual no respectivo processo interpretativo – na medida em que o próprio significado convencional da frase seja insuficiente para determinar um conteúdo proposicional completo. Se a frase sob análise for semanticamente incompleta ou indeterminada justifica-se a inclusão de informação contextual no processo interpretativo. É esse o modelo de interpretação de elocuções de frases com *demonstrativos* ou expressões *indexicais*. E é esse o único modelo interpretativo que o Minimalista Semântico considera relevante para a determinação do valor de expressões claramente sensíveis ao contexto de elocução. Por causa desta ordem de razões é que o único tipo de contexto considerado relevante por aquela proposta teórica na determinação do conteúdo de elocuções é o “contexto linguístico” ou o chamado “contexto em sentido estrito” [*narrow context*].

Tendo em conta o novo critério introduzido para classificar posições ao longo do espectro Minimalismo/Anti-Minimalismo Semântico, será importante diagnosticar uma divergência de posições dentro do próprio campo contextualista. Trata-se de especificar, no espaço de razões de diferentes argumentos contextualistas, a função teórica da proposição ou conteúdo semântico Mínimos.

Na proposta contextualista defendida por Recanati – denominada “Composição Pragmática” –, a Proposição Mínima decalcada do significado literal de uma elocução de uma frase-tipo, mesmo se não desempenha uma função explicativa no processo interpretativo, tem pelo menos uma função *contrafactual*. De acordo com o próprio jargão de Recanati, a Proposição Mínima seria o putativo conteúdo semântico de uma elocução, caso nenhum processo de modulação sobre os significados locais das expressões simples da elocução e, sobretudo, da respectiva organização composicional, tivesse lugar. Em

contrapartida, veremos no CAPÍTULO 3 da presente dissertação como o argumento ocasionalista opera sobre a própria definição de “Proposição Mínima” uma *reductio ad absurdum*, desembocando numa espécie de paradoxo. A noção de Proposição Mínima é totalmente destituída de sentido.

O último ponto da dissertação, o CAPÍTULO 4, parece constituir um recuo na argumentação desenvolvida até ali. Mas essa aparência, como quase todas as aparências, é ilusória e a consistência do último ponto da dissertação com a restante “sequência narrativa” facilmente se detecta.

Chamámos à última posição teórica apresentada, que ainda se pode articular com o critério introduzido no CAPÍTULO 3 (o critério da Proposição Mínima ou do conteúdo semântico puro), o *Minimalismo sem Proposições Mínimas*. O principal proponente desta versão de Minimalismo Semântico é Kent Bach. A posição do Minimalismo sem Proposições Mínimas confirmou-se como um bom interlocutor da presente exposição por ter um ponto de contacto interessante com o argumento ocasionalista. Tal como o argumento ocasionalista, o Minimalismo sem Proposições Mínimas é uma proposta *anti-proposicionalista*. A mais-valia do argumento apresentado no CAPÍTULO 4 desta dissertação é a rejeição do “adágio escolar” que afirma que uma frase sintacticamente bem formada expressa um pensamento ou proposição completos. O Minimalista sem Proposições Mínimas prescinde de uma adscrição de conteúdo proposicional às frases-tipo de uma língua natural só por estas serem sintacticamente completas, mesmo que esse conteúdo seja um conteúdo “mínimo”.

Radizando o seu argumento numa dissociação asséptica de Semântica e Pragmática, o proponente deste novo tipo de Minimalismo defende a atribuição de um “conteúdo semanticamente puro” a elocuições descontínuas de frases-tipo – conteúdo esse que não tem por que ser proposicional, em casos de frases semanticamente incompletas mas sintacticamente bem formadas. O suposto “conteúdo semanticamente puro” de elocuições pode não constituir mais do que um “esquema” ou “esqueleto proposicional”, para o defensor do Minimalismo sem Proposições Mínimas. Coetâneo com esse conteúdo semântico (puro) é um tipo de *conteúdo pragmático enriquecido*, resultado interpretativo de um acto efectivo de elocução, em que o dito esqueleto proposicional pode derivar numa proposição mínima ou não-mínima.

Dissonante com qualquer forma de posição contextualista, esta versão de Minimalismo não reconhece nos contextos de elocução o reduto de informação necessária

para completar os esquemas ou esqueletos proposicionais até à possível obtenção de um pensamento completo. Para o Minimalista sem Proposições Mínimas essa é uma incumbência das intenções comunicativas do falante e respectiva inferência numa plataforma de interlocução.

A *lacuna fundamental* que terá de ser denunciada nesta alternativa minimalista reside na esquizoidia de concepção do *interface* entre informação semântica e informação pragmática. É só por causa dessa esquizoidia de concepções e assumida uma definição *trivializada* de Pragmática que o Minimalismo sem Proposições Mínimas pode parecer uma versão aceitável de Minimalismo.

Analisado em profundidade, a partir de dentro do próprio quadro teórico em que se constitui, o suposto anti-proposicionalismo do Minimalista sem Proposições Mínimas não é mais do que uma transferência do processo de extracção da Proposição Mínima para o fórum da interpretação pragmática e a própria noção de “conteúdo semanticamente puro” assenta, primeiro numa multiplicação abusiva das supostas funcionalidades de uma elocução e, como consequência, numa alegada adscrição de conteúdo semântico a um tipo de entidade que não existe.

Uma vez justificada a refutação desta última versão de Minimalismo analisada, o encerramento da nossa argumentação é um resgate daquilo a que chamámos o “Quadro Pragmático”. O Quadro Pragmático é uma posição consonante com o argumento Ocasionalista, apresentado logo no CAPÍTULO 2 da dissertação. Aquilo que é defendido como o corolário destas duas posições contextualistas fortes é que, com base num quadrado de definições não-trivializadas quer de Semântica quer de Pragmática, é legítimo concluir que todas as questões semânticas ponderáveis na análise de elocuções de frases de uma língua natural *são questões pragmáticas*.

Estamos persuadidos que este é um caminho de pensamento que legitima a defesa sustentada de uma posição contextualista em Filosofia da Linguagem.

CAPÍTULO 1:

ORIGEM E ENQUADRAMENTO TEÓRICO DO PRINCIPAL PROBLEMA FILOSÓFICO:

DA PRIMAZIA DA RELAÇÃO DE DESIGNAÇÃO À AMEAÇA DAS *INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS*

1.1. ALGUNS PRECEDENTES:

FREGE SOBRE O SENTIDO E A REFERÊNCIA

Nas primeiras páginas de *Über Sinn und Bedeutung*¹, provavelmente o artigo mais discutido de G. Frege na contemporaneidade filosófica, está exposto um amplo espectro de problemas associados ao modo de um nome referir ou designar [*bedeuten*] um objecto. Esses problemas são despoletados pela análise de *frases de identidade*² e pela indagação quanto à natureza da identidade. Em USB (1892), Frege está disposto a considerar um modelo de resolução para este problema lógico, alternativo ao que apresentara no *Begriffsschrift* (1879).

Em USB, o problema é enunciado da seguinte forma:

«É [a igualdade] uma relação? Uma relação entre objectos? Ou entre nomes ou signos para objectos? [...] Se é o caso que devemos ver na igualdade uma relação entre o que é denotado pelos nomes “a” e “b”, então parece que $a=b$ não pode diferir de $a=a$, caso $a=b$ seja verdadeira. [...] O que se quer dizer com $a=b$ parece ser que os signos ou nomes “a” e “b” *denotam*³ o mesmo; sobre esses signos estaria a ser colocada a questão; uma relação entre os mesmos seria afirmada [pela igualdade]. Porém, essa relação apenas consiste numa relação entre nomes ou signos na medida em que estes nomeiam ou designam algo. Seria [uma relação] mediada pela ligação de cada um dos signos com um mesmo objecto designado.

[Pelo mesmo princípio, também] uma distinção só pode ter lugar, na medida em que à diferença entre os signos corresponda uma diferença no *modo de apresentação* dos objectos designados.

¹ FREGE, G. *Funktion, Begriff, Bedeutung – Fünf Logische Studien.*; “Über Sinn und Bedeutung”, 40/41. Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, Hrsg. Günther Patzig, 1994. Doravante referido através da sigla “USB”.

² Logo na primeira página de USB, Frege associa a relação de identidade lógica com o significado da igualdade matemática e, coerente com esse princípio, ao longo do artigo fala sempre de “Gleichheit” e não de “Identität”.

³ “Denotam”, neste ponto, e expressões verbais ou nominais correlatas em Português, corresponderão nesta tradução (da minha responsabilidade) e no corpo do texto, ao grupo semântico, em Alemão, associado com o verbo “bedeuten”. Não há consenso nem uniformidade na tradução destes termos em diferentes línguas, nomeadamente em Inglês. Normalmente traduzido apenas por “meaning”, um autor como Sainsbury opta por manter o original alemão – cuja expressão substantivada, “Bedeutung”, faz parte do título do artigo de Frege – ou adoptar, para a mesma palavra, o termo “referent”. Se seguissemos o princípio de desambiguação do polissémico termo inglês “meaning”, proposto por Sainsbury, optaríamos por traduzir “bedeuten” por *referir*.

Destaca-se do presente contexto que entendo aqui por “signo” e “nome” uma forma de designação representada por um nome próprio, cuja referência é um objecto determinado. [...] A designação de um único objecto tanto pode consistir em várias palavras como em outro tipo de signos. Por questões de economia, cada uma dessas formas de designação será chamada um *nome próprio*⁴.⁵

Propositadamente, não se incluiu neste trecho de tradução de USB a exposição directa de um corolário do problema filosófico da relação de designação *nome-objecto*, a que frequentemente se chama “O Puzzle de Frege”. A proposta de solução fregeana para o puzzle das frases de identidade é a chamada “teoria da referência indirecta” ou a postulação de instâncias teóricas intermédias entre um *objecto* e as respectivas “formas de apresentação” na linguagem e no pensamento, que sejam públicas e partilháveis: os *Sinnen*.⁶ No parágrafo que segue o supra-citado em USB, Frege introduz então a distinção entre *Sinn* e *Bedeutung* de um nome próprio (no trecho de tradução acima exposto ainda podemos notar a amplitude de tipos de expressões linguísticas que Frege contempla sob a classificação de “nome próprio”).

Frege parte do princípio de que podemos pensar na diferença conceptual que está a tentar estabelecer (entre *Sinn* e *Bedeutung* de um nome), pensando em frases de identidade. Qualquer que seja a natureza da identidade, alega Frege, “parece evidente” que uma afirmação de “a=a” diferirá de outra de “a=b”, em termos de “valor cognitivo”. Não é casual que Frege fale justamente em “valor cognitivo” [*Erkenntniswert*], uma vez que a primeira expressão tem a mera forma da lei da identidade – e, portanto, enquanto lei lógica, em princípio, não implica acréscimo de conhecimento –, «enquanto frases da forma a=b contêm muitas vezes uma forma valiosa de expansão dos nossos conhecimentos e nem sempre são passíveis de fundamentação *a priori*».⁷

O “Puzzle de Frege”, como Nathan Salmon (1986) chamou ao problema lógico que acabo de seguir pelo artigo de Frege, aduz uma nova complexidade filosófica à questão da identidade entendida de um ponto de vista lógico. Na seguinte medida: se o sinal convencional para expressar identidade (o sinal de igualdade, adoptado do cálculo

⁴ O sublinhado é meu.

⁵ FREGE, G., “Über Sinn und Bedeutung”, In *Funktion, Begriff, Bedeutung – Fünf Logische Studien*, 40/41. Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, Hrsg. Günther Patzig, 1994.

⁶ Tal como para a expressão *Bedeutung*, também existem diferentes soluções de tradução para o outro termo em alemão que compõe o título do artigo de Frege. Como a solução de Sainsbury para o termo *Bedeutung* me parece muito adequada, adoptarei uma solução equivalente para *Sinn* ou *Sinnen*: manter os termos alemães.

⁷ Idem, 40.

matemático) se pode interpretar como “é o mesmo que” ou “é igual a”, então, para ambas as frases (“ $a=a$ ” e “ $a=b$ ”) serem verdadeiras – e por causa do compromisso de Frege com princípios de composicionalidade, que mais adiante exporei –, aos signos “a” e “b” terá de corresponder o mesmo *Bedeutung* (referente). Quer dizer, se as duas frases são verdadeiras, é porque o referente das duas expressões simples é o mesmo – porém, vemos claramente que as correspondentes *formas de apresentação* dos dois pensamentos⁸ divergem.

O referente de “a” é o mesmo que o de “b”. Então, e dado o exemplo das duas fórmulas de identidade supra-mencionadas, é de supor que um nome (um “signo” [*Zeichen*] de um objecto na linguagem, por exemplo, “a” ou “b”) contribui com algo mais do que o respectivo referente no modo de apresentação [*Art des Gegebenseins*] do próprio referente.⁹ A esse “modo de apresentação” do referente chamará Frege o *Sinn* do signo que introduz o objecto linguisticamente.

⁸ A posição de Frege, em USB, é que toda a frase (declarativa) expressa um Pensamento, o correspondente *Sinn*. «Bisher sind Sinn und Bedeutung nur von solchen Ausdrücken, Wörtern, Zeichen betrachtet worden, welche wir *Eigennamen* genannt haben. Wir fragen nun nach Sinn und Bedeutung eines ganzen Behauptungssatzes. Ein solcher Satz enthält einen *Gedanken*», in Frege, op. Cit., USB, p. 46.

⁹ Este pode ser um dos mais ardilosos problemas da semântica fregeana. Na classificação fregeana “ortodoxa”, uma frase *expressa* um *pensamento* (que é o respectivo *Sinn*) e *refere* um *valor de verdade* (o respectivo *Bedeutung*), o Verdadeiro ou o Falso. Todas as frases verdadeiras partilham um referente; o mesmo acontece com as frases falsas. As frases de identidade não são excepções a esta taxonomia, cujo ponto de apoio é o artigo sob análise, USB. Ora, Frege apercebe-se de que frases como “ $a=a$ ” e “ $a=b$ ”, se forem ambas verdadeiras, partilham um referente (o Verdadeiro) mas, quanto à “forma de apresentação” de um pensamento, as duas frases são diferentes. Justamente porque os respectivos referentes não divergem, algo “extra” terá de ser postulado ao significado das duas frases que possa explicar a diferença entre ambas. Esse componente “extra” do significado de uma expressão articulada, como uma frase, seria o *Sinn* da mesma (um *Pensamento*). Dado este procedimento, um tanto ou quanto arbitrário, de “postulação” de *Sinnen* no quadro teórico fregeano – ainda que se reconheça na estratégia um claro motivo explicativo (explicar em que é que divergem frases como “ $a=a$ ” e “ $a=b$ ”, cujas partes constituintes correspondem ponto por ponto em termos de *Bedeutung* ou referente) –, um autor como C.Travis (TRAVIS, 1998) pode alegar que os *Sinnen* são entidades teóricas residuais, que Frege só introduziu na sua teoria porque não foi capaz de se distanciar da grelha terminológica de USB – ou, no mínimo, de torná-la mais flexível, do ponto de vista da aplicação conceptual a instâncias linguísticas tão diferentes como um nome próprio, um predicado e uma frase ou enunciado assertivo.

A ideia mais forte será algo como isto. Há uma “inocência” teórica – para além da detecção de uma importante distinção conceptual – em assumir que um *nome próprio* como “Aristóteles” tem um *Sinn* para além de um *Bedeutung* (“o indivíduo Aristóteles” e a forma de apresentação ou de “introdução” do mesmo no pensamento ou na linguagem); que um predicado como “_é vermelho” expressa uma propriedade (a propriedade de “ser vermelho”, o respectivo *Sinn*) e refere um Conceito (o conceito de “vermelhidão” que, na terminologia de Frege, constituiria o respectivo *Bedeutung*). Esta “inocência” de distinções conceptuais perde-se quando Frege dá um último passo e, por fidelidade, quer à terminologia que está a estipular, quer a princípios de composicionalidade, defende que, tal como para nomes próprios e predicados, também as frases (declarativas) expressam um Pensamento (*Sinn*) e referem um Valor de Verdade (*Bedeutung*). O suposto “realismo” que devia estar do lado da referência acaba de extraviar-se. Por ordem de formulação, em USB, as duas questões mais intuitivas (cujas respectivas formulações já são suficientemente contra-intuitivas!) a respeito da referência de enunciados (frases assertivas), são as seguintes. 1.Como pode ser o caso que uma frase (em forma assertiva) *tenha uma referência*? E 2.Como pode ser o caso que todas as frases verdadeiras (e todas as frases falsas) partilhem a respectiva *referência*?

Nomes próprios¹⁰ diferentes são associados com *distintas formas de pensar* sobre um mesmo referente, um mesmo objecto. O exemplo de Frege foi tão explorado que se trivializou: a Estrela da Manhã, *Fósforo*, é pensada como “a última estrela a desaparecer com a aurora” e a Estrela da Tarde, *Héspero*, como “o primeiro corpo estelar que pode ser observado ao poente”. Qualquer dos nomes mencionados e ainda o nome *Vénus* são designações do planeta Vénus e, bem assim, distintas formas de apresentar (ou introduzir linguisticamente) aquele objecto.

Se, neste ponto, explicada a díade básica de noções lógicas que o artigo de Frege introduz (*Sinn/Bedeutung*) e iniciado o respectivo mecanismo explicativo, voltarmos às frases de identidade do início de USB, constatamos que Frege nos forneceu distinções conceptuais para pensar. Se um nome próprio como “Héspero”, de alguma forma “contém” um modo de apresentação de Vénus, que relaciona este planeta com “a Estrela da Tarde” e se o nome próprio “Fósforo”, por seu turno, “contém” outro modo de apresentação *do mesmo objecto* (o planeta Vénus), que o relaciona com a informação “a Estrela da Manhã”, destaca-se – a partir destas simples considerações – o carácter “não trivial” e informativo de uma frase (não de uma *fórmula* de identidade, mas de uma frase numa língua natural como o Português) como “Héspero é idêntico a Fósforo” e, em contrapartida, o carácter não informativo e meramente tautológico de uma frase como “Héspero é idêntico a Héspero”.¹¹

A introdução e manejo, na teoria fregeana, da noção de *Sinn*, ao mesmo tempo que respondem a um amplo espectro de problemas colocados por nomes co-referentes – que sairiam reforçados se apenas pudéssemos explicar questões de referência e atitudes proposicionais com base nos *Bedeutungen* de expressões simples e complexas –, criam um

¹⁰ Por questões de simplicidade, constância terminológica e fidelidade aos termos fregeanos, vamos continuar a usar a expressão “nome próprio” [*Eigenname*], termo que Frege utiliza em USB também para classificar descrições definidas ou enunciados compostos, ou seja, para expressões semanticamente complexas tanto como para signos simples, algo que será duramente criticada no início das *Investigações Filosóficas*.

¹¹ Uma vez que o meu caminho de pensamento neste trabalho passa por fazer uma análise específica da relação de “nomeação” ou designação, com vista a chegar à crítica wittgensteiniana a esse mesmo paradigma nas primeiras secções das IF, não me posso deter aqui sobre outras dificuldades importantes que a introdução fregeana da noção teórica de *Sinn* pretende resolver. Uma das mais importantes, em USB, é a das *atitudes proposicionais*. Se dois nomes como “Héspero” e “Fósforo” têm diferentes *Sinnen*, então é possível para um indivíduo racional acreditar, por exemplo, que Fósforo é visível, sem ter de acreditar que Héspero o seja (ou Vénus). Se apenas tivéssemos de computar *Bedeutungen* para a compreensão de nomes próprios (para Frege, também os enunciados assertivos constituem “nomes próprios”), ser-nos-ia difícil entender aquela diferença sem alegar irracionalidade ou qualquer tipo de omissão de verdade. Mas, se para além de *Bedeutungen*, diferentes nomes próprios podem (na verdade, para Frege, terão de) ser associados a diferentes “modos de apresentação” ou *Sinnen*, então a teoria comporta uma explicação para o fenómeno de que frases de crença contendo expressões co-referentes, mas com diferentes *Sinnen*, expressando crenças coetâneas de um mesmo sujeito, possam diferir em valor de verdade.

número considerável de “aporias derivadas” daquele modo razoável de considerar que deve coexistir, no símbolo, algo para além do objecto designado pelo mesmo.

A noção fregeana de *Sinn* desempenha várias tarefas distintas na respectiva Semântica. Em USB, Frege defenderá as seguintes posições fundamentais sobre a noção de *Sinn* de um signo linguístico, simples ou complexo:

1. O *Sinn* de um nome (signo linguístico) é apreendido por todo aquele que compreende o nome. Os *Sinnen* são públicos; é-lhes constitutiva uma certa «objectividade», que passa por que essas entidades teóricas não dependam de nenhum tipo de apreensão subjectiva, a ocorrer num dado momento, nem estejam “subjugadas” a uma determinada constituição psíquica.
2. Expressões com o mesmo *Sinn* partilham o respectivo *Bedeutung*.
3. Expressões com distintos *Sinnen* podem ou não ter o mesmo *Bedeutung*.
4. *Sinn* e *Bedeutung* de expressões compostas (frases e enunciados assertivos) são *determinados por e construídos a partir dos Sinnen e Bedeutungen* das respectivas partes constituintes.
5. Algumas expressões (simples ou compostas) têm um *Sinn* mas não têm *Bedeutung*.
6. O *Sinn* de uma frase (declarativa) é um pensamento.
7. Nos chamados “contextos opacos”, como nos relatos em discurso indirecto, uma expressão *refere* (portanto, tem como *Bedeutung*) o seu *Sinn* usual (i.e., o *Sinn* que a mesma expressão tiver em contextos não opacos).

Para efeitos de prossecução de uma reflexão crítica sobre as conclusões de Frege, será útil um comentário ao ponto 5 desta “lista” de teses, bastante mais amplo do que o disponibilizado pelo próprio USB.

1.2 ***SINN* SEM *BEDEUTUNG*: FRACASSO OU REFORMULAÇÃO DA RELAÇÃO DE DESIGNAÇÃO?**

Em USB, Frege reconhece a existência de termos linguísticos – simples ou complexos – que têm um *Sinn* mas aos quais, presumível ou demonstradamente, não corresponde nenhuma referência ou *Bedeutung* e analisa algumas consequências teóricas deste facto, ao abrigo da teoria da referência indirecta. Numa passagem de USB em que o fenómeno dos chamados “nomes vazios” é analisado, Frege escreve:

«A frase “Ulisses foi deixado na terra de Ítaca profundamente adormecido” tem claramente um *Sinn*. Porém, como é duvidoso que o nome “Ulisses” que nela aparece tenha uma referência, também o é que a própria frase tenha [uma referência]. O que, porém, é seguro, é que alguém que tome seriamente aquela frase por verdadeira ou por falsa tem de atribuir ao nome “Ulisses” uma referência e não apenas um *Sinn*, uma vez que é justamente da referência daquele nome que se afirma ou nega um predicado. Quem não reconheça uma *referência* [para o nome próprio] não poderá afirmar ou negar do mesmo um predicado».¹²

A partir daqui o raciocínio de Frege conduzi-lo-á a afirmar que o facto de alguns signos linguísticos terem um *Sinn* mas não um *Bedeutung* (referente) tem diferentes implicações em casos de *Eigennamen* simples ou complexos – não poderemos deixar de ter em conta que Frege também afirma de uma frase completa em modo declarativo que é um nome próprio, o nome de um Pensamento. Vejamos: dado o compromisso que Frege assume com princípios de composicionalidade (que aplica quer a *Sinnen* quer a *Bedeutungen*), o *Sinn* de uma frase declarativa, por exemplo, é obtido a partir dos *Sinnen* das respectivas partes componentes (nomes e predicados).

Como o *Sinn* de uma expressão é definido como “forma de apresentação” ou “modo de pensar” num dado objecto, e o significado da composicionalidade em enunciados declarativos é o respectivo *Sinn* [um Pensamento] ser construído a partir da combinação semântica dos *Sinnen* das suas partes simples, a “soma articulada” final, que constituísse o *Sinn* de uma frase, por exemplo, não teria de corresponder a uma *forma unificada* de apresentar um objecto num pensamento. Este corolário da composicionalidade semântica é tanto mais problemático quanto haja partes do enunciado às quais não corresponde nenhum referente, como no caso do nome “Ulisses”, na frase “Ulisses foi deixado na terra de Ítaca profundamente adormecido”.

¹² Idem, p. 47.

Naturalmente, os problemas semânticos que um compromisso com princípios de composicionalidade coloca a um enunciado não se aplicam aos termos significativos mais simples, isto é, aos nomes próprios, num entendimento mais estrito dos mesmos, ou seja, como termos singulares. Por exemplo, num nome como “Ulisses”, a única característica semântica é a respectiva associação com o “modo de apresentação” de um objecto. Se tal objecto não existe (isto é, se o nome não tem referência), mas o símbolo continua a ter um *Sinn*, provavelmente teremos que adaptar o respectivo modo de apresentação de um (suposto) objecto a um modelo *figurativo* para o mesmo. Pode haver diferentes formas de representar “Ulisses” ainda que o nome não tenha um referente, da mesma forma que dispomos de representações de unicórnios, mesmo se não existem – nem existiram – unicórnios. Ao recorrer à frase que contém o nome vazio “Ulisses”, Frege poderia querer defender uma posição de compromisso com a tese negativa sobre os nomes vazios, assegurando que a linguagem dispõe de “modos de apresentação” ou formas de pensar num “quasi-objecto”, mesmo quando ao respectivo modo de apresentação não corresponde nenhum objecto (ou seja, quando temos uma expressão que tem um *Sinn*, mas não tem *Bedeutung*). Para questões “estéticas”, defende Frege, esse modelo “figurativo” é suficiente.

Porém, o objectivo deste ponto da argumentação em USB é afirmar que *um enunciado* (uma frase como a citada no parágrafo anterior, mesmo se contém um nome vazio) *tem um valor de verdade como respectivo referente*. O ponto do argumento de Frege é que se passa do *Sinn* ao *Bedeutung* de um enunciado quando estamos interessados na *verdade* do mesmo. Frege afirma que, se no curso de uma investigação de cunho científico indagamos da verdade ou da falsidade de um enunciado, então partimos do pressuposto (mais uma vez por compromisso com princípios de composicionalidade, mas agora respeitantes ao *Bedeutung* de um enunciado) de que cada expressão simples [nomes, predicados] que o compõe tem um referente [objectos, propriedades].

Este “salto” na argumentação leva Frege a concluir que *tem de haver* uma conexão entre os referentes das partes de um enunciado e a respectiva verdade ou falsidade do mesmo. Se a verdade ou falsidade de um enunciado é determinada pela “soma composicional” dos referentes das partes do mesmo, então devemos assumir que a verdade ou falsidade (“o Verdadeiro” ou “o Falso”, como lhes chama Frege) é o que deve contar como referente [*Bedeutung*] do próprio enunciado.

Posto isto, o que acontece, então, como uma frase como “Ulisses foi deixado na terra de Ítaca profundamente adormecido”, que contém um *Eigenname* ao qual,

presumivelmente, não corresponde nenhum *Bedeutung*? Assumido o compromisso com a composicionalidade de referentes, Frege é forçado a concluir que, qualquer enunciado que contenha qualquer nome próprio ao qual, tal como ao nome “Ulisses”, possamos pensar que não corresponde nenhum referente, não terá, o próprio enunciado, referente – portanto, não será verdadeiro nem falso:

«A frase: “Ulisses foi deixado na terra de Ítaca profundamente adormecido” tem claramente um *Sinn*. Mas como é duvidoso que o nome “Ulisses”, que nela figura, tenha um *Bedeutung*, é igualmente duvidoso que a frase completa tenha um [*Bedeutung*]». ¹³

Talvez o aspecto mais notável deste ponto da argumentação de USB seja a clara demarcação que Frege estipula entre “Composicionalidade de *Sinnen*” e “Composicionalidade de *Bedeutungen*”. Frege conclui que, se algo pode contar como *Bedeutung* de enunciados, terá de ser o Verdadeiro ou o Falso – em todo o caso, concebidos como “objectos”: os “objectos” resultantes da composicionalidade de *Bedeutungen* e, dada a bivalência que o argumento de Frege pressupõe, o Verdadeiro será o *Bedeutung* de todas as frases verdadeiras e o Falso o *Bedeutung* de todas as frases falsas. Porém, “Composicionalidade de *Sinnen*” e “Composicionalidade de *Bedeutungen*” não se justapõem, já que uma frase como a supracitada de USB pode ou não ter referência – uma vez assumido um compromisso com a composicionalidade dos referentes e anotada a plausibilidade de que “Ulisses” seja um nome vazio – mas, para Frege, o Pensamento expresso pela mesma (obtido a partir da composicionalidade dos *Sinnen* das respectivas partes simples) não varia em qualquer tipo de interpretação da frase (seja para “fins estéticos” ou “científicos”), quer o nome “Ulisses” tenha ou não *Bedeutung*.

1.3 SINOPSE DO PENSAMENTO DE WITTGENSTEIN SOBRE O QUE SÃO OBJECTOS, ATÉ AO *TRACTATUS LOGICO-PHILOSOPHICUS*

¹³ Idem, 47.

A maneira de Wittgenstein conceber que classes de coisas contariam como “objectos”, desde 1913 até 1918 (o ano em que o *Tractatus Logico-Philosophicus* é concluído) não apresenta constância teórica. No *Tractatus* temos a seguinte esquematização da capacidade de representação do mundo pela linguagem: a linguagem pode representar a realidade¹⁴ porque há *frases elementares* que constituem meras totalidades de *signos simples* (os nomes) que são mandatários, nas mesmas, de objectos (simples), cuja totalidade de combinações actuais constitui o próprio mundo.

A um nível importante de definição e, sobretudo, de identificação, Wittgenstein subtrai-se a dizer o que é um objecto ou qual é a natureza destas entidades simples. Há, porém, uma questão marginal a esta que parece ter assumido um carácter quase obsessivo na evolução dos trabalhos lógicos de Wittgenstein até ao *Tractatus*¹⁵, a saber: devemos contar entre os objectos – enquanto as entidades mais simples que constituem a substância do mundo – *qualidades* e *relações* (um equivalente ontológico aos *conceitos* de Frege, conforme caracterizados em *Über Begriff und Gegenstand*)?

Nos termos da discussão que ocupou os pensadores medievais, devemos considerar a posição de Wittgenstein como “realista” ou “nominalista” no que respeita a qualidades e relações? Em termos meramente esquemáticos, uma posição *realista* defenderia a existência de universais, como qualidades e relações, no sentido de também as contar como objectos; uma posição *nominalista* negaria a existência factuel de qualidades e relações, explicando a menção linguística das mesmas como formas de caracterização dos próprios objectos simples.

Wittgenstein não manteve uma posição teórica constante relativamente a esta questão, mesmo depois do *Tractatus*. Em 1913 escreve:

«I have changed my views on “atomic” complexes: I now think that qualities, relations (like love) etc., are all copulae!»¹⁶

Em 1915, porém, parece ter mudado de ideias:

¹⁴ *Wirklichkeit* – no *Tractatus*, Realidade e Mundo são caracterizados, respectivamente, como *o conjunto de estados de coisas que soma os estados de coisas* (combinações articuladas de objectos) *actuais aos possíveis* e *o conjunto dos estados de coisas actuais* (a Realidade, portanto, contém o Mundo).

¹⁵ Muito especialmente em *Notes on Logic* (1913) – vide REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

¹⁶ CL: 24

«Relations and properties, etc. are *objects* too».

E já em 1930, como suposta explicação da proposição **2.01** do *Tractatus* («O estado de coisas é uma ligação de objectos (coisas)»), escreve:

«Objects etc., is here used for such things as a colour, a point in visual space, etc. “Objects” also include relations; a proposition is not two things connected by a relation. “*Thing*” and “*relation*” are on the same level. The objects hang as it were in a chain».

A posição wittgensteiniana que se pretende aqui explicitar e cotejar com a de Frege será, em última instância, a do *Tractatus*. Parece, porém, relevante atender ao facto de que a posição de Wittgenstein a respeito do tipo de “entidades” a que correspondem *propriedades* e *relações* e o correspondente correlato linguístico de expressões de predicados – mesmo após o *Tractatus* e, supostamente, como explicação daquele – nunca foi uniforme.

Em 1913, Wittgenstein defende que «qualidades e relações não são objectos», mas “cópulas”, ou seja, correspondem às partículas de ligação entre nomes nas frases (como o “cimento” que liga estes, para obter proposições com sentido). Antes do *Tractatus* parece, portanto, mais próximo de uma visão nominalista, na qual, em última análise, os sinais de predicados seriam dispensáveis, enquanto supostos mandatários na proposição de um tipo de entidades que Wittgenstein afirma não existirem (qualidades e relações). Porém, dois anos mais tarde e ainda muito tempo depois do *Tractatus* – como suposta explicação de uma tese daquele – Wittgenstein parece ter estipulado que qualidades e relações *também são objectos*.

O aspecto mais estranho desta oscilação na posição de Wittgenstein a respeito da existência ou não existência de universais é, sem dúvida, a tese defendida em 1930 – como suposta explicação de **2.01** –, porque Wittgenstein se auto-contradiz.

Em TLP, **3.1432**, lê-se:

«Não é: “O signo complexo “aRb” diz que *a* está na relação R com *b*”; mas: *Que* “a” está na citada relação com “b”, diz que aRb».

Uma interpretação plausível para esta proposição do *Tractatus* parece ser a de que **3.1432** defende que o signo “R” não funciona como *o nome da relação* R entre os objectos “a” e “b”, representando-a; mas é antes uma maneira em que *a* e *b* se podem relacionar. Quer dizer: “R” não deveria ser interpretado como uma letra de predicado, instanciando linguisticamente uma relação que, *realmente*, existisse entre “a” e “b”, mas sim *mostrando* que nas possibilidades dos objectos designados por “a” e “b” está a ocorrência no estado de coisas simbolizado por “aRb”. Ainda que, enquanto signo da fórmula “aRb”, “R” possa parecer um substantivo que representa algo *fora da fórmula*, na verdade não o é, porque só mostra uma forma de os objectos “a” e “b” estarem configurados e, portanto, não está na proposição como mandatário da relação R.

Esta posição, que é a de Wittgenstein no próprio *Tractatus*, corresponde, do ponto de vista “classificativo”, a uma tese *nominalista* a respeito de “propriedades e relações”. Se assim for, o traço mais inconsistente nas várias versões da tese wittgensteiniana a respeito da natureza de propriedades e relações – portanto, do correspondente, na terminologia de Wittgenstein, aos *conceitos* de Frege – será o da explicação de **2.01** pela passagem citada das aulas de 1930.

Só que, *em 1930*, Wittgenstein já está a trabalhar numa nova concepção de “figuração” da realidade pela linguagem, da qual nenhuma tese do *Tractatus* (portanto, também a tese de que a proposição é composta por signos simples – nomes – que são nela “os mandatários” dos objectos) sairá ilesa.

1.4 O QUE É UM NOME E COMO É QUE UM NOME DESIGNA UM OBJECTO NO *TRACTATUS*?

No *Tractatus Logico-Philosophicus*, Wittgenstein apresenta uma teoria dos nomes claramente influenciada por posições fregeanas, mas que constitui sobretudo uma demarcação de uma tese que Frege defende em *Über Begriff und Gegenstand* (1892). Neste artigo, Frege propõe uma distinção entre os tipos de entidade que podem corresponder a

um conceito e os que podem corresponder a um objecto, com base num entendimento formal de *conceito* e de *objecto*.¹⁷ Frege estipula a seguinte tipificação: todo o *objecto* é completo em si mesmo, “saturado” [*sättigt*]; enquanto um *conceito* (de acordo com o que defendeu em USB, o referente de um Predicado ou “termo conceptual”) é insaturado [*unsättigt*], algo que contém um todo em si, todo esse que apenas pode corresponder a um objecto.

Duas passagens de *Über Begriff und Gegenstand* comprovam esta distinção mais ou menos abstracta entre dois tipos de *Bedeutung*, respectivamente de um qualquer nome e de um de qualquer predicado, caracterizando o que são, para Frege, um *objecto* e um *conceito*:

«Na frase: “A Estrela da Manhã é Vénus”, temos dois nomes próprios [*Eigennamen*], “A Estrela da Manhã” e “Vénus”, para o mesmo objecto. Na frase: “A Estrela da Manhã é um planeta”, temos um nome próprio, “A Estrela da Manhã”, e um termo conceptual, “um planeta”. Do ponto de vista *linguístico* não aconteceu nada mais do que a substituição de “Vénus” por “um planeta”; porém, do ponto de vista *factual*, a relação transformou-se noutra totalmente distinta. Uma igualdade é reversível; que um objecto caia sob um conceito não é uma relação reversível. [...] Temos aqui uma palavra, “Vénus”, que nunca pode constituir propriamente um predicado, se bem que possa formar parte de um predicado. O *Bedeutung* desta palavra nunca pode aparecer como *conceito*, mas apenas como *objecto*».¹⁸

«[...] pois, das várias partes de um pensamento, não poderão ser todas completas mas, pelo menos uma deve ser de algum modo insaturada ou predicativa; senão não poderiam estar conectadas umas com as outras. Assim, o *Sinn* da expressão: “o número 2” não se conecta com o da expressão “o conceito de número primo” sem um meio de ligação. Recorremos a esse meio de ligação na frase “o número 2 cai sob o conceito *número primo*”. Está contida nas palavras “cai sob” uma dupla maneira de necessidade de complementação: por um sujeito e por um acusativo; e apenas através desta insaturação do respectivo *Sinn* é que aquela expressão pode servir como meio de ligação. Só quando a expressão é completada nesta dupla perspectiva é que obtemos um *Sinn* completo, um pensamento».¹⁹

¹⁷ Este artigo, embora do mesmo ano (1892) que USB, é escrito posteriormente; portanto, Frege já tinha estipulado a distinção semântica *Sinn/Bedeutung* e, inclusivamente, refere-se-lhe em *Über Begriff und Gegenstand*.

¹⁸ FREGE, G.: “Über Begriff und Gegenstand”, 68-69. In Frege, G., *Funktion, Begriff, Bedeutung – Fünf Logische Studien*. Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, Hrsg. Günther Patzig, 1994. (A tradução é da minha responsabilidade).

¹⁹ Idem, 80.

No *Tractatus*, Wittgenstein elimina esta distinção fundamental que, para Frege, era constitutiva dos dois tipos de referentes de nomes e predicados. Não sem alguma perplexidade, constatamos que Wittgenstein defende que um “signo” de nome, digamos *a*, pode ser representado por uma variável proposicional (“uma expressão de variável”) como $(\xi)a$, que representa, por sua vez, a forma mais geral de toda a proposição de que *a* possa ser uma parte constituinte: **3.31**: «*Expressão* é tudo aquilo que, sendo essencial para o sentido da proposição, as proposições podem ter em comum umas com as outras»; **3.311**: «A expressão [variável] pressupõe as formas de todas as frases em que pode ocorrer. É a característica comum a uma classe de frases».

O aspecto fundamental neste ponto de análise da diferença entre a posição fregeana e a do Wittgenstein do *Tractatus*, quanto à função que um nome desempenha numa expressão articulada como uma frase é a eliminação que Wittgenstein faz dos *dois tipos de referência* de predicados e nomes, respectivamente, conceitos e objectos ou “entidades insaturadas” e “saturadas”.

Porquê e como é que Wittgenstein se demarca da tese de Frege? Wittgenstein nota que, tanto a expressão que numa frase *designa* um objecto como aquilo que fica da frase quando essa expressão é retirada (para Frege, o correspondente a um predicado lógico) contêm uma totalidade. Portanto, o suporte justificativo do argumento de Frege, em *Über Begriff und Gegenstand*, que passava por adscriver “saturação” a um tipo de entidade e “insaturação” a outro perde, para Wittgenstein, toda a força de justificação. Além da eliminação desta diferença de estatuto entre “expressões de conceito” e “expressões de objecto”, Wittgenstein recusa (no *Tractatus*) qualquer tipo de *realismo de conceitos* ou universais. De acordo com a teoria lógica do *Tractatus*, os “conceitos” ou “expressões designativas universais” não se encontram no mundo, onde só há *objectos em múltiplas configurações* em diferentes factos – algo que a estrutura proposicional tem de reproduzir, uma vez assumida a teoria pictórica.

Com base nesta destituição do argumento de Frege, Wittgenstein apresenta a alternativa da *variável proposicional*, que tanto serve para representar um nome como todas as partes remanescentes de uma frase quando se lhe subtrai um ou mais nomes:

«**4.127**. A variável proposicional designa o conceito formal e os seus valores os objectos que pertencem a este conceito».

No *Tractatus*, Wittgenstein defende que, quer *funções* quer *objectos* são “conceitos formais”, representados na variável proposicional e explicados como segue em **4.1272**:

«O nome variável “x” é o sinal adequado para o pseudo-conceito *objecto*. Sempre que a palavra “objecto” (“coisa”, etc.) é correctamente usada, é expressa na notação conceptual através do nome variável. [...] *Sempre que ela é usada de outro modo como palavra conceptual propriamente dita, resultam pseudo-proposições sem sentido*[...] Todas [essas palavras] designam conceitos formais e são representadas na notação conceptual através de variáveis e não através de funções ou classes (como pensavam Frege e Russell).»

Wittgenstein parece estar a sugerir que se substitua, na teoria e na própria notação conceptual, a diferença reclamada por Frege entre letras de nomes e de predicados (para sinalizar *objectos* e conceitos) e se passe a representar qualquer ocorrência de nome pela variável proposicional, a forma mais geral de representar a proposição.

Porém, há pontos na argumentação de Wittgenstein em que a diferença *conceito/objecto* (ou *função/argumento*²⁰) é novamente reclamada, algo inconsistente com a proposta supra-mencionada. Por um lado, Wittgenstein afirma que a proposição elementar é só uma concatenação de nomes; por outro, afirma em **5.47**: «Onde existe complexidade, existe argumento e função» - portanto, também a proposição elementar, ao resultar da análise da proposição complexa, ainda consistiria em *argumento* e *função*.

O problema pode colocar-se assim: se a proposição elementar não é mais do que uma concatenação de nomes, então ela não pode ser representada por qualquer fórmula que contenha *letras de nomes* e *letras de predicados* (nem como uma *função linguística*, com *lugares de argumento* a preencher por símbolos de nomes e cujo valor é um valor de verdade). Se, por seu turno, «A proposição só pode ser verdadeira ou falsa por ser uma imagem da realidade» (**4.06**) e se «Na proposição tem de haver tanto a distinguir quanto há na situação que ela representa» (**4.04**) e, como indicámos antes, para Wittgenstein, os conceitos, enquanto universais, não fazem parte da realidade, então estes tão pouco deveriam poder ser representados na proposição.

Seguindo esta ordem de razões é que Wittgenstein pode fazer uma apologia dos *objectos* tridimensionais, como uma forma mais fidedigna de entender o sinal proposicional: «A essência do sinal proposicional torna-se mais clara se o imaginarmos

²⁰ Vide FREGE: *Funktion und Begriff* (1891).

composto por objectos tridimensionais (como mesas, cadeiras ou livros). A posição espacial recíproca destas coisas exprime o sentido da proposição» (3.1431). Ou seja, se computássemos no sinal proposicional objectos tridimensionais, os sinais de relação, que expressam predicados, seriam totalmente desnecessários. O mesmo tipo de argumento é usado em 4.0311, quando Wittgenstein se refere às figuras no *tableau vivant*:

«Um nome está em vez de uma coisa, outro em vez de outra e entre si eles estão ligados. É desta forma que o todo figura um facto atómico: como num *tableau vivant*».

Mas esta não é a forma como a proposição pode representar algo – ou teria de partilhar com o representado alguma outra coisa que não a mera *forma lógica*, que é justamente o que Wittgenstein defende. Pensar na forma lógica como aquilo que permite à proposição representar um estado de coisas, remete-nos imediatamente para a necessidade de signos de relação (constantes lógicas) e de predicados. Por exemplo, numa frase que afirme que “O João usa uma blusa vermelha”, o predicado “_é vermelho” não é representado *a vermelho* na forma da proposição. E o princípio figurativo defendido por Wittgenstein é claro: se a proposição deve expressar relações entre coisas (objectos) através das relações entre os respectivos signos, então terá de haver tanto a distinguir na relação entre os signos como há a distinguir na relação entre os objectos. Este é justamente o requisito de Wittgenstein para que tenhamos a “proposição completamente analisada” (e, no entanto, Wittgenstein também afirma que a proposição completamente analisada é uma mera concatenação de nomes – não uma “lista”, mas uma *concatenação articulada*).

Como pode Wittgenstein defender que estes dois requisitos se conjuguem na proposição completamente analisada: (1) que a mesma não seja mais do que uma concatenação articulada de nomes e (2) que haja tanto a distinguir na proposição como na situação por ela representada – eliminando assim a distinção entre tipos de referência dados por “conceitos” e “objectos” (ou “função” e “argumento”)?

Podemos recorrer a um esquema em notação lógica para tentar representar a forma da proposição elementar. Seja a proposição “a-b-c-d” (sinais de nomes, encadeados). Para aquela mesma proposição, as fórmulas “a-b-c-()” e “a-()-()-d” corresponderiam a duas funções diferentes, podendo ser representadas como “fx” e “f(x,y)” – o sinal proposicional está representado por variáveis proposicionais, como Wittgenstein exige. Para aquela proposição [“a-b-c-d”], o valor das duas funções acima mencionadas seria “fd” e f(b,c),

respectivamente. Mas os sinais de nomes-variável continuam a fazer-se acompanhar de sinais de função!

A questão está em que entendamos o que é que Wittgenstein quer referir com o signo f em $f(d)$. $F(d)$ representa, efectivamente, uma proposição elementar, mas não necessariamente uma em que um facto atómico com apenas *dois objectos* seja figurado (o sinal “ F ” *não representa* um conceito enquanto objecto).

Para clarificar este ponto da análise e justificar a introdução da variável proposicional para representar um nome (o nome da proposição), teremos de pensar que esta posição no *Tractatus* tem o propósito de justificar uma posição teórica que é partilhada por Frege e por Wittgenstein.

No *Tractatus*, Wittgenstein representa um nome a acoplado à variável proposicional $(\xi)a$, ou seja, pela forma mais geral em que um nome pode ocorrer numa proposição; mas não o faz para representar um nome como um argumento de uma função e sim *para demonstrar que um nome só tem sentido no contexto de uma proposição* (é o artifício na notação lógica que Wittgenstein encontra para representar o *Princípio do Contexto* de Frege). E, justamente, a variável proposicional é a fórmula mais geral de representar qualquer proposição.

É fácil constatar que a tese defendida por Wittgenstein no *Tractatus*, a respeito do modo de representação de um nome, é claramente marcada pela leitura de *Über Begriff und Gegenstand*, mesmo quando o seu propósito é estabelecer uma demarcação da tese de Frege (que já foi apresentada, pelas citações do artigo e respectivos comentários). Onde, exactamente, é que a posição wittgensteiniana se demarca da fregeana? O ponto de demarcação é a noção fregeana de “conceito”.

Na teoria lógica do *Tractatus*, não é que os “conceitos” entendidos *à la* Frege – ou seja, como entidades insaturadas que têm de ser complementadas por objectos, a fim de expressar pensamentos e referir valores de verdade, obtidos de forma análoga ao preenchimento de termos de função por diferentes argumentos²¹ - desapareçam, para se tornarem eles mesmos objectos com características de universais. Se a teoria lógica do *Tractatus* faz algo à diáde fregeana *conceito/objecto* é tornar o hiato entre ambos os termos da diáde intransponível. Da seguinte forma.

²¹ A leitura e interpretação de *Über Begriff und Gegenstand* (1892) de Frege deve ser complementada – como o próprio Frege sugere no artigo – pela de *Funktion und Begriff* (1891), texto em que Frege sugere que a noção lógica de “Conceito” deve ser aproximada à noção matemática de “Função”.

Enquanto a complementaridade da díade conceito-objecto consistia, para Frege, em que fosse constitutivo dos *conceitos* a incompletude que também caracteriza as funções e que requer lugares de argumento (a preencher pelos *objectos* que satisfazem ou caem sob o próprio conceito), *a teoria dos nomes do Tractatus remete o equivalente aos conceitos de Frege (qualidades e relações) para a forma lógica da proposição.*

Na proposição completamente analisada – a proposição apenas composta por uma articulação de “sinais simples”, isto é, de nomes – os conceitos fregeanos (entidades insaturadas, que contêm totalidades saturadas em si) passam a constituir a própria forma lógica. Com esta manobra astuciosa, Wittgenstein elimina os *dois tipos de referência* das expressões linguísticas básicas que Frege queria preservar – referência de *termos predicativos* e referência de *nomes*.

Analisemos, agora, as consequências da eliminação (poderemos, então, concluir se é uma “eliminação” ou uma “conversão”), no *Tractatus*, de um tipo de entidade com autonomia semântica e ontológica na teoria fregeana – os Conceitos.

Vamos supor que temos duas proposições que expressam factos totalmente distintos: “a é azul” e “b é azul”. Se ambas forem aquilo a que Wittgenstein chama “proposições completamente analisadas” – isto é, nomes em imediata conexão, uma conexão articulada –, ganha plausibilidade a questão de saber se os *objectos (universais)* supostamente designados pela dupla utilização do predicado “_é azul” *seriam o mesmo ou diferentes.*

Na análise das duas proposições, talvez tivéssemos de começar por computar a diferença entre objectos de “carácter individual”, conforme designados por “a” e “b” e “objectos de carácter universal”, conforme designados pela dupla ocorrência do predicado “_é azul”. Posto isto, ficamos com uma questão intuitiva para responder: se não somos constrangidos a classificar os objectos designados por “a” e “b” como “universais”, apenas porque podem aparecer numa multiplicidade de factos (sejam: “a é rugoso”; “a é maleável”, etc.), por que razão deveríamos ser constrangidos a atribuir carácter de universalidade ao *suposto* (ou aos supostos) *objecto* designado pelo predicado “_é azul” (digamos, ao conceito de “azulidade”)? Esta pode ser uma mera questão de “habituação mental”, susceptível de ser desfeita pela seguinte objecção.

Se a existência de um nome numa pluralidade de factos constituir o critério **C** que define a universalidade desse nome e a suposta referência a um “objecto universal”, então, tanto “a” como o signo predicativo “_é azul” satisfazem **C** e tal não é destituído pelo facto de “a”

poder ocorrer em vários factos, mas “descontinuamente”, ao passo que “_é azul” pode ocorrer contínua e concomitantemente em vários factos. Quer dizer, se o critério para definir a universalidade de um dado tipo de objectos designados por expressões conceptuais for **C**, então tanto “a” como “_é azul” deviam poder contar como “universais”. E, no entanto, esta conclusão é contra-intuitiva. É ela o suporte da posição wittgensteiniana de que “os conceitos não existem no mundo” – no mundo apenas há objectos em configurações variáveis de factos.

Para Wittgenstein, as duas proposições acima analisadas expressam dois factos distintos e complexos, que podem ser analisados (ou decompostos) com base nos seguintes princípios de composição:

(1) As duas proposições expressam factos complexos, figurados por combinações distintas com os nomes *a* e *b*, e

(2) Os factos correspondentes a ambas as proposições são decomponíveis em elementos como *a azulidade de a* e *a azulidade de b*, elementos que podemos nomear com os sinais *c,d,e* e *f,g,h*,²² e que descreveriam, respectivamente, *a azulidade de a* e *a azulidade de b*. Mesmo que a “azulidade” que caracteriza “a” e a “azulidade” que caracteriza “b” sejam propriedades compostas, que podem ser analisadas e cujas partes simples podemos designar com os sinais *c,d,e* e *f,g,h*, respectivamente, tal não implica que os nomes <c,f>, <d,g> e <e,h> sejam nomes das mesmas partes de um objecto complexo universal porque, para o Wittgenstein do *Tractatus* só a forma lógica é universal.²³

De acordo com um modo intuitivo de pensar, tende a assumir-se que se há duas instanciações do mesmo tom de azul, por exemplo, é porque há *dois objectos* azuis. Nenhuma outra diferença na realidade poderia corresponder a duas atribuições predicativas de “_é azul”. Este modelo intuitivo para pensar facilita, por um lado, a crença na existência de universais e, por outro, nos *diferentes tipos de referência* representados por *conceitos* e *objectos*.

Na terminologia de Frege, um *conceito* é o referente [*Bedeutung*] de um *predicado* e o que caracteriza um termo predicativo, tal como uma função (que justifica o termo “unsättigt” utilizado por Frege), é ter lugares de argumento ou “lugares de nomes”, que são preenchíveis, variavelmente, por diferentes nomes de objecto. Esta caracterização leva

²² Frege chamava a estes traços em que se pode decompor (ou analisar) um conceito, as *propriedades* [*Eigenschaften*] do respectivo conceito.

²³ 4.12: «A proposição pode representar a totalidade da realidade, mas não pode representar aquilo que tem de ter em comum com a realidade para a poder representar – a *forma lógica*. Para podermos representar a forma lógica, teríamos de nos colocar com a proposição fora da Lógica, quer dizer, fora do mundo».

Frege a concluir que os conceitos devem ser pensados como “objectos”, estando do lado da referência (constituem a referência dos predicados) e, dada a díade Conceito/Objecto e o dito realismo da semântica fregeana, para serem pensados “objectivamente” os conceitos terão de ser entendidos como *objectos com características de universais*.

Naquilo que Wittgenstein define como “a proposição completamente analisada” (*uma concatenação de nomes*, ou seja, de sinais simples que estão no lugar de objectos), não há nada mais do que um conjunto de lugares de argumento preenchidos com nomes de objecto e, portanto, não existe na forma lógica da proposição lugar para tipos de expressão (os predicados) que possam contar como mandatários de conceitos, enquanto supostos “objectos universais”.

A posição defendida pelo Wittgenstein do *Tractatus*, que afirma em **2.0141** que «Os objectos são a substância do mundo» e em **2.0251** que «A cor é *a forma* dos objectos», é que *a forma lógica de todos os objectos na extensão de um predicado como “_ é azul” é a mesma*.

A *forma* dos objectos é a respectiva possibilidade de ocorrência em determinados estados de coisas e os próprios objectos são a *substância* do mundo. A forma (dos objectos) é, portanto, uma característica intrínseca, inscrita enquanto *possibilidade* nos próprios objectos. Esta ideia é suportada pela proposição **2.0121**: «Se as coisas podem ocorrer em factos atômicos, tal deve ser algo já assente nas mesmas [...] Se eu posso pensar no objecto em ligação num dado estado de coisas, então não posso pensar nele fora da *possibilidade* desta ligação».

Articulando 2.0141 com 2.0121, é legítimo concluir que Wittgenstein concebe os objectos como *forma e conteúdo* (substância) do mundo. Para além desta distinção, Wittgenstein estipula ainda a distinção entre “propriedades materiais” e “propriedades formais”, afirmando que *os objectos só podem determinar propriedades formais* (a possibilidade de ocorrência em estados de coisas determinados); *só as proposições* (enunciados com sentido, à diferença dos nomes, que se “assemelham a pontos”) *podem representar propriedades materiais*, caracterizadas como “configurações de objectos”.

*

Como é que estas reflexões se relacionam com a existência de diferentes tipos de referente (conceitos/objectos), supostamente eliminada pelo *Tractatus*?

Em **2.0232**, lê-se: «Por assim dizer: os objectos são incolores» e em **2.0251**: «Espaço, Tempo e *Cor* (coloração) são *formas* dos objectos». A *forma* é a possibilidade dos objectos se configurarem de determinadas maneiras em determinados estados de coisas. Todas essas configurações possíveis podem partilhar dadas *propriedades materiais* como, por exemplo, uma determinada cor.

Ora, se os objectos só podem determinar propriedades formais, de onde provêm as propriedades materiais? Uma resposta fiel ao dito no *Tractatus* é a seguinte: da *configuração* dos objectos em determinadas disposições em estados de coisas. A *Cor* (tal como o Espaço ou o Tempo) determina configurações possíveis de objectos no espaço lógico, configurações que *mostram* propriedades materiais que aqueles, por si mesmos, não podem determinar.

Se a propriedade de “ser azul” determinar uma *mesma configuração* para *diferentes objectos* em *diferentes factos*, que existe quando diferentes coisas (objectos) são azuis, todos esses objectos, que contêm a possibilidade de entrar na configuração dada pela propriedade material de “ser azul”, têm a mesma forma lógica (i.e., a forma de todos os objectos cujas configurações reproduzem *coloridos*).

O conceito fregeano de “azulidade” constitui, para o Wittgenstein do *Tractatus*, a *forma lógica de todos os objectos azuis* e não um “objecto universal” que se conecta ao objecto (individual), produzindo uma ligação num composto que, qual valor de uma função, pode produzir um pensamento que designa o Verdadeiro ou o Falso (consoante o objecto determinado caia ou não sob o conceito *azul*).

A noção fregeana de “conceito” tinha conduzido Frege à estranha afirmação: ““O conceito *cavalo*” não é um conceito”²⁴, uma vez que, em frases que fazem afirmações sobre “o conceito *cavalo*”²⁵, o conceito *cavalo* não é a referência daquela expressão, porque a mesma não está a ser usada em termos predicativos, como terão de ser as expressões de predicado para expressarem um conceito (um exemplo de uso predicativo do conceito *cavalo* é, por exemplo, o respectivo uso na frase: “Eco é um cavalo veloz”).

²⁴ In FREGE, G.: “Über Begriff und Gegenstand”, 71. In Frege, G., *Funktion, Begriff, Bedeutung – Fünf Logische Studien*. Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, Hrsg. Günther Patzig, 1994.

²⁵ Em “Über Begriff und Gegenstand”, Frege enuncia um critério para identificar e *distinguir* expressões linguísticas que *designam objectos* e expressões que *designam conceitos*. Quando não se trata de nomes próprios, em sentido corrente, como “Platão” ou “Heródoto” que, claramente, são “signos de objectos”, Frege estipula que uma expressão *refere um objecto* se for precedida de um *artigo definido* (p.ex: “O conceito Cavalo”) e *refere um conceito* se for precedida de um *artigo indefinido*, como será o caso, por exemplo, na expressão quantificada “há pelo menos *uma raiz quadrada de 4*” (o exemplo é do próprio Frege). As últimas quatro palavras daquela expressão não podem, para Frege, representar um objecto – só podem representar um conceito.

Frege seria levado a concluir que aquela expressão (““O conceito *cavalo*” não é um conceito”) – em que o termo conceptual é *mentionado* e não usado – estava mal formulada. Para Frege, um conceito não poderia instanciar-se numa formulação linguística senão em termos predicativos; portanto, como termo insaturado, a necessitar de um nome de objecto para complementar o termo predicativo e expressar um Pensamento.

Para contornar esta dificuldade, Wittgenstein afirma que o signo de um conceito *mostra* a sua forma de designar um conceito – não a expressa. Por isso é que, para Wittgenstein, os conceitos fregeanos estão na forma da variável proposicional e não numa classe especial de expressões que *refere* universais. Que um objecto caia sob um conceito, expressado predicativamente, como “_é um cavalo”, é algo que não pode ser dito (por exemplo, pela frase: “Eco cai sob “o conceito *cavalo*””) ou voltaríamos a ter uma expressão como a que Frege caracterizava como mal-formulada (ou seja, ““O conceito *cavalo*” não é um conceito”).

Se se tenta *expressar um conceito* com uma expressão que supostamente refere um universal – por exemplo, afirmando: «Há um conceito que é referido pelo predicado “é vermelho”» – fica-se a braços com a pergunta: “Qual conceito?”, cuja resposta plausível seria: “o conceito *vermelho*” (ou “o universal *vermelho*”). Porém, tal como no exemplo de Frege, cabe responder: “mas “o conceito *vermelho*” não é um conceito”! Portanto, este seria um contra-exemplo à tese de que as expressões de conceito – os predicados – necessariamente refiram conceitos.

Porém, se usarmos o termo variável, como propõe Wittgenstein, podemos simbolizar esta relação prescindindo da expressão “o conceito C”. O conceito (formal) “_é vermelho” será correctamente representado pela variável proposicional utilizada.

O “nome variável” *x* expressa (mostrando) aquilo que Frege pretendia afirmar do conceito *cavalo*, concluindo que não podia fazê-lo e justificando isso mesmo com base nos *dois tipos de referentes* hipostasiados em *Über Begriff und Gegenstand*: conceitos e objectos. Por isso, segundo a tese de Frege em *Über Begriff und Gegenstand*, nos exemplos em que uma expressão de conceito é *mentionada*, esse fenómeno linguístico retira-lhe o carácter predicativo, dando-lhe um carácter objectual; ou seja, sempre que um conceito for mencionado – através de um *nome* para o conceito – passa a representar, na frase, um *objecto*.

1.5 A RESPOSTA DAS *INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS*

Em IF §37, Wittgenstein volta a colocar o problema sobre o que define a relação entre um *nome* e a *coisa* (ou objecto) nomeada. Será essa uma relação de tipo psicológico ou mental, em que ao nome – quando proferido ou ouvido – é associada uma *imagem* (mental) do objecto designado, enquanto entidade intermediária entre ambos? E, se assim for, e partindo do princípio que alguma função no processo de designação – do *objecto pelo nome* – a imagem mental deve poder assegurar, como se fixa o contributo dessa “instância”

intermédia para a determinação de um e um só objecto por um nome, já que uma imagem mental é um acontecimento particular, irrepetível enquanto fenómeno idiossincrático de um processo de associação psicológica, ao contrário da invariabilidade linguística de um nome ou da (pelo menos relativa) constância temporal de um objecto?

No mesmo parágrafo, Wittgenstein não oferece apenas esse hipotético modelo explicativo para a relação de designação nome-objecto. Como habitual, sugere que “se olhe para o jogo de linguagem”. E o jogo de linguagem mencionado é o de IF §2, muitas vezes identificado como o jogo do *Pedreiro e do Servente*. Se o modelo explicativo da relação de designação pela postulação de entidades intermediárias como as imagens mentais dos objectos nomeados é susceptível à crítica supra-referida, há pelo menos mais duas alternativas que permitem manter o modelo fregeano de designação [*Bezeichnung*].²⁶

O nome de um objecto pode figurar (estar escrito, gravado, colado) no próprio objecto designado pelo nome e assim a *função designativa* resulta da técnica a que Wittgenstein chama “etiquetagem”²⁷ dos objectos pelos respectivos nomes; ou, num *modelo ostensivo* – de adestramento numa linguagem puramente designativa e ulterior explicação “teórica” da relação designativa nome-objecto – considera-se que o nome do objecto designado é acompanhado por um *gesto de ostensão*.

Os parágrafos já mencionados das IF, em que a relação lógica primária de *designação* de um objecto por um nome e três tipos de “caracterização” da mesma são revisitados, não vão estar na base de mais um modelo descritivo para este problema semântico que atormentara os filósofos da tradição analítica, desde a proposta explicativa pelas funções de *denotação/conotação* de J.Stuart Mill²⁸, até à complexificação do problema da designação de um objecto por um nome na teoria da referência indirecta de Frege e na teoria descritivista dos nomes de Russell. Os pressupostos teóricos de Wittgenstein, nos primeiros parágrafos das IF são, com efeito, fregeanos, russellianos e, sobretudo, *tractatianos*, mas o seu comentário dos mesmos vai ser demolidor.

Dentro da linha de justificação de por que é que o problema (que veremos ter deixado de constituir, neste ponto do pensamento de Wittgenstein, um problema de carácter estritamente lógico ou sequer metafísico) dos nomes e respectiva referência ou

²⁶ O modelo fregeano foi esquematicamente apresentado nas primeiras duas secções desta dissertação, tal como o respectivo contraponto no *Tractatus Logico-Philosophicus* que, junto com a teoria das descrições definidas de Russell constituem as principais fontes de interlocução e de crítica para Wittgenstein, intercaladamente, pelo menos até ao §87 das *Investigações Filosóficas*.

²⁷ *Vide*, IF §15: «Etwas benennen, das ist etwas Ähnliches, wie einem Ding ein *Namentäfelchen* anheften».

²⁸ *Vide* MILL, J.S., 1881, “Of Names”.

ligação com os objectos designados volta a ser colocado no início das IF, encontraremos, da parte de Wittgenstein, para além de menções a Frege e, por via indirecta (*vide* IF§38) a Russell, uma demarcação de teses importantes do *Tractatus*, nomeadamente da tese da teoria pictórica.²⁹

A posição das IF começa por ser crítica. Wittgenstein critica a teoria descritivista dos nomes, o tipo de correspondência unívoca entre *nome* e coisa ou *objecto* nomeado (num esquema lógico que, como o do *Tractatus*, se estipule que na linguagem um objecto seja representado por *mandato* através de um nome) e também a teoria da referência indirecta de Frege, na medida em que esta ainda constitui uma *teoria da referência* (mesmo se uma pedra angular do seu modelo explicativo são os *Sinnen*). As primeiras secções das IF são muito mais críticas do que construtivas, porque Wittgenstein quer, pura e simplesmente, eliminar qualquer compromisso com um *esquema unívoco de referência* na linguagem, tal como esta é transmitida, aprendida e usada, no qual cada nome designe um e um só objecto e as frases sejam avaliadas por um modelo “correspondentista” de verdade, regulamentado pela soma composicional dos referentes das partes constituintes.

Há duas questões a que me interessa responder agora, colocando lado a lado o *background* dado pela linha de reflexão que se seguiu até aqui com as secções das IF em que o problema da designação e as lacunas nas teorias da referência precedentes são expostos:

- (1) Irá Wittgenstein manter, nas IF, a noção de “nome” que defendeu no *Tractatus*?
- (2) Como vai ser concebida a função de designação (de um objecto por um nome) nas IF?

²⁹ Uma das principais ambições do *Tractatus* era a construção de uma teoria lógica coerente, explicativa do modo como a linguagem *representa* e *porque pode representar* os factos do mundo. A ideia fundamental dessa teoria é que as proposições são a forma de uma *figura*. Qualquer proposição (simples ou molecular) consiste em elementos irreduzíveis – os *nomes* –, relacionados de determinadas maneiras uns com os outros. Cada proposição representa (o mesmo é dizer, “*é figura de*”) um estado de coisas, na medida em que os elementos da proposição (os nomes) representam, na mesma, os objectos (simples) que designam e a *relação entre os nomes*, na proposição, figura uma dada conexão de objectos que os nomes, em combinação com as constantes lógicas, articulam. Por isso, neste modelo explicativo da função representativa da linguagem face aos *estados de coisas* do mundo e aos possíveis *estados de coisas* da realidade – conhecido como *modelo pictórico* – a unidade linguística mínima é o *nome* (mesmo que o Wittgenstein do *Tractatus* defenda o Princípio do Contexto de Frege, ou seja, o princípio de que *um nome só tem significado no contexto de uma proposição*; ainda assim, para termos uma proposição precisamos das unidades semânticas mínimas que a constituem: os nomes). Como são as unidades linguísticas mais simples, os nomes “são mandatários” na linguagem dos objectos simples e, organizando sintacticamente os nomes em proposições, obtêm-se *figuras* ou *modelos* de possíveis estados de coisas, concebidos como combinações factuais ou meramente possíveis dos objectos denotados pelos nomes. Contra esta sofisticada teoria lógica, exposta no *Tractatus* e declaradamente influenciada por Frege e por Russell é que se constroem, sensivelmente, os primeiros 87§§ das IF.

Difícilmente poderemos responder a estas duas questões – intimamente relacionadas – sem apresentar a noção wittgensteiniana de *jogo de linguagem*, exposta logo no parágrafo 7 das IF:

«Na prática do uso da linguagem em (2)³⁰ um [participante] pronuncia as palavras e o outro actua a partir das mesmas; no ensino da linguagem encontraremos este processo – o aprendiz *nomeia* os objectos. Isto é, ele pronuncia a palavra, quando o professor aponta para a pedra [de construção]. – Na verdade, podemos encontrar um exercício ainda mais fácil: o aluno repete as palavras que o professor pronunciou antes – ambos são processos linguísticos semelhantes. Também podemos representar-nos a totalidade do processo de uso das palavras em (2) como um desses jogos através dos quais as crianças aprendem a respectiva língua materna. Quero chamar a estes jogos *jogos de linguagem* e, por vezes, falarei de uma linguagem primitiva como um jogo de linguagem. [...] Também chamarei “jogo de linguagem” à totalidade constituída pela linguagem e *pelas acções*³¹ com as quais aquela se articula».

Em IF §130, Wittgenstein defenderá que os jogos de linguagem são, não meros “estudos preparatórios para uma futura regulamentação da linguagem” [*Reglementierung der Sprache*], mas antes “objectos de comparação que, através de semelhanças e dissemelhanças, devem lançar luz sobre os factos da nossa linguagem”. A definição dos jogos de linguagem como *objectos de comparação* [*Vergleichungsobjekte*] vai servir a Wittgenstein para *comparar jogos com jogos* e não com qualquer modelo linguístico formal *idealizado*, marginal ou exterior aos próprios jogos de linguagem, na sua descontinuidade característica.

Com base nesta introdução à noção wittgensteiniana de jogo de linguagem, podem-se reformular as questões (1) e (2), respectivamente, nas seguintes:

(1a) o que é um nome num jogo de linguagem?

(2a) como é que um nome designa um objecto num jogo de linguagem?

Um jogo de linguagem é, para Wittgenstein, uma maneira determinada de conectar palavras ou frases proferidas com *acções, situações entre interlocutores, intenções* ou *projectos de um*

³⁰ O §2 das IF é o que apresenta o já referido jogo do “Pedreiro e do Servente”.

³¹ O *itálico* é meu.

falante, em que o último grupo não tem de se fundamentar linguisticamente. Especificar um jogo de linguagem como os que Wittgenstein descreve nas IF é adscrever-lhe *regras*, conteúdos proposicionais que discriminam como um jogo particular deve ser jogado. Ao fornecer as regras para um jogo de linguagem – “descrições” do que são movimentos legítimos dentro do próprio jogo –, podem encontrar-se as *semelhanças* e *dissemelhanças* que um conjunto de regras **C** (que caracteriza o jogo em questão e cuja disposição explicita os movimentos válidos fundamentais dentro do mesmo, determinando, simultaneamente, alguns movimentos inválidos, por exclusão) tem com outros conjuntos de regras e, por conseguintes, com outros jogos de linguagem que podem, inclusive, ser *aparentados* com o jogo que **C** determina. No entanto, **C** não é um mero “aposto” ao jogo, no sentido de ser algo que lhe é completamente exterior e que, portanto, pode ou não ser obedecido quando o jogo é jogado. Jogar um jogo determinado *é seguir um conjunto como C*.

Concretizemos esta descrição teórica numa adaptação do jogo de linguagem do *Pedreiro e do Servente* (IF, §2). Neste jogo – com *dois jogadores* e *quatro palavras* (“bloco”, “coluna”, “tijolo”, “viga”), existe uma **regra [A]** com o seguinte conteúdo:

[A]: Ao ouvir uma ordem do Pedreiro, o Servente deve dirigir-se a um barracão com materiais de construção, que serve a obra na qual ambos estão a trabalhar, confirmar se há *tijolos* no barracão, voltar para junto do Pedreiro e proferir “Tijolo!” se e somente se houver tijolos no barracão e o Servente trazer um exemplar consigo para entregar ao Pedreiro.

O jogo tem também uma **regra [B]** com o seguinte conteúdo:

[B] Se houver tijolos no barracão e o Servente entregar ao Pedreiro um exemplar, conforme solicitado, então o Pedreiro pode dar início à construção de um *barbecue*.

Conjugadas estas duas regras básicas para o jogo do *Pedreiro e do Servente*, podemos considerar um *movimento inválido* no jogo de linguagem (dadas as regras **[A]** e **[B]**), que o Servente se dirija ao barracão para confirmar se há tijolos lá dentro e traga para junto do pedreiro uma *saca de cimento*, proferindo, simultaneamente: “Tijolo!”.

A simples afirmação “Tijolo!”, ao ser proferida pelo Servente em determinados lances deste jogo, deve ser pensada como uma afirmação com conteúdo proposicional que, consoante as **regras [A] e [B]** será, em determinadas ocasiões, considerada *correcta* e,

noutras, *incorrecta* (isto é, alguns lances deste jogo, que incluam uma elocução de “Tijolo!”, serão considerados *correctos*, outros, *incorrectos*). Foram dados exemplos que instanciam um e outro tipo de lance neste jogo e outros poderiam ser aduzidos, só com base nas **regras [A] e [B]**.

Será legítimo que consideremos que, neste jogo de linguagem, para qualquer elocução de “Tijolo!”: (a) A palavra “tijolo” *nomeia o* (um exemplar do) *objecto tijolo*; ou que (b) Sendo a expressão “_ é um tijolo” classificada como um predicado, toda a elocução de “Tijolo!” designe o conceito *tijolo*?

E, se o segundo caso corresponder a uma interpretação teórica correcta para a elocução de “Tijolo!”, sempre que proferida pelo Servente, por que razão uma parte do predicado e a explicitação do objecto que o satisfaz (digamos, X) são omitidos da própria elocução? Em suma: o que é que uma elocução de “Tijolo!” nomeia ou designa? Em vez de que objecto está na linguagem?

Por outro lado, se a palavra “tijolo” na elocução “Tijolo!” não estiver como mandatária na linguagem de nenhum objecto, por que razão é que uma elocução de “Tijolo!”, proferida pelo Servente neste jogo de linguagem, ao abrigo das **regras [A] e [B]** cumpre uma função comunicativa entre o Pedreiro e o Servente? Como é que uma elocução de “Tijolo!” pode representar um lance válido (de acordo com as **regras [A] e [B]**) neste jogo de linguagem, se nela a palavra “tijolo” não estiver em vez de nenhum objecto nem de nenhum conceito?

Ao estipular as regras básicas **[A] e [B]**, que regulamentam este jogo de linguagem particular, *identificámos o próprio jogo* – ao descrever como o jogo devia ser jogado e o que podia constituir, de acordo com **[A] e [B]**, um lance completo ou válido no mesmo, discriminámos que jogo de linguagem era esse. Na ficção normativa para o jogo de linguagem do *Pedreiro e do Servente* que acima se expôs está contida a noção do que é jogar este jogo correctamente, bem como o que são lances válidos no mesmo e até, por exclusão, o que podem constituir lances inválidos, de acordo com **[A] e [B]**. A correcção ou incorrecção dos *lances* (conjuntos de elocuições e de acções, projectos e intenções – ou seja, de elementos *linguísticos e não linguísticos*) deste jogo está contida nos aspectos prescritivos das respectivas regras. Não há elementos exteriores ao jogo de linguagem em questão (*para além das regras [A] e [B]*) que determinem a correcção e a validade dos lances possíveis nesta versão do jogo do *Pedreiro e do Servente*.

Para se poder afirmar que uma palavra como “tijolo” é um *nome* de algo neste jogo de linguagem – seja de um objecto, de um “tipo” de material de construção ou de uma maneira de as coisas se disporem num determinado contexto extra-linguístico identificado por uma elocução correcta de “Tijolo!” (de acordo com **[A]** e **[B]**) – *o que é requerido é que a dita palavra contribua, de uma maneira específica, ao abrigo das regras [A] e [B], para cumprir o critério de correcção de um lance válido* neste jogo de linguagem (tipo de lance esse que, conforme **[B]**, contém uma elocução de “Tijolo!”). Esta é a resposta formal à nossa questão (1a).

A relação de designação nome-objecto *não é*, nas IF, uma relação de “representação por mandato”, a-contextual, mas é um tipo de contribuição para a correcção de um lance válido ou completo num jogo de linguagem. Um exemplo deste tipo de contribuição seria uma elocução de “Tijolo!”, no jogo de linguagem acima descrito que, por respeitar as **regras [A] e [B]**, constituísse um lance válido dentro do jogo, *também* por designar algo que, dentro do jogo de linguagem em questão, pode ser considerado um tijolo. Esta é a resposta à questão (2a).

Se às regras **[A]** e **[B]** adicionássemos uma **regra [R]** que especificasse o seguinte para a nossa versão do jogo de linguagem do Pedreiro e do Servente:

[R] Nenhum tijolo de 22cm *conta como* um tijolo, mas apenas os tijolos de 7, 11 e 15 cm contam como tijolos – porque os tijolos de 22cm não servem os propósitos do Pedreiro para a construção de um *barbecue*,

Então, uma elocução de “Tijolo!”, proferida pelo Servente quando recolhe um tijolo de 22cm, não só constituiria um lance inválido dentro do jogo de linguagem em questão como, nessa elocução, a palavra “tijolo” não designaria o objecto ostensivamente mostrado. Neste exemplo de lance inválido e por causa da **regra [R]** que especifica um *entendimento* para o tipo de objectos que contam como tijolos neste jogo de linguagem, ao especificar quais os modelos deste tipo de objecto que não contam como tijolos e quais os que contam, a palavra “tijolo” não seria o nome de nenhum tijolo de 22cm³². Por causa de **[R]**, nenhum objecto que satisfaça o predicado “_é um tijolo de 22cm” poderia contar como referente da palavra “tijolo” no jogo de linguagem sob análise.

³² É preciso ter em conta que o Wittgenstein das IF “liberaliza” a aplicação da noção de “nome”. Para algo contar como um *nome* de algo, nas IF, já não é ser um “nome logicamente próprio”, um elemento semântico não-definível, mandatário na linguagem de um objecto ou de um dado dos sentidos, que conheçamos por contacto directo e não por descrição. *Vide* IF §27.

Uma elocução de “Tijolo!” deverá, à luz do que foi afirmado antes, ser interpretada como uma elocução de uma frase completa, com um propósito comunicativo no jogo de linguagem descrito e não como uma *elocução elíptica* de “X é um tijolo”, por exemplo, ou como um *nome em sentido logicamente próprio*, que está na linguagem por *um e um só objecto*. A elocução mencionada cumpre um propósito funcional na determinação das *condições de correcção* do lance no jogo de linguagem de que é *uma parte* e cuja complementaridade é constituída por um contexto extra-linguístico, que enquadra o uso possível da própria elocução.

A única contribuição para a correcção de um lance válido neste jogo de linguagem que uma elocução da frase supra-mencionada pode fazer é uma contribuição para a actualização das **regras [A] e [B]**, que descrevem um lance completo no próprio jogo de linguagem.

Se decidirmos decompor a componente linguística de um lance completo (deste ou de qualquer jogo de linguagem, identificado e especificado por regras) nas respectivas “partes designativas”, podemos isolar, também formalmente, o que pode ser designado por cada uma das partes. Aquilo que uma parte designativa de um lance inteiro num jogo de linguagem pode referir é determinado *pelo contributo designativo das restantes partes* na estipulação das condições de correcção que se aplicam ao lance como um todo.

Para uma elocução de “Tijolo!” nomear qualquer objecto X que deva ser considerado – de acordo com as regras do jogo de linguagem em questão – *um tijolo*, tem apenas de fazer as condições de correcção de uma elocução de “Tijolo!”, como uma expressão linguística *contextualizada*, depender, de alguma maneira, de X. As condições de correcção de uma elocução de “Tijolo!” (dentro deste jogo) *dependem de e contribuem para a* correcção da *totalidade do lance* no jogo de linguagem de que a elocução (e a palavra “tijolo” que compõe a mesma, mas *não coincide* com ela) é apenas uma parte.

A maneira de uma elocução de “Tijolo!” depender da totalidade do lance no jogo de linguagem de que é uma parte e do critério de designação do nome “tijolo” depender dos critérios de correcção da elocução “Tijolo!” são fixados pelas **regras [A] e [B]**, que estipulam o que é um lance correcto e completo neste jogo. Por isso é que Wittgenstein pode afirmar que *a nomeação de um objecto* (a estipulação de que a palavra “tijolo”, por exemplo, designa qualquer objecto X que seja considerado um tijolo no jogo de linguagem sob análise) não constitui qualquer tipo de lance no jogo de linguagem para o qual foi

estipulada – tão pouco como “colocar uma peça de xadrez em cima do tabuleiro constitui um lance no jogo de xadrez”. (IF, §49).

*

Estamos já em condições de extrair dois resultados da reformulação da relação de designação nome-objecto, dentro da teoria dos jogos de linguagem:

- (1) Na perspectiva das IF, um “nome” não nomeia qualquer objecto *fora de um jogo de linguagem determinado* e
- (2) Aquilo que um nome nomeia no jogo de linguagem em que é definido é determinado pelas regras que (como **[A]** e **[B]**) indicam como o jogo de linguagem deve ser jogado e o que pode ser um lance válido e completo dentro do mesmo.

Todas as secções das IF nas quais Wittgenstein analisa a *função* de designação – e critica fortemente posições anteriormente defendidas acerca do modo como um nome (logicamente próprio) pode designar um objecto, especialmente a do *Tractatus* – defendem uma amplificação dos critérios que podem especificar a relação designativa. Em todas elas, Wittgenstein argumenta a favor da ideia de que o processo pelo qual um “nome”, conforme entendido na teoria dos jogos de linguagem, refere ou pode referir algo é aplicado a um espectro muito mais amplo de fenómenos linguísticos do que a mera designação de *objectos*, concebidos como as entidades últimas que compõem a realidade (*Vide IF*, §§ 57, 58, 59).

Voltemos à concepção wittgensteiniana de um jogo de linguagem como objecto de comparação relativamente a outros jogos de linguagem. Para actualizar essa caracterização, vamos descrever um jogo de linguagem **J**, respectivas regras e variações. Em **J**, o Fernando e a Francisca estão a passear de carro ao longo de uma grande avenida em Lisboa e têm indicações para encontrar *um prédio verde*. **J** conta (R) entre as suas regras:

- (R) O primeiro membro do casal a identificar um prédio verde (de acordo com um entendimento corrente do que seja *um prédio verde*, isto é, um prédio com as paredes pintadas de verde), pode proferir a frase: “Este prédio é verde”.

Vamos supor que o casal se depara com um prédio centenário, recém-restaurado, cujo rodapé principal foi pintado de verde, sendo toda a restante pintura (das paredes

principais do edifício) de cor branca. Na medida em que sabemos que tanto o Fernando quanto a Francisca são indivíduos maduros no que respeita ao domínio da língua portuguesa (e isentos de daltonismo), não supomos que vão considerar este prédio o prédio que procuram. Um prédio com um rodapé verde não satisfaz as condições de correcção segundo as quais em **J** pode ser proferida uma elocução da frase “Este prédio é verde”, cujo contributo (linguístico) de adequação para o jogo de linguagem como um todo seja cooperativo com a totalidade de um lance válido no mesmo.

O jogo **J** pode funcionar como *objecto de comparação* da seguinte forma. Em **J**, numa elocução da frase “Este prédio é verde”, a expressão predicativa “_é verde” pode ser considerada um designador da propriedade *ser verde* se, por um lado:

(1) De acordo com (R), numa elocução de “Este prédio é verde”, a expressão predicativa “_ é verde” pode contar como designando a propriedade *ser verde*, segundo o entendimento para tal exposto pelos critérios de (R) para um prédio verde³³ e, por outro, se,

(2) Em *jogos de linguagem semelhantes* a **J**, a mesma expressão predicativa é normalmente associada a uma designação da propriedade *ser verde*.

O ponto teórico mais geral a que chegamos, no que respeita à reformulação da relação de designação nome-objecto nas IF é o seguinte: aquilo que uma expressão singular designa num uso particular da linguagem, tendo em vista o produto de uma certa asserção inclusiva dessa expressão que pode ser feita, é fixado integralmente (tal como nos exemplos de jogos de linguagem analisados) pelas condições de correcção (regras) estipuladas para o que pode ser asseverado. *A coisa designada* por uma expressão singular dentro de um uso significativo e completo da linguagem é, portanto, *fixada pelo conjunto das condições que regem a correcção de um todo significativo*, como seja uma elocução em forma declarativa, susceptível de ser considerada verdadeira ou falsa por falantes competentes.

Para além daquilo que um falante competente de Português estiver preparado para reconhecer como as condições de correcção de uma elocução de “Este prédio é verde”, no jogo **J**, onde se poderá identificar a ocorrência de uma expressão designativa, não existem *outros factos* – para além da regra (R) ou de outras que possam fixar a *correcção* contextual de uma elocução de “Este prédio é verde” e os critérios de designação das respectivas partes constituintes – dos quais dependam as coisas realmente referidas pelas expressões singulares de uma elocução como a mencionada pelas regras de **J**.

³³ Diferentes dos critérios que se poderiam especificar para a identificação de *uma caneta verde*, por exemplo.

Portanto, para o Wittgenstein das IF, *uma palavra* (dentro de uma elocução, a ocorrer dentro de um jogo de linguagem determinado por regras) *só designa algo* na medida em que assegurar um dado tipo de contribuição para as condições de correcção da totalidade linguística em que ocorre (por exemplo, numa frase declarativa) e na medida em que o respectivo significado concorra parcialmente para as mesmas condições de correcção.

Numa formulação mais simples: uma expressão pode *funcionar como um nome* (designando algo) num determinado jogo de linguagem, apenas porque é parte de um todo, com componentes linguísticas e não-linguísticas. Em si mesma, esta posição não parece controversa. Pode mesmo ser interpretada como uma variação ampliada do Princípio do Contexto de Frege (que Wittgenstein também advogava no *Tractatus*), ou seja, o princípio de que *uma palavra só tem significado no contexto de uma proposição*. Em IF §49, lê-se:

«A designação ainda não constitui nenhum movimento no jogo de linguagem – é-o tão pouco como colocar uma peça do xadrez no seu lugar [no tabuleiro] é um movimento no jogo de xadrez. Pode-se dizer: mediante a designação de uma coisa ainda *nada* foi feito. [A coisa] também não tem nenhum nome fora do jogo. Era também o que Frege queria dizer com: uma palavra só tem *Bedeutung* no conjunto de uma frase».³⁴

Porém, Wittgenstein já não está a falar meramente de proposições (e do “nome em sentido logicamente próprio” no contexto de uma proposição), mas de *jogos de linguagem*, totalidades com uma componente linguística e uma componente não linguística.

Se um nome só adquire significado enquanto parte constitutiva e cooperante para as condições de correcção de uma elocução possível, como é que esse processo semântico ocorre dentro de *uma totalidade* que engloba a própria elocução e que é, justamente, um jogo de linguagem determinado – e não apenas uma frase declarativa ou uma proposição, conforme o enunciado por Frege? Como é que a expressão “é verde”, no jogo de linguagem anterior pode, cooperando com as restantes partes da elocução e as regras do jogo de linguagem, ser usada para *falar de* um determinado prédio verde ou (mesmo) da propriedade *ser verde*?

A contribuição semântica da expressão, como se pode deduzir numa interpretação das IF, é para uma dada condição de correcção do todo de que aquela é uma parte. Mas se

³⁴ In *Philosophische Untersuchungen*, §49.

afirmo que, em **J**, a expressão “é verde” é usada para identificar um prédio verde ou se estipulo que o predicado “_ é verde” refere a propriedade *ser verde* (segundo o entendimento determinado em **(R)** para **J**), é fácil aferir que tais regulamentações não contribuem, por si sós, para as condições de correcção de uma frase de que aquela expressão é parte componente. Para tanto, é necessária alguma prática do próprio jogo de linguagem.

Em que pontos, exactamente, é que a posição das IF, no que respeita à relação de designação nome-objecto, é fiel ao princípio do Contexto de Frege e em que pontos é que o Wittgenstein das *Investigações* se distancia de Frege?

Para Frege, só temos um nome (em sentido lógico) se tivermos um tipo de expressão linguística que funciona de determinada maneira, inserida num todo (uma frase) para cujo significado contribui. O nome só poderá assumir significado numa frase se as restantes partes do complexo proposicional também assegurarem o respectivo contributo para a expressão de um pensamento completo. Se um nome *a* designa um objecto *A*, para Frege, a correcção dessa designação depende do estado do objecto *A* (de como *A* efectivamente é ou de como está). Porém, o nome *a* não poderá designar se não houver algo mais no todo proposicional que especifique o modo como *a* designa *A* (por exemplo, o facto de *a* satisfazer um dado predicado “_ P”). O mesmo é dizer: para Frege, um nome tem de funcionar articuladamente com outros elementos de uma frase – nomeadamente, com predicados – para que a *coerência representativa* do Pensamento que a frase completa expressa seja assegurada. Essa “coerência representativa” de um dado Pensamento é, para Frege, um tipo de condição de verdade composicional.

Para o Wittgenstein das IF, a *totalidade relevante* para o significado da qual um nome pode contribuir é um lance num determinado jogo de linguagem ou um uso de linguagem, numa ocasião determinada, para expressar algo. Esse *uso* pode ser contrastado com outros usos similares (tal como a contribuição de um nome para as condições de correcção de unidades significativas completas), como antes fizemos para lances válidos ou inválidos dentro de um jogo de linguagem determinado, especificado por regras e pensado como objecto de comparação relativamente a outros jogos.

Portanto, em termos esquemáticos – muito embora Wittgenstein “enriqueça” a perspectiva fregeana pela introdução e manejo da noção de “jogo de linguagem”, não se limitando a fórmulas estritamente linguísticas e em modo declarativo – até este ponto da análise, a divergência de Wittgenstein relativamente ao Princípio do Contexto de Frege é

pequena. Também para o Wittgenstein das IF, um nome só designa algo se as partes que, conjugadas com ele, constituem uma *elocução* (que pode ocorrer como lance num jogo de linguagem) colaborarem para as condições de correcção de uma totalidade – de acordo com a teoria dos jogos de linguagem, uma “totalidade mista”, na medida em que o jogo de linguagem tem a *componente linguística* de elocuições que são produzidas num contexto de *ações e de intenções*, que fornecem o *enquadramento não-linguístico* daquela totalidade –, totalidade essa que também contribui para determinar as condições de correcção de uma elocução específica dentro da mesma.

Onde é que se separam as perspectivas wittgensteiniana e fregeana quanto à colaboração de um *nome* (ou de uma expressão designativa) para o significado de uma frase ou elocução? Se for estipulado que a introdução em **J** do predicado “_é verde” refere a propriedade *ser verde* e, numa elocução particular daquele jogo de linguagem, a expressão for utilizada para especificar uma propriedade de *um determinado prédio* (que pode ter um nome), então, para Frege, teremos a expressão de um *pensamento completo*, conquanto as restantes partes da frase (um ou vários nomes de objecto) contribuam com os respectivos significados para a formulação do dito pensamento. Se estamos assegurados quanto à designação de um dado objecto por um determinado nome que ocorre numa frase, então as restantes partes da frase só terão de fixar que objecto é aquele no contexto da mesma. De formal similar, se soubermos qual é o *Bedeutung* do predicado “_é verde” (um conceito), saberemos exactamente qual é a respectiva colaboração para as condições de verdade da frase de que o predicado é uma parte.

Para o Wittgenstein das IF, mesmo sabendo que, num determinado lance no jogo de linguagem **J**, o predicado “_é verde” refere a propriedade *ser verde* e *é usado para falar de um prédio verde*, a única garantia que temos é a de que as restantes componentes *daquele lance* (concluído pela elocução de “Este prédio é verde”) farão a correcção da totalidade do lance depender da maneira como o predicado “_é verde” é usado, *em J*, para falar de um prédio verde (mais ainda do que referir, sem mais, a propriedade *ser verde*). Esta garantia, porém, não nos assegura que, caso soubéssemos o que referem *todas* as partes da elocução de que aquele uso do predicado “_é verde” é um constituinte, *conheceríamos*, sem mediações, as condições de correcção da elocução. Para o Wittgenstein das IF, “computar” os significados das partes constituintes de uma elocução num lance de um jogo de linguagem *numa soma que seja a totalidade composicional* de todos os significados parciais *não é uma condição suficiente* para conhecermos o pensamento completo que a respectiva elocução expressa.

Por duas razões: (1) porque uma expressão designativa *não refere o mesmo objecto* em cada jogo de linguagem em que pode ser utilizada como parte de uma totalidade significativa e, por isso, é preciso analisar o contributo referencial da mesma num jogo particular e até *compará-lo* com outros e (2) porque, *dentro de um único jogo de linguagem* há espaço de interpretação para o contributo referencial de uma expressão (supostamente) designativa como, no exemplo anterior, o predicado “_é verde” ou um nome *A* para o objecto *a*.

Para ilustrar este argumento, tomemos o exemplo da elocução anteriormente mencionada, que pode ocorrer em **J**: “Este prédio é verde”. Para o Wittgenstein das IF, podemos saber que se está a falar de *ser um prédio* (sabemos o que “_é um prédio” significa), podemos saber *qual é o prédio* que está em questão (sabemos o que “este” refere) e podemos saber que se está a referir (a propriedade) *ser verde* (sabemos o que “_é verde” refere). Portanto, temos a informação do que é referido por cada parte de uma elocução de “Este prédio é verde”. Há, porém, diferentes jogos de linguagem que podem partilhar estas atribuições referenciais, sem que as condições de correcção de diferentes lances com uma elocução de “Este prédio é verde” sejam, ainda assim, conhecidas. Para fixar as condições de correcção de cada elocução particular daquela frase, em diferentes jogos de linguagem, é necessário conhecer as respectivas *regras* e estas terão componentes não-linguísticas que, ao variarem de jogo para jogo, fixam diferentes condições de correcção para elocuições de uma mesma frase-tipo.

Fazendo um raciocínio análogo e complementar àquele, para determinar as condições de correcção de *uma mesma elocução dentro de um único jogo de linguagem*, concluiremos também que a satisfação daquelas não é dada pela mera soma composicional dos referentes das partes constitutivas de uma única elocução. Tal como no raciocínio anterior, mesmo dispondo de toda a informação sobre o que refere cada uma das partes de uma única elocução de “Este prédio é verde” *num mesmo jogo de linguagem*, sem o contributo da totalidade das regras de **J** e da *prática efectiva do jogo*, não conhecemos a (totalidade) das condições de correcção de uma elocução como a anterior *dentro de J*. Vejamos porquê.

Vamos supor que o Fernando ou a Francisca (o casal que, de acordo com a descrição de **J** mediante a estipulação das respectivas regras, procura um prédio verde numa avenida de Lisboa) identificam *um* prédio verde na área em que procuram o prédio descrito pelas regras de **J**. Um dos dois poderá, legitimamente, proferir a frase “Este prédio é verde”. Mas será que o casal, necessariamente, encontrou o prédio que procura e,

portanto, que as condições de correcção de uma elocução de “Este prédio é verde” são inteiramente cumpridas mediante a identificação de um prédio verde?

Vamos supor que a Francisca identificou um prédio verde-claro na avenida de Lisboa indicada nas regras de **J**. Uma avenida tem muitos prédios e pode ser o caso que existam vários prédios verdes na mesma avenida. Se as regras de **J** não especificarem que tipo de *entendimento* deve ser atribuído, no jogo de linguagem em questão, ao predicado “_é verde”, não dispomos da informação suficiente para poder afirmar que o casal encontrou o prédio que procura e, portanto, não está especificada a totalidade das condições de correcção de uma elocução, em **J**, de “Este prédio é verde”. Para tanto, seria requerida uma *prática efectiva de J* (que o casal identificasse *todos os prédios verdes* da avenida em questão, por exemplo) e, sendo assim, as condições de correcção de uma elocução da frase “Este prédio é verde”, dentro de um mesmo jogo de linguagem **J**, não são conhecidas formalmente através do mero conhecimento do que cada expressão que compõe a frase em **J** refere nem da soma dos respectivos referentes. No caso particular sob análise poder-se-ia pensar que o conjunto de regras que determina **J** necessitaria de complementação e que o conjunto de regras de que dispomos não é exaustivo na determinação das condições de correcção da elocução mencionada.

Este ponto do argumento utilizado para demarcar a posição de Wittgenstein da de Frege, a respeito da soma dos referentes numa frase ou numa elocução dentro de um (ou vários) jogo de linguagem, pode ser ilustrado pelo §41 das IF:

«Agora supõe que a ferramenta com o nome “N” está partida. Sem saber disso A dá a B o signo “N”. Será que este signo tem um significado [*Bedeutung*] ou não tem nenhum? – O que é que B deve fazer quando recebe aquele signo? – Nada foi regulamentado a este respeito. Pode-se perguntar: o que *irá* B fazer? Bem, talvez ele fique perplexo ou mostre a A as peças [partidas]. Aqui *poderíamos* dizer: “N” deixou de ter significado; e com esta expressão estar-se-ia a dizer que já não há um uso determinado para o signo “N” no nosso jogo de linguagem (a menos que lhe atribuamos um novo). “N” poder-se-ia também ter tornado num signo sem significado na medida em que, por qualquer razão, foi atribuído um outro signo à ferramenta e o signo “N” já não é utilizado no jogo de linguagem. – Mas também poderíamos pensar numa convenção em que B, quando uma ferramenta está partida e A lhe dá o signo dessa ferramenta, responda com um abanar de cabeça. – Deste modo poder-se-ia dizer que a ordem “N!” é aceite no jogo de linguagem, mesmo quando a

ferramenta [correspondente] já não existe e que o signo “N” tem ainda um significado, mesmo quando o respectivo portador deixou de existir».

Com este parágrafo vemos confirmado o ponto teórico que antes atribuímos ao Wittgenstein das IF, separando a sua posição da de Frege no que respeita ao contributo designativo de um nome para uma frase ou para uma elocução que representa um lance num jogo de linguagem determinado. Podemos conhecer aquilo que é designado (ou nomeado) por *todas as partes de um pensamento completo*, conhecendo os factos que determinam a possibilidade designativa de cada parte desse pensamento, *sem conhecer as condições de correcção do mesmo* (na medida em que estas, num jogo de linguagem, devem ser aplicadas a uma elocução que ocorre dentro do mesmo). Porque, tal como atesta o §41, *que cada parte de uma elocução designe algo determinado é compatível com várias condições de correcção* para a correspondente elocução.

Nas IF, Wittgenstein introduz e justifica este argumento pelo recurso a diferentes jogos de linguagem, enquanto *Vergleichungsobjekte*. Todos os factos conhecidos (e conhecíveis) sobre o que é designado pelas várias partes componentes de uma elocução que ocorre num dado jogo de linguagem são compatíveis: (1) quer com a possibilidade da elocução de uma mesma frase-tipo ocorrer em diferentes jogos de linguagem, partilhando os referentes das respectivas expressões designativas que a compõem, mas ao abrigo de regras que determinam distintas condições de correcção da elocução em cada jogo; (2) quer com a possibilidade de, conhecidos todos os factos sobre a designação das partes componentes de uma elocução *dentro de um único jogo de linguagem*, as condições de correcção da elocução não serem completamente determinadas pela soma dos respectivos referentes *mais* as regras que especificam o próprio jogo de linguagem em que a elocução pode ocorrer.

A hipótese (2), mais restritiva do que (1) no que respeita às condições de correcção de uma elocução particular *E*, é concebível porque os factos (conhecíveis) sobre a designação dos elementos componentes de *E* não impõem um conjunto de regras único para um jogo de linguagem *J* do qual *E* seja uma parte e porque qualquer jogo de linguagem é um complexo significativo *mais amplo* do que a soma composicional de todos os referentes das partes constituintes de cada elocução possível dentro do mesmo, de acordo com o estipulado nas respectivas regras.

Conforme definido em IF §7, todo o jogo de linguagem é uma «totalidade constituída pela linguagem e *pelas ações* com as quais aquela se articula» e, como qualquer outro tipo de jogo, requer prática para um conhecimento do mesmo que não seja de tipo meramente proposicional ou para que não se confunda o *conhecimento de um jogo de linguagem* com o *conhecimento das regras* desse jogo.

CAPÍTULO 2:

UM QUADRO SINÓPTICO:

DO LITERALISMO AO CONTEXTUALISMO RADICAL

DO LITERALISMO AO CONTEXTUALISMO RADICAL

«”Uma coisa estranha, a proposição!”. Aqui assenta a sublimação de toda a representação. A tendência para pressupor um meio intermédio puro entre o *sinal proposicional* e os factos ou para querer purificar, sublimar, o próprio sinal proposicional.»³⁵

³⁵ Wittgenstein, L. PU §94: «Der Satz, ein merkwürdiges Ding »! : darin liegt schon die Sublimierung der ganzen Darstellung. Die Tendenz, ein reines Mittelwesen anzunehmen zwischen dem Satzzeichen und den Tatsachen. Oder auch, das Satzzeichen selber reinigen, sublimieren, zu wollen.»

«Uma tese importante a que ele [Wittgenstein] se opunha era que uma proposição é uma espécie de “sombra” mediadora entre a expressão que usamos para a asseverar e o facto (se existe algum) que a “verifica”. [...] Defendia que essa era uma tentativa para distinguir *proposição* de *frase*. Afirmou que, segundo esta tese, a suposta “sombra” é algo “semelhante” ao facto que a verifica e, nessa medida, diferente da expressão que a expressa, que não é “semelhante” ao facto em questão; e disse ainda que, mesmo que existisse, essa “sombra” “não nos aproximaria do facto”, uma vez que “*seria susceptível a interpretações diferentes*, tal como a expressão”. Afirmou: “Não se pode postular uma figura que não possa ser mal-interpretada” e “nenhuma *interpretação* entre um signo e o seu preenchimento se desembaraça do signo”». ³⁶

G.E.MOORE, *Wittgenstein's Lectures, 1930-33*

2.1 DIFERENTES TIPOS DE CONTEXTO

A questão axial no debate entre Contextualismo e Anti-Contextualismo na filosofia da linguagem contemporânea é saber *se* ou *até que ponto* estaremos legitimados a conceber o conteúdo semântico de frases ou elocuições de frases das línguas naturais como um tipo de conteúdo com condições de verdade independentes dos contextos de uso.

Para este debate, é secundária a forma como se definem “condições de verdade”: seja 1) como as condições em que uma frase ou elocução podem ser verdadeiras ou 2) como o conjunto de mundos possíveis em que uma frase é ou pode ser verdadeira. Esta questão adquire uma espécie de “significado por contraste”.

Ao contrário das linguagens formais – como a lógica de predicados, em que uma *interpretação* é fixada para um domínio de objectos e um grupo de predicados, um conjunto de inferências válidas é estipulado mediante regras de cálculo para operar com constantes lógicas e quantificadores, sem que tenhamos de atribuir outros valores às fórmulas dessa linguagem que não os de Verdadeiro/Falso (pelo menos no modelo clássico bivalente) – as frases ou elocuições das línguas naturais *só podem ser usadas para dizer algo determinado* num contexto de elocução particular. Dados alguns contrastes e para nos mantermos do lado

³⁶ G.E.Moore. “Wittgenstein's Lectures in 1930-33”, in L.Wittgenstein, *Philosophical Occasions, 1912-1951*, Ed. J.Klagge and A.Nordmann (Indianapolis: Hackett, 1993), p.59.

das línguas naturais, há que ter em linha de conta que o principal objectivo das frases que nelas se podem construir é *comunicar* e não calcular.

O conteúdo literal das frases das línguas naturais pode não as tornar semanticamente auto-suficientes, já que o conteúdo semântico decalcado do mero significado convencional das mesmas pode incorporar variáveis livres³⁷, identificáveis na forma lógica das frases e que têm de ser preenchidas de acordo com cada contexto de elocução.

Analisemos uma frase com um *indexical*:

(1) Eu vou ao cinema de carro.

Mesmo mantendo fixo o tempo verbal, não podemos dizer que esta frase é verdadeira se e somente se eu vou ao cinema de carro. “Eu” é uma expressão indexical que, de acordo com a teoria de David Kaplan³⁸, tem um *carácter* ou significado linguístico invariável e, dado um *contexto* de elocução, fixa um *conteúdo* para esse mesmo contexto.

Dentro desse modelo explicativo para indexicais e demonstrativos, o conteúdo de uma frase ou elocução declarativas (com expressões indexicais), num contexto C, é uma proposição singular, em que o referente do termo indexical é fixado directamente e não através da mediação de um *Sinn*. Kaplan define o *carácter* de uma expressão indexical como uma *função de contexto para conteúdo*. Nessa teoria os contextos são énuplas de variáveis (p.ex: *o agente do contexto, o tempo do contexto, o local do contexto, o mundo do contexto*, etc.) que, na respectiva componente linguística, constituem os parâmetros para a determinação da regra semântica que fixa o conteúdo de cada expressão indexical. A regra semântica para o indexical *Eu*, por exemplo, é a seguinte: *quando x usa “eu” em contextos determinados, “eu” refere-se a x em todas as circunstâncias*³⁹.

Esta é uma teoria lógico-semântica muito técnica para interpretar expressões indexicais, expressões cuja sensibilidade contextual propriamente dita não é habitualmente

³⁷ Estas variáveis são chamadas por alguns autores “variáveis indexicais”, cujo valor é fixado de contexto para contexto. Ao abrigo de uma teoria que incorpore uma resposta para o problema dos indexicais, o conteúdo formal de uma frase ou elocução com expressões indexicais é ponderado com base numa soma de índices contextuais e o conteúdo de cada instanciação é o resultado de um cálculo sobre estes índices, ou seja, o preenchimento contextual das variáveis livres cuja soma constitui o referido índice. Esta proposta teórica será mais detalhadamente explorada mais adiante neste trabalho.

³⁸ In KAPLAN, D. (1989). “Demonstratives”, in *Themes from Kaplan*, Ed. J.Almog, J.Perry and H.K.Wettstein, Oxford University Press.

³⁹ Kaplan distingue “contextos” – conjunto de situações em que uma expressão é ou pode ser utilizada – de “circunstâncias de avaliação” – o estado do mundo relevante para a determinação do valor de verdade de uma frase, tal como é usada no contexto sob análise. Por causa desta bipartição, esta teoria semântica é chamada teoria da Dupla Indexação [*double-indexing semantics*].

motivo de controvérsia. O que constitui motivo de discórdia são os modelos exegéticos para a fixação do valor semântico dos indexicais ou os problemas teóricos adjacentes a que a proposta de David Kaplan – que se tornou uma referência incontornável – pode ou não responder. Profundos conhecedores de toda a aparelhagem técnica do modelo kaplaniano, como por exemplo Scott Soames⁴⁰, são muito críticos quanto à aplicabilidade do mesmo às línguas naturais.

Porém, não são nem a identificação nem os critérios de selecção das expressões indexicais que constituem o verdadeiro núcleo do desacordo entre posições contextualistas e anti-contextualistas em Filosofia da Linguagem. Pela simples razão que *a existência* de um conjunto⁴¹ de expressões que apresenta uma manifesta sensibilidade contextual e cuja estipulação de fórmulas interpretativas é o principal trabalho de uma teoria lógica para indexicais e demonstrativos não é motivo de controvérsia.

O principal diferendo entre contextualistas⁴² e anti-contextualistas radica em que os primeiros – contra os segundos – argumentam que **o conteúdo das frases ou elocuções de frases das línguas naturais é *essencialmente* sensível ao contexto em que são proferidas e que, por isso, aquelas não têm condições de verdade (ou um conjunto de condições de verdade) determinadas extra-contextualmente [TP]**⁴³.

Entre os autores que defendem diferentes abordagens teóricas para legitimar a TP tampouco existe unanimidade, quer do ponto de vista conceptual, quer do ponto de vista do conteúdo argumentativo derivável da TP. No fundo, é este mesmo conteúdo que constitui os diferentes quadros teóricos contextualistas, o que justifica diferentes nomenclaturas. Há autores que denominam as suas Teorias da Relevância⁴⁴, outros que falam de uma proposta neo-wittgensteiniana e um autor como Charles Travis cunhou, nos seus trabalhos mais recentes, o termo “ocasionalismo”⁴⁵.

⁴⁰ SOAMES, S. “Kaplan on Direct Reference and Indexicality”. «[...] Kaplan’s system does not provide the basis for an adequate semantic model for English demonstratives. Even if every use of such a demonstrative can, for purposes of regimentation, be represented by a “dthat” term, nothing in LD corresponds to the demonstratives themselves. [...] Thus, one of the chief problems that Kaplan’s model was designed to answer – namely, providing a semantics for demonstratives in natural language – remains unsolved». In SCOTT SOAMES, *Philosophy of Language*, Princeton University Press, Princeton, 2010.

⁴¹ CAPPELEN E LEPORE, em *Insensitive Semantics*, chamaram-lhe *Basic Set*.

⁴² Sobretudo aqueles autores que, como C.Travis ou J.Searle, defendem posições mais radicais, influenciados pelo tipo de destituição wittgensteiniana da noção técnica de “proposição”.

⁴³ Doravante chamaremos a esta posição, por ser transversal a diferentes propostas contextualistas para a interpretação de frases das línguas naturais, Tese Principal [TP].

⁴⁴ *Vide* SPERBER E WILSON, 1986.

⁴⁵ *Vide* Travis, 2008 (definiremos com mais rigor esta posição, demarcando-a de outras, no último ponto deste capítulo da presente dissertação.)

Partindo – explicitamente ou não – da TP, as *posições Contextualistas*⁴⁶ na filosofia da linguagem poderão invocar algum dos seguintes princípios explicativos:

- a) Nenhuma frase F, numa língua natural como o Português, expressa uma proposição ou um pensamento completos. Qualquer conteúdo semântico que seja atribuível a F não constituirá mais do que um *fragmento proposicional*, cuja característica definitiva (negativa) é nunca determinar um conjunto de condições de verdade (porque, no máximo, expressa uma “proposição incompleta”⁴⁷) e, por essa razão, não é susceptível à adscrição de um valor de verdade.
- b) A sensibilidade ao contexto de elocução é *ubíqua* nas línguas naturais. Nenhum critério de expansão do Conjunto Básico das expressões comumente aceites como “sensíveis ao contexto”, como sejam indexicais puros e verdadeiros demonstrativos, susceptíveis ao método kaplaniano de resolução da sensibilidade contextual mediante regras linguísticas de fixação de conteúdo em diferentes contextos de uso, poderá resgatar a possibilidade de uma semântica vero-condicional, na medida em que essa expansão e a aplicação das referidas técnicas de interpretação são insuficientes face a TP.

Ou seja, por mais que se inflacione o Conjunto Básico de indexicais e demonstrativos – tentando fixá-lo de acordo com critérios mais abrangentes que os de Kaplan – isso nunca será suficiente para *extirpar* a sensibilidade contextual constitutiva de frases e elocuções de frases nas línguas naturais.⁴⁸

- c) Só uma *elocução* de qualquer frase F [*utterance-based approach*] pode expressar um conteúdo semanticamente avaliável, isto é, só as elocuções de frases-tipo

⁴⁶ Com base nas ressalvas feitas acima, entenda-se agora este termo num sentido tal que englobe todos os particularismos teóricos a que aludimos.

⁴⁷ É este o tipo de argumento utilizado por John Perry, por exemplo, quando explora a ideia de “constituintes proposicionais não articulados”; mas é também uma ideia explorada por Kent Bach, quando fala de “esqueletos” ou “esquemas proposicionais”.

⁴⁸ Que se estipulem novas expressões indexicais numa teoria, tratáveis ou não seguindo o modelo kaplaniano, é algo que o contextualista radical considera quase irrelevante, não apenas porque para ele indexicais e demonstrativos estão longe de ser as únicas expressões cuja interpretação é sensível ao contexto – as línguas naturais, argumenta, estão repletas deste fenómeno –, mas também porque, mesmo com a expansão do Conjunto Básico, a contribuição do valor semântico dos novos indexicais para o conteúdo das frases de que seriam expressões constituintes continuaria a não computar proposições ou pensamentos completos. Uma vez que as frases ou elocuções de que esses “novos indexicais” seriam constituintes (quer como componentes articulados quer como inarticulados) continuariam “minadas” de sensibilidade contextual, a própria composicionalidade não seria alcançável e frases ou elocuções de frases continuariam a não expressar mais do que “esqueletos proposicionais”.

determinam condições de verdade (ou conjuntos de condições de verdade), susceptíveis à adscrição de valores de verdade.⁴⁹

Do lado anti-contextualista ou Literalista do espectro teórico que vamos analisar em mais detalhe ao longo deste e do próximo capítulos da presente dissertação, podemos destacar descritivamente uma posição dominante no debate recente, como resposta às investidas contextualistas.

O Literalista dominante reconhece a extensão e ineliminabilidade da sensibilidade contextual que afecta determinadas classes de expressões numa língua natural – o Conjunto Básico de indexicais e demonstrativos que já apresentámos –, mantendo porém que são as *frases* que, em função das regras sintácticas e semânticas da dita língua, expressam conteúdos em contextos. De sublinhar que, nesta posição literalista “standard”, a *noção semântica* do conteúdo de uma frase é totalmente separada da *noção pragmática* do conteúdo no respectivo acto de fala em que a frase é ou pode ser proferida. São as convenções linguísticas e o significado literal das frases que determinam os respectivos conteúdos relativamente ao contexto em que estas são ou podem ser proferidas – e não as intenções comunicativas dos falantes ou as intuições interpretativas dos participantes de interlocução.

Numa literatura mais classificativa, esta tese literalista é muitas vezes designada como “Convencionalismo”, porque argumenta que *são as convenções linguísticas que fixam as condições de verdade das frases de uma língua natural, de forma totalmente independente de considerações pragmáticas*.

Tendo em conta as directivas kaplanianas para a interpretação de linguagens indexicais e porque o trabalho de Kaplan constitui para o Literalismo dominante, simultaneamente o ponto de referência no que diz respeito ao reconhecimento da sensibilidade contextual das línguas naturais e o instrumento de resolução interpretativa da mesma, o modelo literalista dominante está apresentado.

⁴⁹ O reduto de opções teóricas disponibilizado pelos contextualistas não está tão isento de sobreposições como estas três alíneas parecem sugerir. Entre aquilo a que Kent Bach chama “a Trivialidade Contextualista”, a saber, a afirmação de que *muitas frases, mesmo com todos os componentes usados literalmente e eliminando o factor ambiguidade, podem ser usadas com diferentes significados em diferentes contextos* e as várias posições que, sob diferentes designações, constituem o espectro Contextualista há um hiato imenso. Esse hiato é suficiente para inferir a existência de um debate teórico não apenas entre Contextualistas e Anti-Contextualistas, como entre os próprios defensores do Contextualismo e, num passo ulterior de pensamento, constatar que estes “rótulos” generalistas para demarcar posições teóricas que manejam diferentes instrumentos conceptuais e que extraem diferentes conclusões da TP são redutores.

O que fixa o conteúdo de um indexical puro *não é* a referência mental do falante que o profere num determinado contexto de elocução, mas a regra linguística que constitui a extensão teórica para interpretar ocorrências do mesmo. Dada uma filiação composicional desta posição, *o conteúdo de uma frase* com componentes indexicais é uma função dos significados ou referentes das expressões constituintes – incluindo as regras metalinguísticas para fixar os referentes de indexicais – e da organização sintáctica da frase.

2.2 AS PROPOSIÇÕES SÃO NECESSÁRIAS PARA DETERMINAR O CONTEÚDO SEMÂNTICO DAS FRASES?

A resposta que, neste ponto da nossa dissertação, visamos obter para a pergunta **2.2**, tem como ponto de partida um questionamento quanto à viabilidade teórica da noção de *proposição*. Esse questionamento é radical. Ou seja, há uma dúvida que precede a indagação quanto à variabilidade entre contextos do conteúdo semântico de elocuições de uma mesma frase, a saber: *que esse conteúdo semântico seja uma proposição*.

As citações acima, das *Investigações Filosóficas* e das notas de Moore facultam um entendimento de proposição que já implica uma dimensão crítica. As ideias de “sombra” ou de “meio intermédio puro entre o sinal proposicional e os factos” estão, nestes momentos de evolução do pensamento de Wittgenstein, conotadas com uma desconstrução do seu enfoque teórico para este problema no *Tractatus*, por um lado, e, por outro, com uma crítica à noção fregeana de *Gedanken*, os conteúdos semânticos ou referentes das frases declarativas.

À diferença das frases, entidades linguísticas com características empíricas, e das elocuições, usos particulares das frases por falantes competentes de uma linguagem, enquadrados espacio-temporalmente, as proposições correspondem, dentro do jargão de noções de linguistas e filósofos da linguagem, a entidades abstractas, insusceptíveis de materialização numa língua determinada, correspondentes ao *pensamento específico* expresso por frases ou elocuições de frases e susceptíveis à adscrição de um valor de verdade.

O debate, na filosofia da linguagem contemporânea, em torno da questão da plausibilidade ou implausibilidade teórica da existência (ou postulação) de proposições é bem conhecido. Tem na tese da *indeterminação da tradução* de Quine⁵⁰ uma das suas mais fortes respostas (negativas) mas, numa abordagem não sistematizada num contra-exemplo determinante, tem também no pensamento do último Wittgenstein um importante demolidor⁵¹.

⁵⁰ Vide QUINE, W.V., *Word and Object*, Cambridge, Mass.: M.I.T. Press, 1960.

⁵¹ A rigor, esta é uma associação de posições que deveríamos evitar. A posição de Quine sobre a existência de Proposições como os significados (pensamentos) das frases de uma língua natural é que aquele é um pressuposto teórico para o qual não reunimos evidência. Se a existência de Proposições não pode ser aferida empiricamente, não devemos postular essas entidades na nossa teoria gratuitamente. Para justificar a sua proposta, Quine concebe o célebre *thought-experiment* do etno-linguista, que o leva à tese da Indeterminação da Tradução. O segundo Wittgenstein não tem semelhante concepção sobre Proposições ou a natureza do significado das frases completas de uma língua natural. A posição de Wittgenstein, a partir de princípios dos anos 30 é, sumariamente, a seguinte: 1) a forma como pensamos em proposições desde Frege faz com que estas não sejam mais do que "sombras" dos factos - se existirem tais factos - que as verificam; 2) essas sombras são "entidades intermédias" entre o signo que é usado para descrever o suposto facto e o próprio facto; 3) uma sombra é sempre sombra de um corpo; o corpo de que a proposição é sombra é o facto que a verifica (ou verificaria); 4) aquilo que tem verdadeira autonomia ontológica é o facto - não a sua sombra (que não existiria sem ele) nem o signo que é usado para descrever esse facto; 5) As sombras são entidades residuais, porque não nos levam mais perto do facto de que são sombras - e aquilo que interessa ao signo identificar é o facto, não a sua sombra. 6) As proposições soçobram neste quadro, na medida em que não têm nenhuma funcionalidade explicativa naquilo que liga o signo ao corpo. O que é que temos nesta sinopse que nos autorize a assimilar a posição de Quine e a de Wittgenstein, sobre as proposições ou significados? Nada. Não é que os dois filósofos *cheguem à mesma conclusão por vias diferentes*: é que não chegam à mesma conclusão! Quine é um empirista que rejeita - servindo-se de métodos empíricos - a plausibilidade da existência de significados como o denominador comum a diferentes utilizações dos signos que os representariam na linguagem. Porque, tal como Hume, Quine está à procura do que não encontra: a norma geral da causalidade, a existência de "factos de significado". A conclusão de Quine é negativa, mas Quine não abandona a busca daquilo que, sendo o mais geral, constrange: o que é que faz com que um facto de significado seja um facto de significado? O que nos dá é uma resposta negativa à sua própria questão, mas sem transformar a resposta

A aproximação entre a noção técnica de “proposição” e a ideia de “sombra” revela aspectos de simetria interessantes. Vejamos. Para Wittgenstein, que a *proposição* seja identificada com uma *sombra* significa que há algo de que ela é sombra: justamente o facto – se existe algum – cuja configuração representa. E, tal como a *frase* que a instancia no discurso (ou, segundo IF §94, o “sinal proposicional”), a proposição *representa* as coisas de uma determinada maneira. Uma nota característica de uma sombra é, justamente, a inseparabilidade constitutiva do corpo de que é sombra. Ora, o carácter de sombra da proposição faz com que ela seja verificada – ou falsificada – exactamente pelos mesmos factos que a frase que é utilizada para a representar. E que, portanto, as condições em que *frase* e *proposição* (ou pensamento) correspondente são verificadas pelos factos – portanto, em que a frase expressa uma proposição *verdadeira* – são precisamente as mesmas. O mesmo é válido para os casos de falsificação.

As proposições cumpririam, portanto, uma função *representativa* dos factos – como as próprias frases, mas numa espécie de “duplicado” destas. Funcionariam como *intermediários* entre os factos de que seriam sombra e as expressões utilizadas para as asseverar.

Se esta fosse a maneira legítima de atribuir conteúdo semântico às frases de uma linguagem ou a elocuições particulares daquelas, então, não apenas o conteúdo semântico constituiria uma *forma de representação*, como também uma maneira específica de associar uma expressão linguística que representa um facto ou conjunto de factos de uma determinada maneira com uma entidade abstracta indissociável daquela, mas que decalca essa mesma forma de representação. Mais ainda, se continuarmos a seguir a simetria wittgensteiniana entre a ideia de “sombra” e a noção técnica de “proposição”, deparar-nos-emos com um outro aspecto deste vínculo representativo entre frases (e elocuições de frases) e proposições ou pensamentos que se vai revelar crucial para uma resposta à

negativa na resposta positiva, ou seja, na resposta, *tout court*. Quine não afirma: “devemos ficar satisfeitos com que não haja factos de significado, mas apenas usos de instâncias significativas”. Apenas: encontramos contra-exemplos mais do que razoáveis para rejeitar a postulação de factos de significado na nossa teoria - para já temos de renunciar a eles. Wittgenstein não está à procura de evidências que infirmem a existência de Proposições. Descreve a suposta funcionalidade da noção de proposição para concluir que essa funcionalidade é uma falsa funcionalidade, i.e., que a proposição não faz nada no quadro teórico para que, supostamente, serviria. O que separa as duas posições não é o facto de Wittgenstein, não tendo concebido o *thought-experiment* do etno-linguista, chegar à mesma conclusão que Quine: *Temos de rejeitar as proposições na nossa teoria*. Esta formulação ultra-simplificada facilita assimilações que não deveríamos fazer. Quine está à procura daquilo que faça de um facto de significado um facto de significado e constata que não encontra a resposta para isso; Wittgenstein não está à procura do que faça de um "facto de significado um facto de significado", pela simples razão que não acredita em factos de significado. Então, pode desmontar a noção de Proposição que no *Tractatus*, de alguma forma, “comprara” a Frege, descrever-lhe o suposto quadro funcional e afirmar que esse quadro funcional, na verdade, não funciona. A investigação não é empírica. *Vide*: Travis, “The Twilight of Empiricism”.

questão orientadora desta parte da presente dissertação. É que a semelhança ou correspondência representacional entre uma *sombra* e o *facto* que a verifica assenta no seguinte princípio: *como quer que o mundo possa ser, quaisquer que sejam os factos que o compõem, a identificação invariante dos mesmos por uma sombra representativa não depende de nenhum factor*. Por isso, também não repousa sobre nenhum critério. Que uma sombra seja verdadeira de um determinado facto, é algo inerente a ser a sombra que é.

A correspondência entre uma sombra e o facto que a verifica alia a *inseparabilidade* da projecção corpo-sombra com a impossibilidade de que diferentes factos correspondam a uma mesma sombra (ou vice-versa). A mediação que uma sombra estabelece entre a expressão que utilizamos para a asseverar e o facto que pode verificá-la, determina a *impermeabilidade a interpretações* ou “entendimentos” para a dita expressão (frase ou elocução de frase). Isto é assim porque a expressão não é mais do que uma espécie de “mandatário” [*Stellvertreter*] empírico comunicável da própria sombra e o papel daquela quanto à determinação do seu próprio conteúdo semântico não se pode autonomizar da correspondente sombra.

Como a ligação de uma sombra ao facto que a verifica constituiria um fenómeno “rígido” e definitório das suas características peculiares, o uso de uma *expressão linguística* para enunciar esse fenómeno cumpriria uma função pouco mais do que residual.

2.3 O QUE SÃO *ENTENDIMENTOS*?

Poucas questões terão atormentado tanto os filósofos como a natureza da relação entre linguagem e mundo. Este problema concretizou-se em questões extremamente abstractas. *Como é que um nome nomeia um objecto?* Como é que a estrutura articulada de uma *frase*, compreendida sem dificuldades por falantes competentes de uma língua, se relaciona com um *estado de coisas* determinado, que a primeira descreve ou implementa?

No início do século XX, os pioneiros da tradição analítica – Frege, Russell e o Wittgenstein do *Tractatus Logico-Philosophicus* – encontraram respostas para aquele tipo de

questões através de uma *lógica de correspondências* sem resíduos, conectando dois problemas fundamentais:

- 1) Como é que a ordem lógica que estrutura o nosso pensamento (hipostasiada como a mesma ordem lógica dos factos que constituem o mundo) é transponível para a linguagem que falamos?
- 2) Como é possível a comunicação de pensamentos sem o recurso a uma explicação de tipo psicologista?

No entanto, sob o efeito crítico da segunda maneira de pensar de Wittgenstein e da teoria dos actos de fala de John Austin⁵², o tipo de paradigma lógico proposto para explicar aquelas questões foi destronado, numa primeira fase por vias mais críticas do que construtivas (como a das próprias *Investigações Filosóficas*), mas que levantaram uma série de problemas filosóficos interessantes para a Lógica, a Filosofia da Linguagem, a Epistemologia ou a Filosofia da Mente, como o relativismo, o contextualismo ou o problema da vagueza.

Em IF §88 pode ler-se:

«Se eu digo a uma pessoa: “Deves ser mais pontual ao almoço; sabes que ele começa *exactamente* à uma hora”, não se fala aqui realmente em *exactidão*? Só por se poder dizer: “Pensa na determinação do tempo no laboratório ou no observatório: aí tu vês qual é o sentido de *exactidão*.” “Inexacto” é, de facto, uma censura e “exacto” um louvor. E isto significa que o inexacto não atinge tão perfeitamente o seu fim como o que é mais exacto. Aqui tudo depende, claro, daquilo a que se chama “fim”. [...] O ideal de exactidão não é previsível, não sabemos como o devemos conceber, a não ser que tu próprio determines o que é que receberá este nome. Mas vai-te ser difícil fazer uma determinação destas; uma que te satisfaça.»⁵³

⁵² AUSTIN, J.L., 1962: *How to do things with words*, Oxford: Oxford University Press.

⁵³ «Wenn Ich nur nun jemandem sage: “Du solltest pünktlicher zum Essen kommen ; du weisst, dass es genau um ein Uhr anfängt” – ist hier von Genauigkeit eigentlich nicht die Rede? Weil man sagen kann: “Denk an die Zeitbestimmung im Laboratorium, oder auf der Sternwarte; da siehst du, was “Genauigkeit” bedeutet”. “Unexact”, das ist eigentlich ein Tadel, und “exact” ein Lob. Und das heist doch; das Unexacte erreicht sein Ziel nicht so vollkommen wie das Exactere. Da kommt es also auf das an, was wir “das Ziel” nennen. [...] Ein Ideal der Genauigkeit ist nicht vorgesehen; wir wissen nicht, was wir uns darunter vorstellen sollen – es sei den, du selbst setzt fest, was so genannt werden soll. Aber es wird dir schwer werden, so eine Festsetzung zu treffen; eine, die dich befriedigt». In *Philosophische Untersuchungen*, §88. Frankfurt am Main, Suhrkamp Verlag, 1963.

Da leitura atenta deste parágrafo das *Investigações Filosóficas* podem extrair-se duas faces de um mesmo problema conceptual, cujo desdobramento é interessante. Wittgenstein está, por um lado, a questionar o «ideal de exactidão» dos nossos conceitos e a fazê-lo utilizando o próprio conceito de *exactidão*. É importante destacar que o termo “exactidão” [*Genauigkeit*] é aqui explorado por Wittgenstein como “conceito-alvo” e “paradigma conceptual”.

O problema filosófico para o qual o §88 das IF chama a atenção vai ser desenvolvido com base na seguinte formulação: *as expressões usadas numa língua natural – nomeadamente os predicados que usamos para atribuir determinadas propriedades às coisas – são ou não susceptíveis a entendimentos?* Ou seja: o mero significado literal de algum tipo de expressões das línguas naturais será suficiente para fixar o respectivo conteúdo semântico ou será necessário para tanto conhecer aquilo a que os utilizadores competentes da língua se referem mediante a utilização das mesmas? Será o conteúdo semântico de uma expressão que integra uma frase e que pode ser utilizada em contextos distintos, exclusiva e invariavelmente determinado pelo respectivo significado linguístico?

Pensemos num exemplo. O Samuel trabalha para a UNICEF. Durante um trabalho com crianças vítimas do HIV e preocupado com as condições precárias do hospital de campanha com o qual colabora, pergunta a uma enfermeira se as crianças dormem em *camas*. A enfermeira responde: «Depende do que se entenda por “cama”. Se aceitamos considerar *colchões de palha assentes em estrados de madeira* “camas”, então a resposta é sim. Se não aceitarmos considerar tais artefactos como “camas”, então a resposta é não.» Esta interlocução ficcionada entre a enfermeira e o Samuel constitui um uso perfeitamente legítimo e significativo de uma língua natural como o Português e ainda determina *um entendimento* possível para o predicado “_é uma cama”.

A tese contextualista que queremos aqui explorar defende que, numa teoria do significado para uma língua natural que pretenda fazer jus a intuições dos falantes como as instanciadas no exemplo acima, terá de haver margem para justificar por que é que o mero significado convencional de uma expressão como “cama” (que não é uma expressão ambígua) não determina as condições de aplicação do respectivo predicado.

Numa terminologia mais técnica: se um predicado como “_é uma cama” *admitir entendimentos* e estes não puderem ser exaustivamente coligidos com o respectivo significado linguístico, então a sua extensão e anti-extensão não são conjuntos formalmente determinados, mutuamente exclusivos e cuja conjunção esgota o domínio. No presente

exemplo, não existe uma característica definitiva do que seja «uma cama enquanto tal», que exclua (ou inclua) a possibilidade – a partir de um plano estritamente conceptual, ou seja, não empírico – de considerar *colchões de palha assentes em estrados de madeira* como “camas”.

Que as expressões das línguas naturais admitam entendimentos significa, pelo menos, duas coisas: 1) que não existe nenhum item ou conjunto de itens – num domínio de objectos – que correspondam àquilo que é (ser) uma cama, *simpliciter* e, 2) rejeitada uma *tipificação de significados*⁵⁴ para as nossas expressões, uma vez constatada a respectiva inviabilidade para representar *qualquer* objecto que, supostamente, instanciaria uma definição, tão pouco existe o conjunto das propriedades definitórias de “cama (*per se*)”, que exclua (ou inclua) a possibilidade de contar o tipo de artefacto supra-mencionado como uma cama.

O facto de as nossas expressões serem permeáveis a *entendimentos* justifica o seguinte fenómeno semântico: em diferentes contextos de elocução para uma mesma frase-tipo, o respectivo conteúdo pode variar (em função dos entendimentos adscritos aos constituintes lexicais). Admite-se que uma expressão – por exemplo, o predicado “_é uma cama” – tem um determinado entendimento se se considerar que um dado item pode ser referido por essa expressão, de acordo com *esse entendimento* do que seja ser tal.

Equacionaremos este fenómeno semântico, que relaciona conceitos e respectivas estruturas representacionais com diferentes possibilidades de as coisas serem de acordo com esses mesmos conceitos e estruturas, na seguinte fórmula explicativa: *se uma expressão descreve algo como sendo X (por exemplo, “uma cama”) e a questão de saber se as coisas são como essa expressão as descreve ou não se liga com o que é e o que não é (um) X – num entendimento determinado de algo ser X –, dir-se-á que a referida expressão tem o mesmo entendimento dessa maneira de ser X que descreve.*

Numa das mais radicais propostas contextualistas do debate actual, o *ocasionalismo*, defendido por Charles Travis, defende-se que um traço característico, tanto das expressões singulares como, por consequência, das frases das línguas naturais, é terem entendimentos.

⁵⁴ Estamos a entender por “tipificação de significados” um paradigma *representacionista* para os termos singulares de uma linguagem (nomes e predicados). Dentro de um quadro fregeano, para poderem representar estes termos precisariam de identidades tangíveis, os respectivos *Sinnen*, que remetessem para entidades particulares, os “representados” ou *Bedeutungen*. Este paradigma representacionista – extensível às proposições, no quadro fregeano – *fixa uma referência* singular ou um conjunto determinado para cada tipo de expressões: um *objecto* para um nome, uma *extensão* para um predicado (a extensão e anti-extensão de um predicado constituíam a totalidade de um domínio de objectos). Este modelo esgota o significado das expressões singulares da linguagem, não deixando lugar àquilo que estamos a definir como “entendimentos”.

Mais se defende que é *o facto de o mundo ser como é* que determina aqueles, em cada ocasião de fala – e não um novo critério de tipo linguístico, como sejam regras ou definições.

Os entendimentos que as expressões singulares podem ter e que frases ou elocuições de frases completas de que aquelas são constituintes terão de compreender também, se a primeira parte for o caso, e aquilo que, de acordo com os entendimentos das respectivas expressões, as frases representam como sendo o caso, diz exclusivamente respeito à forma como, *de acordo com essas expressões assim entendidas, as coisas são*.

Uma frase completa que fale de um dado objecto como sendo «uma cama» inclui um entendimento determinando de *ser uma cama* apenas no caso de, para as coisas serem como essa frase as representa, *algo poder contar como uma cama de acordo com o entendimento particular conferido ao termo*. É possível defender que se admitem entendimentos para dizer de algo que “é uma cama”, por exemplo, se há diferentes tipos de objecto que podemos entender por tal (e, portanto, itens com um índice de diversidade considerável, susceptíveis de cair sob o conceito⁵⁵ *cama* – de acordo com um ou outro entendimento).

Para reforçar esta concepção de *entendimentos* devemos, porém, antecipar a refutação de um contra-argumento literalista. Mesmo incorporando a noção de *entendimentos* na teoria, o contextualista defenderá que a mesma não constitui uma ameaça à comunicação entre dois ou mais interlocutores. Ainda que adscrevam diferentes entendimentos a uma mesma expressão-tipo – e admitindo que aqueles possam ser incipientes para determinar *com precisão* como é que as coisas seriam se fossem como os diferentes entendimentos as representam – dois interlocutores podem entender-se ou partilhar pensamentos. Tal é possível, argumenta o contextualista, porque a comunicação é um processo muito rápido e intuitivo e o problema dos entendimentos é um problema teórico de análise de usos linguísticos em ocasiões particulares de elocução.

A principal ideia que interessa ao contextualista conciliar com a noção de *entendimentos* – para nunca ter bloqueada a própria possibilidade de comunicação, uma vez que é por essa constatação que qualquer modelo explicativo do funcionamento das línguas naturais começa – é a de que *duas* pessoas podem compreender expressões singulares e frases que proferem em interlocução, conhecer os estados de coisas que as últimas referem,

⁵⁵ De notar que o próprio Frege chama a atenção para que um predicado – expressão de um conceito – é uma fórmula “insaturada”, ou seja, pode ser entendido como uma função matemática que necessita de um argumento de objecto para expressar um pensamento completo. Claro que Frege classificou as expressões predicativas como insaturadas neste sentido preciso e não estava a pensar na permeabilidade a “entendimentos” para os próprios termos predicativos, como estamos agora aqui a desenvolver. A *insaturabilidade* talvez revele, porém, algo sobre a natureza da própria estrutura predicativa que, em última análise, se pode estender aos *entendimentos*.

inclusive expressar a mesma crença mediante diferentes elocuições da mesma frase, ainda que cada uma delas tenha uma concepção razoavelmente diferente [isto é, *adscreva diferentes entendimentos*] de como as coisas seriam caso fossem conforme descritas por uma elocução particular de uma frase-tipo. Esta posição pode ser justificada na medida em que se demarque de uma outra concepção de *entendimentos* para as expressões de uma linguagem, que diz respeito apenas a uma forma de “conceptualização”. Tal como temos estado a introduzir a noção de “entendimentos”, esta noção tem de se demarcar de *uma forma de representar os factos no pensamento, estruturada por uma lógica de correspondência com a configuração dos elementos simples da realidade e que permite à linguagem espelhar o pensamento e descrever o mundo, tal como representado no pensamento.*⁵⁶

A tese contextualista segundo a qual as expressões das línguas naturais *têm entendimentos* deve associar-se à intuição de que os falantes competentes das mesmas são perfeitamente capazes de identificar, em elocuições particulares de frases, qual é o entendimento que as respectivas expressões constituintes têm (e, assim, a totalidade da elocução). Dito de outro modo: os falantes são indivíduos capazes de reconhecer como seriam as coisas se fossem tal como as elocuições, portadores de determinados entendimentos, as representam.

A presente tese, que defende a adequação da intuição dos falantes no processo de avaliação do conteúdo de elocuições, quando inseridas em actos de fala, tem como corolário a recusa em assimilar os entendimentos que as expressões das línguas naturais admitem a *formas específicas de estruturar o pensamento* para todo e qualquer falante que possa reconhecer diferentes entendimentos para expressões incompletas ou insaturadas (como predicados) e respectiva inserção em pensamentos completos ou frases articuladas.

Finalmente, a tese contextualista sobre a permeabilidade de expressões singulares e elocuições das línguas naturais a *entendimentos* não reconhece viabilidade teórica à postulação daqueles enquanto *Deutungen*, quer dizer, enquanto explicações ou formas de elucidação, noutros termos, do significado das expressões a que se adscrevem. Um entendimento não é uma “elucidação do significado de uma expressão por outros termos” nem comporta um critério linguístico que estipulasse *a priori quando algo seria e quando não seria* conforme representado por uma expressão com um entendimento determinado.

⁵⁶ O mesmo é dizer: a concepção de entendimentos que temos vindo a analisar tem de demarcar-se do modelo pictorial do *Tractatus Logico-Philosophicus*.

Que uma expressão tenha um entendimento determinado não consiste num fenómeno *ad hoc*, com vista a especificar as características de *um* dado objecto ou de *um* estado de coisas descrito por *uma* elocução. O mesmo entendimento pode identificar vários objectos de um domínio de objectos ou prover diferentes respostas afirmativas para quando diferentes estados de coisas seriam correctamente representados *pelo mesmo entendimento* de uma frase sob análise; no entanto, um entendimento tão pouco é algo destacado, “uma entidade de natureza distinta” daquela de que a correcta descrição das coisas de acordo com a expressão de que é entendimento se deduza.

Admitir e justificar que as nossas expressões singulares – e, consequentemente, as frases de que aquelas são elementos constituintes – *tenham entendimentos*, é uma forma de evitar uma concepção dos pensamentos como *sombras* e um argumento a favor da inextricável sensibilidade contextual das frases e elocuções de frases das línguas naturais.

2.4 TESTES PARA VERIFICAR A SENSIBILIDADE CONTEXTUAL DE *EXPRESSÕES SINGULARES* E DE ELOCUÇÕES

Em 2.1. analisámos parcialmente fórmulas para interpretar a variação contextual do conteúdo semântico de expressões *indexicais*, decalcadas do modelo kaplaniano. O conjunto de expressões assim classificadas por Kaplan (1989) inclui os pronomes pessoais – *eu, tu, ele, nós* –, demonstrativos – *isto, esse, aquilo* –, advérbios de tempo e de lugar – *aqui, acolá, agora,*

hoje, ontem -, indicações de tempo verbal, adjectivos como *actual* ou *presente*, “termos relacionais” como *inimigo, amigo, estrangeiro, imigrante, emigrante, conterrâneo, importado, exportado*, etc.

Autores como Cappelen e Lepore⁵⁷ chamam a este conjunto de termos o “Conjunto Básico”, ou seja, aquele conjunto de expressões (mais ou menos estipulado pelo trabalho pioneiro de Kaplan) cuja sensibilidade contextual não é habitualmente disputada e para cuja fixação do correspondente valor semântico (ou referência) é facultada uma *regra semântica* que, quando aplicada a uma expressão composta (como uma frase) que integra um ou mais termos dos acima classificados, preenche um conjunto de variáveis livres na formulação sintáctica da dita expressão, de forma a *anular* a respectiva sensibilidade contextual.

Mesmo se a *interpretação* de um termo indexical varia com o contexto de elocução, o significado linguístico destas expressões não é ambíguo. Vejamos um exemplo. Ainda que o pronome pessoal “tu” assuma diferentes referentes em distintos contextos de elocução C1 e C2, o respectivo significado convencional ou *carácter* é invariável e, por isso, os respectivos referentes podem ser deduzidos da mesma regra semântica: «Sempre que x usa “tu” num Contexto de Interlocução CI com y, a referência de “tu” em CI é y».

Porém, o debate filosófico sobre a sensibilidade contextual de expressões singulares e frases ou elocuições de frases (e a dificuldade ou impossibilidade em fixar o conteúdo semântico e as condições de verdade de *uma mesma frase-tipo em contextos de elocução diferentes*), ganha destaque quando se ultrapassam os limites da interpretação do Conjunto Básico.

Vamos supor que as nossas *intuições linguísticas* (já que este é um ponto de apoio frequente para o argumento contextualista) nos motivam a acreditar que uma dada expressão *e* – não contemplada pelo Conjunto Básico – assume, com base em critérios relevantes, diferentes valores semânticos em diferentes contextos de elocução. Chamemos a esta suposição a *Suposição da Variação Contextual* [SVC].

Para legitimar uma proposta de variação do conteúdo semântico em função dos contextos de elocução, o argumento Contextualista pode seguir uma das seguintes premissas de apoio:

⁵⁷ Vide CAPPELEN AND LEPORE, (2005), *Insensitive Semantics*.

- a) *Aquilo que é dito* em elocuições diferentes de uma frase-tipo F que contém (ou corresponde a) *e*⁵⁸ sofre variações de contexto para contexto de elocução;
- b) *As condições de verdade* de elocuições de uma mesma frase F que contém (ou corresponde a) *e* variam em diferentes contextos de elocução de F;
- c) *A proposição expressa* por elocuições de uma frase F que contém (ou corresponde a) *e* varia em função dos respectivos contextos de elocução ou cada elocução de F não chega a expressar uma proposição, mas apenas um *fragmento proposicional* (insusceptível de ser avaliado em termos vero-condicionais).

Com independência de alguns testes para classes de expressões linguísticas específicas (incluídas ou não no CB), que visam aferir a variação contextual do respectivo conteúdo semântico, a posição mais forte do argumento contextualista é que *qualquer expressão singular ou elocução de frase numa língua natural está sujeita à SVC*. Por isso é que o verdadeiro núcleo de tematização do contextualismo não é uma análise de tipo carnapiano⁵⁹, que faça corresponder variações no conteúdo semântico de diferentes elocuições de uma mesma frase-tipo a um índice de variáveis com diferentes valores em cada elocução (e respectivas repercussões composicionais), mas antes uma *apresentação crítica de variações dos contextos de elocução e do respectivo efeito sobre o valor semântico ou aquilo que é dito por frases proferidas dentro dos mesmos* (muito especialmente por uma mesma frase-tipo quando proferida em contextos de elocução diferentes).

2.4.1. PRIMEIRO TESTE: RELATOS INDIRECTOS DE DESCITAÇÃO INTERCONTEXTUAL [DI]

⁵⁸ Note-se que, no debate Contextualismo/Anti-Contextualismo, o tipo de expressão aqui equacionado como *e* pode representar uma *expressão singular* ou uma *frase completa*. Isto implica que *e* pode determinar a sensibilidade contextual de uma frase ou elocução como um factor composicional ou, no caso de *e* representar uma frase completa, serão as respectivas condições de verdade ou a proposição expressa por *e* a divergir entre contexto e contexto de uso.

⁵⁹ A ideia, com origem em Carnap, e normalmente adoptada pelos defensores de uma posição de “Contextualismo Moderado” é basicamente a seguinte: se o valor semântico de uma expressão linguística *e* varia entre diferentes elocuições da mesma, a teoria recomenda adscrever-lhe uma variável que assumirá diferentes valores em diferentes elocuições. Em cada elocução E que contenha *e*, a referência de *e* é o valor da variável correspondente à expressão linguística *nessa elocução* e o contributo de *e* para aquilo que é dito por E é uma função do argumento da variável nessa elocução para o que é dito em E. Uma frase F – instanciada em várias elocuições – é representada como uma *função de índices* (énuplas dos valores de todas as variáveis assinaladas na frase) para *conteúdos semânticos particulares* (aquilo que é possível dizer com as várias elocuições de F). Dado este esquema, as condições de verdade de uma frase F variam de elocução para elocução, mas as coisas que há para dizer mediante elocuições particulares de F não.

Aferir a sensibilidade contextual de uma expressão singular *e* implica, *inter alia*, testar a variação do respectivo valor semântico de um contexto de elocução para outro. Para comprovar essa variação, sujeitamos *e* ao teste do *Relato Indirecto de Descitação Intercontextual* (doravante DI).

Primeiro, fazemos *e* corresponder a uma expressão do CB, por exemplo, ao pronome pessoal “eu”. Num segundo momento faremos *e* corresponder a uma expressão predicativa não incluída no CB, por exemplo, “_é verde”⁶⁰.

Passando pelo crivo desta comparação primeiro um *termo indexical* (portanto, uma expressão do CB) e depois uma expressão *não indexical*, mas cujos entendimentos determinam, segundo o argumento contextualista, diferenças semânticas com repercussões composicionais, estaremos a testar a robustez do próprio argumento contextualista, conforme descrito nos pontos anteriores.

Pensemos na elocução E1 da frase-tipo F, proferida no contexto C e que contém uma expressão *e*, cuja sensibilidade contextual está a ser testada por DI e que agora fazemos corresponder ao pronome pessoal “eu”. E1 é proferida pela Marta:

(Elocução de Marta) E1: *Eu* admiro a obra de Rothko.

Se fizermos variar o contexto de elocução de C para C' e imaginarmos um outro falante *que não a Marta* a usar a frase F numa elocução E2, para relatar indirectamente o que é dito em E1, a resultante descitação intercontextual será *falsa*. Da seguinte forma:

(Elocução de Maria) E2: A Marta disse que *eu* admiro a obra de Rothko.

O pronome pessoal *eu*, à semelhança de outras expressões do CB, não pode ser usado para fazer descitação intercontextual indirecta sem que a respectiva não substituição deixe de afectar o valor semântico das expressões complexas que o integram. O teste da *descitação intercontextual* confirma a sensibilidade contextual das expressões do CB, uma vez que a referência do indexical descitado, em E2, quando este é *usado* num relato indirecto, não é a mesma que em E1⁶¹ e, portanto, confirma-se que o pronome pessoal *eu* bloqueia o teste.

⁶⁰ Seguiremos esta estratégia nos três testes que vamos explorar.

⁶¹ Este fenómeno, que uma aplicação do teste de DI a expressões indexicais permite observar, está relacionado com o facto de aquelas *referirem de forma directa*.

Aplicamos o mesmo teste a uma elocução simples de uma mesma frase-tipo F3, seguida de uma descitação da mesma, em contextos diferentes, C1 e C2 – cujas características, linguísticas e não linguísticas, o argumento contextualista especifica –, com um predicado como “_é verde”.

C1: A Joana e o Luís trabalham na indústria da fundição do vidro e estão a fabricar peças decorativas. Há uma hora que a Joana modelou uma pêra e a segunda parte da tarefa cabe ao Luís, que pinta à mão as peças de vidro modeladas pela Joana. O Luís termina a sua tarefa e afirma:

E3: A pêra *é verde*.

Se agora fizermos E3 passar pelo teste da DI, teremos de imaginar uma nova elocução de F3, na qual o predicado “_é verde” vai ser *usado* num novo contexto de elocução, que visa reportar o que é dito em E3. Seja C2 esse contexto.

C2: O Pedro, que supervisionou o trabalho da Joana e do Luís em C1, está agora em casa da Inês. O Pedro encontra na cozinha da Inês um recipiente com uma grande variedade de frutas, onde se contam peças naturais e peças decorativas, pintadas à mão – entre as quais a pêra pintada pelo Luís em C1. A Inês prepara-se para comer uma pêra que ainda não amadureceu o suficiente e, quando a retira do recipiente, é surpreendida pela seguinte elocução do Pedro:

E4: O *Luís disse* que a pêra é verde.

A questão a que teremos de submeter a frase-tipo F3 diz respeito à fiabilidade do relato indirecto de descitação intercontextual feito em E4. Essa questão visa indagar se, tal como as expressões do CB, um predicado como “_é verde” bloqueia ou não o teste da DI.

Apelando às nossas intuições linguísticas de falantes competentes de Português, conhecida a descrição de C1 e a de C2, a pergunta fundamental do argumento contextualista é: E4 é um relato indirecto descitado de E3 que reproduz fidedignamente o conteúdo semântico de E3? Se a resposta for *sim*, então o predicado “_é verde”, cuja sensibilidade contextual está a ser testada, *não bloqueia o teste da descitação intercontextual* (quer dizer, o valor semântico de E3 é preservado pelo relato indirecto descitado em E4, sem que a elocução obtida pela descitação seja falsa). Se a resposta for *não*, o relato descitado de E3 por E4 é falso e a expressão alvo, cuja sensibilidade contextual se está a testar – o predicado “_é

verde” – *bloqueia o teste da DI* e a variação do respectivo valor semântico em função dos contextos de elocução é confirmada.

Ora, as intuições linguísticas de falantes competentes de Português são mais do que suficientes para confirmar que o relato descitado de E3 em E4 é falso, porque *C2 é um contexto distinto de C1*, cujas características linguísticas e não linguísticas são especificadas, fornecendo um entendimento para o predicado “_é verde” claramente diferente do de C1. Com E3, o Luís não se referia a fruta natural, mas a objectos decorativos pintados de verde. Como o requisito teórico para efectuar o teste da DI é que o apliquemos à expressão a descitar *num novo contexto* (seja ou não um contexto teórico), na presente aplicação do teste constatamos que o novo contexto disponibiliza a informação relevante para deduzir a diferença entre o conteúdo semântico de E3 e a respectiva descitação em E4.

Dada a informação disponibilizada por C1, em que E3 é verdadeira, e face àquela que nos fornece C2 – nomeadamente a existência de diferentes entendimentos para o predicado “_é verde”, em que Ent.1: *pintado de verde* e Ent.2: *fruta verde que não amadureceu* – podemos constatar que a descitação de E3 em E4 é falsa.

A *diferença de contextos* – C1, em que E3 é proferida e C2, em que E3 é usada num relato indirecto – obvia que o valor semântico da elocução directa de uma frase que contém um predicado como “_é verde” e o de um relato intercontextual descitado da mesma podem não coincidir.

É justamente na possibilidade de serem fornecidos (ou de o uso da linguagem manejar) diferentes entendimentos para expressões singulares que o argumento contextualista defendido neste ponto da nossa dissertação, se apoia para inferir que, não apenas as expressões do CB, mas muitas outras expressões singulares (como, no exemplo, o predicado “_é verde”) podem bloquear a DI e verem confirmada a respectiva sensibilidade contextual.

2.4.2. SEGUNDO TESTE: DESCRIÇÕES COLECTIVAS [DC]

Um segundo teste que pode ser aplicado a uma expressão e para aferir a respectiva sensibilidade contextual consiste em verificar se, a partir da verdade de duas elocuições – E1 e E2 – de uma mesma frase-tipo F, que integra e , proferidas em dois contextos distintos podemos derivar *uma descrição colectiva verdadeira* das duas elocuições, ou seja, uma nova elocução verdadeira – proferida num novo contexto – em que E1 e E2 são proferidas conjuntamente.

Este teste avalia a seguinte suposição:

[S]: Se o contexto de elocução for um factor relevante para a determinação do valor semântico de uma expressão e , então, o facto de sabermos que uma elocução Ex de uma frase F – que contém e – num contexto C é verdadeira e que uma elocução Ey de F – que contém e – num contexto C' é verdadeira, não autoriza a asserção, num terceiro contexto C", de $[Ex \wedge Ey]$.

Se aplicarmos este teste a uma expressão do CB como “amanhã” verificamos que o teste das DC é bloqueado. Da seguinte forma. De uma elocução verdadeira E1, proferida pela Inês no contexto C:

E1: O Luís parte *amanhã*.

E de uma elocução verdadeira E2 proferida pela Marta no contexto C':

E2: O Pedro parte *amanhã*.

Não podemos inferir a verdade de uma elocução E3 num contexto C":

E3: O Luís e o Pedro partem ambos *amanhã*.

Não especificando o tempo dos contextos em que E1 e E2 foram proferidas, podemos obter com E3 uma elocução falsa. A expressão *amanhã*, como todas as do CB, bloqueia o teste das DC e, portanto, a respectiva sensibilidade contextual confirma-se.

Para aplicar o mesmo teste a uma outra expressão cuja sensibilidade contextual pretendemos comprovar – por exemplo, ao predicado “_é verde” – teremos de descrever dois contextos de elocução distintos (C e C1), com duas elocuições verdadeiras (E4 e E5) de uma mesma frase-tipo, em que o predicado “_é verde” se aplica a dois objectos diferentes, descritos como “x é verde” e “y é verde”, em C e C1, respectivamente.

Para concluir a presente aplicação do teste das DC, teremos de imaginar um novo contexto de elocução C2. Se não for possível fazer, em C2, uma afirmação verdadeira de:

E6: x é verde e y é verde,

Então o predicado “_é verde” terá bloqueado o teste das DC, ficando assim comprovada a respectiva sensibilidade contextual.

C. O Luís comprou uma T-Shirt na *Benetton*. A T-Shirt é verde, um *verde choque*, da gama básica de cores dos algodões da *Benetton*. Impressionada com o mau gosto do Luís, a namorada diz a uma amiga:

E4: A T-shirt do Luís é verde.

C1: O Pedro acaba de ver o Luís do outro lado da rua, usando uns óculos de sol *Rayban*, com armações e lentes verdes, ambas um *verde muito escuro*. Horas mais tarde, quando o Pedro encontra a Inês no jardim, diz-lhe:

E5: Os óculos do Luís são verdes.

Se, num novo contexto C2, devidamente caracterizado, não for possível fazer uma afirmação verdadeira da *conjunção do conteúdo semântico de E4 e E5*, então teremos comprovado a sensibilidade contextual do predicado “_é verde” com o teste das DC.

C2: A Marta e a namorada do Luís estão a discutir preferências de cores. A Marta alega que a sua cor preferida é o azul-marinho. Em contrapartida, a namorada do Luís, que ficou tão perturbada com o mau gosto do Luís ao comprar uma T-shirt *verde choque* da *Benetton*, alega que a sua cor preferida é o verde, mas o tom de *verde-azeitona*. Listando alguns itens que têm as cores preferidas de ambas – e depois de ser informada das novas tentativas do Luís para modernizar o seu visual – a Marta afirma:

E6: A T-shirt do Luís é verde e os óculos do Luís são verdes.

A E6, a namorada do Luís pode responder, indignada: “Sim, mas nenhum dos dois tem o tom de verde a que eu acabo de aludir!”. Se a verdade da elocução E6 não se puder inferir da verdade de E4 e E5, o predicado “_é verde”, *usado* nas três elocuições e cuja sensibilidade contextual está a ser testada, terá bloqueado o teste das DC – porque encontrámos *uma elocução falsa* da *conjunção de duas elocuições verdadeiras* que o contém.

Para entendermos o alcance desta resposta, teremos de apelar para a noção de *entendimentos* defendida no ponto 2.3. Se [S] efectivamente sustentar a resposta contextualista, então *é a especificação* – na metalinguagem do teórico contextualista – *do*

entendimento que uma expressão singular tem num contexto de elocução relevante o que determina o conteúdo semântico da ou das expressões compostas de que aquela é uma parte constituinte e são também os entendimentos específicos de *expressões singulares com o mesmo significado literal* que decidem quando é que um objecto *conta como* sendo correctamente descrito por uma expressão singular *s* com um *entendimento X*.

Se aceitarmos [S], no exemplo sob análise o conteúdo semântico das elocuições E4 e E5 é determinado pelos entendimentos adscritos ao predicado “_é verde” na caracterização de C e C1, que são diferentes entre si e ainda diferentes do entendimento para o mesmo predicado especificado em C2. Esta é a razão porque uma *descrição colectiva* dos conteúdos semânticos de E4 e E5, quando proferida num novo contexto de elocução (C2), que especifica um novo entendimento para o predicado “_é verde”, embora conjugue duas elocuições verdadeiras (E4 e E5, em C e C1, respectivamente), pode resultar numa elocução falsa (E6) e, bem assim, bloquear o teste das DC, completando uma demonstração da sensibilidade contextual do predicado “_é verde” – expressão que não pertence ao CB.

2.4.3. TERCEIRO TESTE: DESCITAÇÃO INTERCONTEXTUAL COM USO E MENÇÃO [DIUM]

Apresentamos um último teste a que se pode submeter uma expressão – simples ou composta – cuja sensibilidade contextual se pretenda avaliar. Na verdade, DIUM não é um teste semântico completamente separado do teste da DI.

Alguns autores anti-contextualistas⁶² propõem uma complexificação do teste da Descitação Intercontextual (DI), alegando que o teórico que pretenda comprovar a sensibilidade contextual de uma expressão *e* através da descitação intercontextual não pode limitar-se a apresentar descritivamente o teste já analisado; terá ainda de *usá-lo* ao mesmo tempo que o descreve, se quer maximizar os efeitos da DI. Na medida em que a descitação intercontextual for usada e não apenas descrita ou mencionada, DI transformar-se-á no 3º Teste: a Descitação Intercontextual com Uso e Menção.

⁶² Como, por exemplo, Cappelen e Lepore, em *Insensitive Semantics* (2005).

Para um anti-contextualista, DIUM impõe-se como um contra-argumento forte à interpretação contextualista de frases e elocuções de frases das línguas naturais, porquanto detecta uma *suposta inconsistência* no argumento contextualista. Porém, este último teste (com uma componente especulativa mais densa do que os anteriores) falha aquilo que pretende demonstrar, porque os seus proponentes fazem tábua rasa à *adscrição de entendimentos* às expressões intercontextualmente descitadas, premissa basilar do argumento contextualista⁶³.

Uma determinada expressão *e* não tem sensibilidade contextual a menos que o respectivo valor semântico varie de contexto para contexto de elocução. O valor de *e* numa elocução proferida dentro de um contexto determinado – quer esta elocução *use* ou apenas *menção* *e* – é diferente do valor que *e* pode adquirir noutras elocuções em contextos supostos. Este é o requisito descritivo que todo o teste à sensibilidade contextual de uma expressão tem de ter em conta.

Seja agora *e* o pronome pessoal “ela”. Se queremos aplicar o teste da DIUM a esta expressão, *usamos* uma frase *F* que contém *e* e testamos a sensibilidade contextual de *e* em *F* pelo seguinte esquema descitativo:

F: Há (ou poderia haver) uma elocução falsa de “ela chama-se Luísa” ainda que ela se chame Luísa.

F é proferida no Contexto Narrativo [CN] em que a sensibilidade contextual da própria expressão *e* está a ser testada e, no Contexto Narrativo, quando o pronome pessoal *ela* é usado, o locutor de *F* está efectivamente a apontar para uma mulher chamada Luísa. Recorrendo às nossas intuições linguísticas de falantes competentes do Português, verificamos que é fácil imaginar uma elocução verdadeira de *F* e, portanto, “ela” é uma expressão sensível ao contexto – como, de resto, todas as expressões do CB.

DIUM complexifica-se no seguinte ponto. Para que uma expressão *e* passe o teste da descitação intercontextual, este teste deve ser suportado por um *Verdadeiro Argumento de Mudança de Contexto*. A estratégia para obter uma instanciação deste último tipo de argumento, quando se testa a sensibilidade contextual de uma expressão *e* consiste em *verificar se a frase F*, que contém *e*, e para a qual o teste fornece diferentes contextos de elocução, *é usada no contexto em que o argumento é apresentado ou apenas mencionada nesse mesmo contexto*. Mais claramente: o Argumento da Mudança de Contexto⁶⁴ [AMC] já é, ele próprio, apresentado num determinado contexto – continuemos a chamar-lhe Contexto Narrativo

⁶³ Muito especialmente numa versão ocasionalista como a de Travis.

⁶⁴ O argumento segundo o qual o valor semântico de uma mesma expressão *e*, parte constituinte de uma frase *F*, varia em função de mudanças de contexto de elocução para esta última.

[CN]. Para além do CN, o AMC inventa *outros contextos de elocução* para uma frase F que contenha a expressão *e*, cuja sensibilidade contextual o argumento pretende ver confirmada ou infirmada. Chamemos a esses outros contextos, inventados pelo AMC, os vários *Contextos Alvo*. O que um defensor do AMC pretende com a introdução e descrição de vários Contextos Alvo é demonstrar que, se *e* for sensível ao contexto, o valor semântico de diferentes elocuições de uma frase-tipo F que contenha *e* não vai ser o mesmo em todos os Contextos Alvo imagináveis⁶⁵ e que, portanto, nenhuma frase que contenha *e* é susceptível de análise vero-condicional sistemática.

Por fim, se o AMC se limita a *mencionar* no CN os diferentes *usos* possíveis de *e* nos diferentes Contextos Alvo criados pelo argumento, os proponentes de DIUM consideram essa uma versão *fraca* do AMC. Se, numa outra versão do AMC, a expressão *e* for, não apenas mencionada no CN (ou se não forem apenas mencionados no CN os diferentes usos possíveis de *e* nos Contextos Alvo criados pelo argumento), mas for simultaneamente *usada e mencionada* no CN, os proponentes de DIUM consideram esta uma versão *forte* do AMC.

F constituiria, de acordo com esta classificação, uma versão *forte* do AMC, na medida em que o pronome pessoal “ela” (correspondente à expressão *e* naquela aplicação do teste), está a ser simultaneamente usado e mencionado no CN – *usado*, quando o indivíduo que efectua o teste, no seu próprio contexto de elocução (o Contexto Narrativo), aponta para uma mulher chamada Luísa, o que torna F verdadeira; *mencionado* quando, a partir de CN, se imagina e descreve um contexto alvo em que há uma elocução falsa de “Ela chama-se Luísa”.

Se é uma versão *forte* do AMC que constitui a verdadeira demonstração da sensibilidade contextual de uma expressão *e* – e porquê – é algo que fica por averiguar para os próprios proponentes destes testes de verificação da sensibilidade contextual de expressões das línguas naturais. Por outro lado, temos vindo a insistir no facto de que *não são as expressões do CB* que têm a variação contextual do respectivo valor semântico sob análise num argumento contextualista – justamente porque essa variação não é questionável.

⁶⁵ Para além de o valor semântico de F variar em função dos diferentes Contextos Alvo, pode ainda variar entre estes e o próprio CN.

Consideramos questionável a justificação da diferença que o Minimalista Semântico⁶⁶ estipula entre versões *fracas* e *fortes* do AMC. Isto porque o CN em que o AMC é apresentado é um contexto *sui generis*, ou seja, um contexto teórico e não mais um contexto construído para ilustrar ou hipostasiar as variações intercontextuais do valor semântico de uma mesma expressão linguística. Insistir em testar uma expressão *e*, usada e mencionada no CN, como se estivesse inserida num modelo descritivo uniformizado pelo dos vários contextos alvo descritos, parece-nos mais um capricho teórico do que uma necessidade probatória. Em qualquer caso, aplicaremos DIUM a uma expressão *e* fora do CB.

Para tanto, construímos uma variação de F para uma das expressões cuja sensibilidade contextual temos vindo a analisar: o predicado “_é verde”.

F’: Há (ou poderia haver) uma elocução falsa de “A árvore de Natal é verde”, ainda que a árvore de Natal seja verde.

Para sermos bem sucedidos na elaboração de um teste de DIUM para a actual expressão *e* cuja sensibilidade contextual pretendemos demonstrar (ou seja, o predicado “_é verde”), devemos integrar *e* numa frase *S* e submeter *S* a um AMC *forte*, pelo esquema descritivo já referido e através do qual possamos encontrar pelo menos uma elocução verdadeira de F’.

Repare-se que, tal como sucedia em F (com uma expressão do CB), também em F’ o predicado “_é verde” é *usado e mencionado*⁶⁷: usado no Contexto Narrativo e mencionado em pelo menos um Contexto Alvo diferente, onde o respectivo valor semântico não coincide com o do Contexto Narrativo.

Neste ponto uma questão impõe-se: em que circunstâncias será possível obter uma versão *forte* do AMC para o exemplo sob análise, isto é, como é que podemos garantir que há pelo menos uma elocução verdadeira de F’? Mais uma vez e de acordo com a proposta contextualista que temos vindo a caracterizar e defender, a resposta é simples e consistente com os pontos acima. A chave para confirmar a sensibilidade contextual de uma expressão fora do CB (como o predicado “_é verde”) é a observância da premissa fundamental

⁶⁶ Esta posição anti-contextualista será sistematicamente caracterizada e criticada nos últimos dois capítulos da presente dissertação.

⁶⁷ F’ é proferida (ou escrita) num *contexto específico* – no contexto deste ponto desta dissertação, em que o experimento mental é proposto – ou seja, o Contexto Narrativo em que o AMC é introduzido e o teste da DIUM aplicado. No Contexto Narrativo, a expressão *e* – o predicado “_é verde” – é *usada e é mencionado* em *outro uso* de *e*, num dado Contexto Alvo, onde o respectivo valor semântico diverge do valor semântico de *e* na frase do Contexto Narrativo. Esta é uma versão *forte* do AMC – conforme solicitado pelo Minimalista –, aplicado pelo teste de DIUM a uma expressão fora do CB.

adscrita ao argumento contextualista: *as expressões de uma língua natural são susceptíveis a entendimentos*, porque os respectivos significados literais estão longe de esgotar o conteúdo das expressões singulares e, por razões composicionais, das frases ou expressões complexas que se podem construir a partir das primeiras.

A elocução de “A árvore de Natal é verde” é efectivamente *usada* no Contexto Narrativo do exemplo e é verdadeira, na medida em que estamos a considerar no CN o *entendimento1* de “_é verde”, que a seguir explicitaremos. Por seu turno, num Contexto Alvo C3, uma elocução de “A árvore de Natal é verde”, mencionada no CN, pode bem ser falsa, na medida em que estejamos a adscrever a C3, a partir do CN, um *entendimento2* de “_é verde” diferente do *entendimento1*.

[CN]: Enquanto escrevo estas linhas estou diante da minha árvore de Natal e acabo de ter uma acalorada discussão com a minha irmã sobre diferentes tons de verde. Confessei-lhe a minha perdição pelo tom verde-seco-escuro [*entendimento1*], justamente o tom que a nossa árvore de Natal tem. Profiro a frase:

[E7]: A árvore de Natal é verde.

Continuo no CN, a divagar sobre diferentes tons de verde. Imagino um novo contexto de elocução possível, C3, ainda enquanto escrevo estas linhas. Para construir C3, fixo-me no tom verde-choque [*entendimento2*] da gama básica de cores dos algodões da *Benetton*, a cor da nova T-shirt do Luís. Penso: uma elocução de “A árvore de Natal é verde” seria falsa em C3.

E posso proferir F’, sabendo que lhe corresponde pelo menos uma elocução verdadeira.

No CN – isto é, no contexto deste ponto desta dissertação –, a frase “A árvore de Natal é verde” foi usada e mencionada. Criámos, assim, uma versão *forte* do AMC para uma expressão *e* fora do CB (o predicado “_é verde”) e, *com a explicitação de dois entendimentos diferentes para o predicado*, podemos obter uma elocução verdadeira de F’, já que E7 é verdadeira por causa do *entendimento1*, mas é possível conceber uma elocução falsa de “A árvore de Natal é verde” dado, por exemplo, o *entendimento2*. Posso usar E7, com o *entendimento1* para o predicado “_é verde”, no Contexto Narrativo, ao mesmo tempo que *menciono*, também no Contexto Narrativo, uma elocução falsa de E7 no C3, com o *entendimento2* para o predicado “_é verde”.

2.5 PROPOSIÇÕES MÍNIMAS OU OCASIÕES DE ELOCUÇÃO?

Insensitive Semantics, de Cappelen e Lepore, está estrategicamente dividido em três partes.

Na parte I são apresentados alguns argumentos contextualistas recorrentes na Filosofia da Linguagem contemporânea – os autores insistem em dois deles: o *Argumento da Incompletude* e o *Argumento da Mudança de Contexto* – e o próprio Contextualismo é dividido em “Moderado” e “Radical”, sendo o primeiro tipo considerado “inconsistente”, porque as suas teses principais colapsam numa forma Radical de contextualismo, a única posição para a qual Cappelen e Lepore reservam análise e refutação.

Na parte II são descritos e aplicados os testes de verificação do valor semântico de expressões alegadamente sensíveis ao contexto de elocução, analisados no ponto 2.4.

A parte III do livro, além da defesa do próprio Minimalismo Semântico e de uma discussão sobre o *Speech Act Pluralism*, tem um curioso capítulo sobre as relações – nunca completamente esclarecidas pelos autores – entre posições *semânticas* e *metafísicas* no debate Contextualismo/Anti-Contextualismo em Filosofia da Linguagem. O principal alcance dessa discussão – na qual, segundo alegam, Cappelen e Lepore não se queriam embrenhar, não fosse por uma questão de antecipação das próprias objecções contextualistas ao Minimalismo Semântico – é separar os âmbitos de investigação e, sobretudo, *não misturar argumentos de tipo semântico com argumentos de tipo metafísico*.

Pois bem, a posição que vamos defender aqui é que são os próprios autores de *Insensitive Semantics* os primeiros a fazê-lo. A base de justificação do nosso argumento é, por um lado, a ideia de ressonâncias wittgensteinianas que foi defendida em 2.2 e, por outro, uma inconsistência a denunciar entre a aposta de separação Semântica/Metafísica, defendida pelo Minimalista, e o próprio Minimalismo Semântico.

A ideia nuclear do Minimalismo Semântico é caracterizada por Cappelen e Lepore de forma muito simples: o conteúdo semântico de qualquer frase *F* é a *proposição mínima* que todas as elocuições de *F* partilham, independentemente dos respectivos contextos de elocução. Além desta descrição esquemática, os autores defendem que o conteúdo semântico correspondente à proposição mínima expressa por toda e qualquer elocução de

uma frase *F* é o *único conteúdo* que qualquer falante que desconheça uma elocução particular de *F* reportará, em qualquer outro contexto, como o conteúdo dessa elocução.

Tomando de empréstimo a frase analisada no último teste semântico que apresentámos – *A árvore de Natal é verde* [F1] – teremos de pensar que, para o Minimalista Semântico, há uma proposição mínima expressa por todas as elocuições de [F1], independentemente das peculiaridades de cada contexto de elocução de [F1], de diferentes entendimentos que se possam adscriver ao predicado “_é verde” ou de supostas diferenças de estatuto teórico dos contextos em que [F1] pode ser usada ou analisada. Essa proposição mínima é: *A árvore de Natal é verde*.

Para o Minimalista Semântico, [F1] expressa a proposição *a árvore de Natal é verde* e é verdadeira se e somente se a árvore de Natal for verde. Aqui se esgota o contributo semântico de [F1] tal como o (suposto) problema da sensibilidade contextual de termos fora do CB – mediante a adscrição da dita proposição mínima a toda e qualquer elocução de [F1].

O pedido de *especificação de entendimentos* para o predicado “_é verde” ou de *contextos variáveis de elocução* de [F1] que, de acordo com as intuições linguísticas de falantes competentes de uma língua natural como o Português, fariam variar o conteúdo semântico de [F1] constituiriam, para o Minimalista, no primeiro dos casos, um contributo *metafísico* e, no segundo, *pragmático*. O primeiro tipo de contributo – alegam Cappelen e Lepore – deveria mesmo estar interdito a um debate de problemas de Filosofia da Linguagem⁶⁸.

Ora, o que é uma Proposição Mínima? Se a única resposta do Minimalista Semântico que podemos esperar para esta questão for uma definição como: *a proposição expressa por todas as elocuições de uma frase F, independentemente dos contextos em que F pode ser proferida*, é perfeitamente legítimo colocar a contra-questão: que entidade abstracta é tal que é comum e transversal a todos os contextos de elocução imagináveis para *F*? Qual é o seu estatuto? Onde é que se deve representar, em termos conceptuais? É uma entidade linguística? Se é uma entidade linguística, o que é que acrescenta à frase que a expressa?

⁶⁸ «To respond to the Metaphysical Objection we first have to outline how we see the division of labor in philosophy, in particular, how we see the relationship between metaphysics and philosophy of language. The Metaphysical Objection is exactly that: is metaphysical. It is a “worry” that remains no matter how we opt to do semantics. [...] metaphysicians have been asking *What-do-they-have-in-common-Questions*[...]: what do all G things have in common? [...] Notice that none of these questions are *about* language. They are non-linguistic questions. [...] In particular, these problems arise no matter what views you hold about linguistic context sensitivity». In Cappelen&Lepore, *Insensitive Semantics*, 159.

Sumariamente: *em que é que o “postulado” das Proposições Mínimas difere de uma exigência de tipo metafísico à teoria* – como a que Cappelen e Lepore imputam à especificação de entendimentos para um predicado como “_é verde”?

O tipo de argumento que defende as Proposições Mínimas começa por postular a *existência* de um tipo de entidade cujo estatuto é *dúbio*, mas que constitui uma exigência para a funcionalidade do próprio argumento. Acreditamos, de facto, que o estatuto que o Minimalismo Semântico confere às Proposições Mínimas é um estatuto *dúbio*, mas, pensando a partir de dentro do próprio argumento Minimalista, dificilmente podemos creditar aquelas como *meras entidades linguísticas*, ou dar-se-ia uma assimilação entre *proposições, frases e elocuções de frases* – sem prejuízo para o próprio Minimalismo. A partir do momento em que se atribuisse a *uma mesma instância significativa*, comum a uma frase-tipo e a todos os espécimes imagináveis, um estatuto linguístico, a primeira poderia suplantiar as segundas, sem prejuízo para a teoria e com economia de meios. Estar-se-ia, então, a assumir uma forma de *Proposicionalismo* – algo que dificilmente imaginamos o Minimalista Semântico a fazer.⁶⁹

O Minimalista, na medida em que quer uma correcta disposição dos argumentos semânticos no espaço lógico, argumenta – *contra* o defensor da sensibilidade contextual de expressões fora do CB, como sejam predicados de cor, alegadas expressões de incompletude, como “_ teve bastante” ou, virtualmente, qualquer expressão incompleta de uma língua natural – que defender a sensibilidade contextual daquelas expressões *não conduz à descoberta da suposta essência comum* entre todas as acções ou objectos descritos pelas referidas expressões incompletas nem, portanto, minimiza a incidência de questões de tipo metafísico (tais como: o que é que todos os estados de *ter tido bastante* têm em comum?)

Podemos interpretar este argumento Minimalista como uma aplicação da *navalha occamista* em favor das proposições mínimas. Ou seja: se, com a especificação de entendimentos para a proposição *B é verde* não se responde à questão metafísica fundamental (*o que é que todos os objectos verdes têm em comum que os torna verdes?*) nem se extrai desta um contributo para a determinação do conteúdo semântico de elocuções de “B é

⁶⁹ Assim se vê como um argumento que segue esta suposição é uma *reductio* e, se retomarmos o engenho da concepção wittgensteiniana de Proposições como *sombras*, verificamos que o que acontece é quase o oposto. Ou seja: *é porque as proposições – também as Proposições Mínimas – não são entidades linguísticas* é que, uma vez postuladas na teoria, têm *primazia metafísica* sobre estas últimas. Se alguma entidade tivesse de soçobrar nesta concepção, por redundância, seriam as expressões linguísticas e não as proposições. A suposta primazia metafísica das Proposições advir-lhes-ia de cumprirem uma *dupla função* (que nenhuma expressão linguística poderia cumprir): por um lado, constituiriam a caracterização abstracta ou o *pensamento* da expressão (ou expressões) que as representa. Por outro, constituiriam uma forma de ligação inalienável aos factos (a existirem) que verificariam a própria proposição.

verde»⁷⁰, então aquilo que funciona em Semântica – isto é, a única entidade a que se pode atribuir um valor de verdade – é a Proposição Mínima *B é verde*.

A razão porque esta alegação não funciona como refutação do chamado Contextualismo Radical é que, tanto o argumento ocasionalista de Travis como, inclusive, argumentos contextualistas mais fracos, trabalham sobre a mesma alegação como *reductio*. Vejamos. Para um contextualista, não é que a proposição mínima *B é verde* necessite de *entendimentos que especifiquem a aceção em que o predicado é usado numa elocução determinada* (1) ou de *uma maneira particular de algo-ser-verde* (2) para que:

(1') Um uso linguístico de “B é verde” possa determinar uma proposição mais substancial do que a proposição mínima;

(2') A identificação de variações contextuais na forma de algo-ser-verde altere a *proposição localmente expressa* por elocuições diferentes da mesma frase-tipo,

Mantendo, em qualquer caso, intacta a Proposição Mínima. O que é defendido é que este tipo de entidade soçobra.

«Suppose we ever did, in saying “Pia dances”, what was true just in case Pia dances on never mind what understanding of so engaging in it. So to speak would be to speak on a very unusual understanding of being a dancer. The rule was: *do not assign English expressions properties they do not have. Minimal Propositions lead nowhere.*»⁷¹

Aquela que é a posição contextualista mais forte e também a que tem ecos wittgensteinianos mais claros, o Ocasionalismo é, além disso, a posição que assume uma mais consequente postura *anti-metafísica*. Ao ligar de forma inextricável o *significado* das expressões de uma língua natural aos *diferentes contextos* (ou ocasiões) de elocução, o ocasionalismo desfaz a ilusão de que exista qualquer tipo de conteúdo semântico totalmente dissociado de uma ocasião de elocução, na medida em que apenas em uso é que palavras e expressões complexas têm condições de aplicação definidas.

⁷⁰ Na medida em que, para cada nova especificação ou cada novo entendimento do que é (*algo*) *contar como verde*, em tal ou tal aceção numa elocução particular, continuará a manifestar-se a necessidade de *explicar o próprio entendimento*, como um entendimento do entendimento, *ad infinitum*. O próprio Travis reconhece este facto e, por isso, nunca defende que os entendimentos determinem a formação de compostos proposicionais; os entendimentos apenas decidem o valor ou conteúdo semântico de elocuições de frases em *ocasiões particulares*.

⁷¹ TRAVIS, 2008, 160.

No quadro ocasionalista – aquele que Cappelen e Lepore considerariam como o mais radical dos quadros de Contextualismo Radical – os predicados não têm de ter um conjunto de condições de satisfação ou uma extensão determinados. A base argumentativa aqui sistematicamente utilizada para demonstrar a inviabilidade de uma semântica vero-condicional é um método “ficcional” de descrição de elocuições de frases de uma língua natural dentro dos respectivos contextos de elocução.

É-nos dito ainda que a ocasião de elocução de frases-tipo *influi directamente* no respectivo conteúdo semântico, sem passar pela análise ou recomposição da estrutura sintáctica ou da forma lógica das frases – ao contrário do que defendem *indexicalistas* como Jason Stanley ou Zoltan Szabo⁷², por exemplo.

É coerente com um quadro radical de Contextualismo pensar nas Proposições – Mínimas, Fragmentárias, Enriquecidas – como o conteúdo não sensível a qualquer contexto de elocução de uma frase-tipo e como as *sombras das expressões linguísticas correspondentes*, que não constituem mais do que uma forma de “pressupor um meio intermédio puro entre o *sinal proposicional* e os factos ou para querer purificar, sublimar, o próprio sinal proposicional”⁷³. Esse “meio intermédio” entre o sinal proposicional e o facto – ou seja, a proposição – é *sublimado* a partir de uma expressão linguística *F*, fixando o significado daquela numa entidade representativa não susceptível a entendimentos – mais um *ensaio metafísico*, que estranhamente Cappelen e Lepore não recusam, para identificar a característica fundamental de *todas as elocuições* de *F*.

⁷² Vide SZABÓ, Z.&STANLEY, J., «On Quantifier Domain Restriction », in Stanley, J., (2007), *Language in Context*, Oxford Clarendon Press, 69-111.

⁷³ WITTGENSTEIN, *PU*, §94.

CAPÍTULO 3:

MINIMALISMO E ANTI-MINIMALISMO

SEMÂNTICOS:

UM ESPECTRO TEÓRICO

3.1 ASSUMIR UMA POSIÇÃO NO ESPECTRO

Neste ponto da presente dissertação procurar-se-á expor e analisar as diferenças mais significativas entre dois argumentos contextualistas contra o chamado Minimalismo Semântico, ou seja, contra a teoria semântica que defende a adscrição de *proposições mínimas* às elocuções ou espécimes de frases-tipo, enquanto suposto denominador comum de todas as elocuções possíveis de uma mesma frase quando proferida em distintos contextos.

O primeiro argumento a ser analisado diz-nos que a mera interpretação semântica de frases-tipo em actos de elocução não obtém conteúdos proposicionais completos (nem sequer “proposições mínimas”), mas apenas “esquemas proposicionais”. Dada a sensibilidade contextual de grande parte das expressões de uma língua natural e a *indeterminação semântica* que daí advém, a intervenção de processos de interpretação pragmáticos para especificar o conteúdo proposicional das elocuções é requerida. Como adiante veremos, esta posição teórica tem pouca força explicativa quanto à definição dos ditos esquemas ou potenciais proposicionais.

O segundo argumento a ser analisado é bastante mais radical, porquanto rejeita a plausibilidade da adscrição de proposições mínimas a elocuções descontínuas de frases em diferentes ocasiões de fala. Identificado na literatura especializada como *Ocasionalismo* e já esquematizado no capítulo anterior desta tese⁷⁴, este argumento conduz a uma recusa da identificação de conteúdos proposicionais completos, supostamente expressos por diferentes elocuções de uma mesma frase em diferentes ocasiões. Duas premissas fundamentais sustentam esta posição:

- 1) O contributo de uma frase aberta para *o que é dito* por diferentes utilizações da mesma numa língua natural é irremediavelmente susceptível a diferentes *entendimentos* consoante a ocasião em que é proferida;
- 2) *O que é dito* por diferentes elocuções de uma frase é irreduzível a um contributo proposicional fixo, mesmo garantido o complemento de processos pragmáticos esquematizáveis.

⁷⁴ No capítulo anterior desta dissertação começámos a esboçar o argumento ocasionalista, ainda que de forma “negativa”, na medida em que o que fizemos foi destacá-lo como o mais forte opositor do Minimalismo Semântico. Agora pretendemos, não apenas apresentar criticamente as características definitórias do Ocasionalismo, como ainda diferenciá-lo de posições mais moderadas dentro do próprio espectro teórico contextualista.

Nesta proposta, as elocuições de frases não têm de expressar conteúdos proposicionais autónomos da ocasião em que são proferidas nem de ser vero-condicionalmente avaliáveis fora dos respectivos eventos históricos de elocução.

3.2 MINIMALISMO SEMÂNTICO OUTRA VEZ

O Minimalismo Semântico [MS], cujas principais peculiaridades teóricas foram já apresentadas no Capítulo II da presente dissertação, é uma teoria semântica que reconhece um número muito limitado de expressões “sensíveis ao contexto” numa língua natural como o Português, ou seja, expressões cujo *valor semântico* na interpretação de frases ou elocuições de frases de que são constituintes varia ou pode variar consoante o contexto em que uma frase que as contém é proferida.

Recapitulamos rapidamente as pedras angulares de *Insensitive Semantics*. Cappelen e Lepore [2005] chamam ao conjunto daquelas expressões o “Conjunto Básico de expressões sensíveis ao Contexto”. Defendem que o conteúdo desse conjunto pode ser fixado a partir de uma lista de expressões tornada “clássica” pelo trabalho pioneiro de David Kaplan [1989]. No seu “Demonstratives” Kaplan fixa uma proposta de interpretação para a variação contextual do valor semântico das expressões Indexicais, subdivididas em *indexicais puros* (p.ex: “Eu”, “hoje”, “amanhã”, “aqui” e “agora”) e *verdadeiros demonstrativos* (“ele”, “ela”, “o seu (dele)”, “a sua (dela)”, “o seu (dela)”, “a sua (dela)”, “este”, “esta”)⁷⁵.

O argumento minimalista defende que só o valor semântico das expressões analisadas no Conjunto Básico é que é contextualmente afectável. A tese mais forte do MS diz que *o contexto de elocução de qualquer frase f influi muito pouco na determinação do respectivo conteúdo semântico*. Dois corolários dessa tese geral são:

⁷⁵ Segundo Kaplan, a diferença entre indexicais puros e verdadeiros demonstrativos está na forma de determinação do *conteúdo semântico* e da *referência* das respectivas expressões para cada contexto de elocução. O conteúdo semântico dos *indexicais puros* pode ser determinado por recurso a uma *regra semântica* (invariável) que, quando aplicada a qualquer elocução particular que contenha uma tal expressão, provê o respectivo *conteúdo* da expressão no contexto de elocução sob análise. Em contrapartida, para determinar *conteúdo* e *referência* de um *verdadeiro demonstrativo* utilizado num contexto particular de elocução, precisaríamos ainda de conhecer as *intenções do falante* e, em casos particulares, de um gesto demonstrativo ou de *ostensão*. Esta metodologia e distinção são esquemáticas e não obtêm consenso entre diferentes teorias semânticas (*vide* Smith [1989], Predelli [1998], Salmon [1991]). Este ponto não é determinante para a presente exposição e, em todo o caso, reportam-se apenas as distinções nucleares do trabalho de Kaplan.

- (1) Que todas as formas de sensibilidade contextual são gramaticalmente identificáveis (ou seja, são extraíveis da forma sintáctica das frases); e
- (2) Que, para além de contribuir para a fixação do valor semântico das expressões do Conjunto Básico, o contexto de elocução de uma frase de uma língua natural como o Português não tem nenhum efeito relevante na proposição semanticamente expressa pela respectiva elocução.

Garantidos (1) e (2) o minimalista semântico pode estabelecer a Conclusão Minimalista:

[CM]: O conteúdo semântico de qualquer frase S é a Proposição Mínima que todas as elocuições de S expressam, fixando os tempos verbais e estabilizando os valores semânticos de qualquer ocorrência em S de expressões do Conjunto Básico.

3.3 UMA HERANÇA FREGEANA

Façamos uma pequena re-incursão por um ponto importante da Filosofia de Frege. Na Introdução aos *Fundamentos da Aritmética* (1884), Frege enumera três princípios basilares para o seu projecto de fundamentar logicamente a matemática. Entre os três princípios, uma espécie de axiomas do Logicismo, conta-se o Princípio do Contexto (lado a lado com o Princípio da Separação de Conteúdos Lógicos de Psicológicos e o Princípio da Distinção entre Conceitos e Objectos).

O Princípio do Contexto é normalmente encarado como um dos mais importantes pilares teóricos da filosofia da linguagem de Frege, tendo sido adaptado e defendido pelos herdeiros imediatos da mesma, como o primeiro Wittgenstein.

Tal como é formulado na Introdução de *Os Fundamentos da Aritmética*, o Princípio do Contexto afirma o seguinte:

«Só se pode perguntar pela denotação de uma palavra no contexto de uma proposição e não considerando-a isoladamente.»

É meu propósito defender, neste ponto da presente dissertação que, enquadrada por diferentes teses e abordagens, qualquer posição contextualista sobre o significado de frases numa língua natural parte de uma *rejeição* deste princípio.

Para Frege, questões de interpretação precedem sempre a fixação do significado ou conteúdo da proposição expressa por qualquer frase *f*. Quando um falante competente de uma língua *L* compreende o pensamento expresso por uma determinada frase e o faz atendendo a um princípio de composicionalidade que computa os significados particulares das respectivas partes componentes em ordem à obtenção do significado total da mesma, exclui nesse processo de compreensão qualquer possibilidade de interpretar ou *modular* de uma ou de outra forma os significados particulares das palavras e expressões particulares da frase em questão.

Um determinado pensamento é, desta forma, o *referente* de uma determinada frase e é totalmente independente de qualquer processo de interpretação relativo aos significados locais das suas partes constituintes. *O Princípio do Contexto de Frege é só uma regra semântica.* Todo o falante e intérprete competente de uma língua *L* que respeite o que essa regra prescreve estará apto a descodificar o significado de uma frase bem construída em *L*.

Este mesmo Princípio ou regra semântica está na base tanto de teorias composicionais para o significado de línguas naturais como para projectos de semântica vero-condicional, uma vez que as condições sob as quais uma determinada frase *f* de uma língua *L* pode ser verdadeira são determinadas pelas propriedades semânticas atribuídas aos componentes de *f*.

Apesar de ter sido designado como Princípio do Contexto, o “axioma semântico” que Frege estipula na Introdução aos *Fundamentos da Aritmética* diz apenas respeito à *totalidade fechada de uma frase*, excluindo qualquer consideração sobre as circunstâncias particulares em que a frase pode ser proferida.

O Minimalismo Semântico é um dos herdeiros naturais deste princípio uma vez que, de acordo com os seus pilares teóricos fundamentais, nenhum tipo de influência contextual é susceptível de influenciar o conteúdo vero-condicional de uma elocução particular de uma frase, a menos que o significado convencional da última o exija.

Por mais diferentes que sejam, com maior ou menor radicalidade, todas as propostas de contextualismo semântico para interpretar espécimes de frases numa língua natural desafiam o Princípio do Contexto. E isto é facilmente justificado se tivermos em conta que o tipo de contexto que constitui o fulcro das discussões do contextualismo semântico *não é* o “contexto interno” que interconecta as partes de uma frase, mas são os diferentes contextos em que uma mesma frase é ou pode ser proferida por falantes competentes, contextos que computam informação *extra-linguística* na determinação do significado e condições de verdade de elocuções descontínuas.

No fundo, o que está verdadeiramente em questão dentro das propostas contextualistas é determinar – se isso for determinável – como é que o “contexto externo” ou enquadramento de diferentes elocuções de uma mesma frase-tipo pode afectar o significado das respectivas partes constituintes e, desta forma, o seu significado ou valor de verdade total, constatando-se que há diferentes condições de verdade para adscriver a diferentes elocuções de uma mesma frase.

Mais especificamente, o conteúdo de *duas ou mais elocuções* de uma mesma frase pode variar em função de diferenças entre os contextos em que são proferidas e essas diferenças não têm porque ser reféns de termos indexicais contidos na frase em questão ou de processos interpretativos prévios à fixação do conteúdo semântico total de uma frase *f*, apenas em função do valor semântico das respectivas partes componentes. Só este esboço genérico do principal desafio teórico representado pelo contextualismo semântico já está em conflito com o Princípio do Contexto *interno da Proposição*, defendido por Frege.

3.4 O MINIMALISTA E AS SUAS RAZÕES

Em *Insensitive Semantics*, Cappelen e Lepore identificam e classificam os principais opositores ao Minimalismo Semântico no âmbito da filosofia da linguagem contemporânea. As posições teóricas que se opõem ao MS são divididas entre “Contextualismo Radical” e “Contextualismo Moderado”.

Os autores afirmam que os teóricos que defendem uma ou outra posição terminam sempre por defender um de dois tipos de argumento: *Argumentos de Variação de Contexto* ou *Argumentos de Incompletude*. Apresentando versões muito esquemáticas de um e outro tipo de argumento, C&L começam por afirmar que, caso qualquer dos dois tipos de argumento fosse relevante para uma teoria semântica, inviabilizá-la-ia.

Para o Minimalismo é, pois, determinante na construção de uma teoria semântica coerente – uma teoria que permita determinar o *conteúdo semântico* ou as *condições de verdade* (ou ambos) de qualquer frase passível de ser formulada e proferida numa língua natural como o Português – que tanto os *Argumentos de Variação de Contexto* como os *Argumentos de Incompletude* sejam invalidados. Com base nesta convicção, Cappelen e Lepore formulam alguns exemplos daqueles tipos de argumento que dizem sustentar todas as posições contextualistas, apenas para que sejam rejeitados.

3.4.1 ARGUMENTOS DE VARIAÇÃO DE CONTEXTO

Os Argumentos de Variação de Contexto são descritos por Cappelen e Lepore como experimentos mentais destinados a provar a sensibilidade contextual de qualquer expressão *e* não incluída no Conjunto Básico de indexicais e demonstrativos. Todo o defensor de uma posição contextualista, dizem, está interessado em averiguar *se e de que maneira* é que o conteúdo semântico de uma expressão (simples ou composta, isto é, um lexema ou uma frase) pode ser influenciado ou mesmo determinado pelos *contextos de elocução* em que a expressão pode ser usada. Para testar essa influência, o teórico contextualista explora as intuições dos falantes competentes de uma língua L que possam

aferir se *o que é dito* ou a *proposição expressa* ou *as condições de verdade* de diferentes elocuições de uma mesma frase *f* variam de alguma forma sistemática (ou sem nenhum padrão específico, como tendem a defender os Contextualistas Radicais) em função da variação dos contextos de elocução.

A principal objecção que C&L colocam a este tipo de argumento prende-se com uma suposta falha de “reflexividade” por parte dos mesmos. Segundo C&L, ao propor variações nos contextos de elocução possíveis de uma mesma frase *f*, o contextualista descarta *o seu próprio contexto*, o mesmo é dizer, elabora o seu experimento mental de forma *descontextualizada* ou como se o contexto do experimento mental não fosse, ele mesmo, relativo.

3.4.2. ARGUMENTOS DE INCOMPLETUDE

Cappelen e Lepore chamam “Argumentos de Incompletude” a um tipo de propostas contextualistas que apelam a intuições dos falantes competentes de uma língua natural como o Português e que, segundo os autores, pedem respostas de tipo metafísico e não semântico. Dizem-nos que o propósito central destes argumentos é defender que as Proposições Mínimas, tal como são defendidas pelo MS, são ou podem ser apenas “fragmentos” ou “esqueletos proposicionais” (*Vide*, Bach⁷⁶ [1996], Récanati [2004]) e, portanto, o conteúdo semântico de qualquer frase *f* proferida num contexto de elocução *c* será meramente fragmentário. Ora, se supusermos que as proposições (também as *proposições mínimas*) devem expressar pensamentos completos e aceitarmos alguma forma do Argumento de Incompletude, seremos compelidos a retirar às proposições mínimas todo o valor explicativo para determinar o conteúdo semântico de uma frase.

Por que é que C&L afirmam que este tipo de argumentos explora intuições metafísicas (e *não* intuições linguísticas) dos falantes? Supostamente, os Argumentos de Incompletude tentam avaliar características do mundo (e não aspectos do significado linguístico ou convencional das expressões), para defender que *o mundo nunca é* meramente como as proposições mínimas o descrevem. Os Argumentos de Incompletude, conforme apresentados por C&L, basear-se-iam num conjunto de suposições.

⁷⁶ Veremos no CAPÍTULO 4 da dissertação como Bach demarca as suas próprias posições de qualquer forma de contextualismo.

Suponha-se que as proposições (também as Proposições Mínimas) só têm entidade teórica no âmbito de uma teoria semântica se tiverem um papel a desempenhar na explicação do conteúdo semântico das frases, e que tal explicação só é possível se as proposições forem verdadeiras ou falsas por identificarem aquilo que é ou não é o caso (no mundo). Então, se o mundo nunca for como as proposições mínimas o descrevem, aquelas não terão nenhuma função explicativa e, portanto, não lhes deve ser adscrita nenhuma função teórica.

Considere-se a proposição P, que qualquer elocução da frase-tipo “O Pedro está pronto” deveria expressar, enquanto conteúdo semântico da frase. Ora, no mundo, não parece existir um estado de coisas como *o Pedro estar pronto, simpliciter*. No mundo, o Pedro poderá estar *pronto para algo* ou poderá estar *pronto à hora x para a tarefa y*, mas *o Pedro nunca estará pronto (sem mais)*, de tal forma que esse seja um estado de coisas passível de ser identificado pela proposição P.

Para não ser residual e poder identificar um estado de coisas do mundo, a proposição P precisaria de ser qualificada ou enriquecida, um processo que os minimalistas negam ser necessário para aferir o conteúdo semântico *mínimo* de qualquer elocução de uma frase *f* (o suposto conteúdo semântico *comum* a todas as elocuições de *f*, em todos os contextos).

C&L defendem que os Argumentos de Incompletude não são bons argumentos por resultarem de alegações metafísicas sobre “conteúdos proposicionais puros” e, uma vez que contariam como “argumentos metafísicos disfarçados de argumentos semânticos”, não estariam aptos para inviabilizar as Proposições Mínimas nem o próprio Minimalismo Semântico.

3.5 DUAS ESTRATÉGIAS ANTI-MINIMALISTAS

3.5.1. RÉCANATI E O *QUADRO LITERALISTA*

Em *Literal Meaning* [2004], Récanati apresenta um argumento contra a principal linha de força daquilo a que chama “o quadro literalista”⁷⁷: a adscrição de *uma mesma proposição mínima* a toda e qualquer elocução de uma frase-tipo *f*.

A tese mais forte do Literalismo diz-nos que conhecer e dominar uma linguagem L equivale a *conhecer uma teoria* que permita, recursivamente, estabelecer as condições de verdade ou a proposição expressa por toda e qualquer frase bem formada de L (em modo declarativo), a partir de:

- 1) Expressões básicas ou “primitivos semânticos” de L;
- 2) *Regras sintáticas* que determinam como é que os primitivos semânticos se podem organizar para obter uma frase bem formada em L e
- 3) Um *princípio semântico de composicionalidade*.

O proponente de uma forma arquetípica de Literalismo separa dois tipos de interpretação, respectivamente, de frases e elocuições de frases de L: “interpretação semântica” e “interpretação pragmática”, e está especialmente motivado para a construção de uma teoria que explique o primeiro tipo de interpretação. A *interpretação semântica* pode definir-se como a técnica através da qual um conhecedor e intérprete de L fica habilitado a adscrever a qualquer frase arbitrária formulável em L a proposição *p* que essa frase expressa e as respectivas condições de verdade.

O literalista assume que a *interpretação pragmática* de elocuições de frases de L é um processo totalmente autónomo da respectiva interpretação semântica, correspondendo a primeira à interpretação das diferentes *utilizações* que um falante competente de L pode fazer das frases formuláveis nessa linguagem. Para o literalista, a interpretação pragmática – ao contrário da interpretação semântica – nunca poderá ser dissociada *das intenções comunicativas* e do significado do falante.

⁷⁷ *Literal Meaning*, 55.

O *quadro literalista* (que, segundo o próprio Recanati, incorpora posições herdeiras da semântica vero-condicional davidsoniana, incluindo o Minimalismo Semântico) postula uma distinção axial entre:

- a) Aquilo que uma frase *f* de uma linguagem L significa, e
- b) Aquilo que um falante competente de L (com base num “pressuposto geral de racionalidade”⁷⁸) pode querer dizer ao proferir *f*, num contexto de elocução particular, ainda quando **a)** e **b)** coincidem.

Em suma: o literalista assume que **a)** pode ser exclusivamente determinado pelo processo de interpretação semântica, sem computar nesse processo de interpretação as crenças, intenções ou significado do falante. Por contraste, no mesmo quadro de abordagem teórica, **b)** é estritamente determinado pela *interpretação pragmática*. A interpretação pragmática implica uma avaliação das actuais intenções comunicativas do falante, para cuja elucidação toda a informação contextual disponível sobre o acto de fala em que *f* é proferida pode ser relevante.

3.5.2. PROCESSOS PRAGMÁTICOS PRIMÁRIOS

A posição contextualista de Recanati conduz à rejeição do Minimalismo Semântico e, bem assim, das Proposições Mínimas enquanto suposto conteúdo semântico invariável que se pudesse adscrever a todas as elocuições ou espécimes de uma mesma frase *f* numa língua natural como o Português.

Esta tese contextualista rejeita, do *quadro literalista*, a adscrição de proposições completas (mesmo se *mínimas*) a frases de uma linguagem L, com base na dedução de conteúdos semânticos puros a partir do significado convencional de expressões de L e de um princípio semântico de composicionalidade. Recanati defende que este tipo de

⁷⁸ Um princípio assumido por propostas teóricas contextualistas e anti-contextualistas, mas nunca claramente definido.

interpretação, por si só, nunca obtém proposições completas, sem a intervenção de diferentes tipos de processos pragmáticos primários⁷⁹.

Em *Literal Meaning* são classificados quatro tipos de processos pragmáticos primários: *saturação* (normalmente reclamada na literatura como um processo semântico⁸⁰), *livre enriquecimento*, *transferência* e *afrouxamento* [Loosening].

Deve entender-se por *saturação* um processo de interpretação, linguisticamente obrigatório, através do qual o conteúdo proposicional completo de uma elocução é definido mediante a atribuição de valores contextuais quer a indexicais quer a predicados vagos ou cujo domínio não está restringido no significado linguístico convencional ou na forma lógica da elocução. Seja o exemplo (*e1*):

(*e1*) *Ele* é um homem *alto*.

Para tornar proposicional o conteúdo de (*e1*), o respectivo intérprete deverá, não apenas determinar a referência ou conteúdo do demonstrativo “ele” como ainda especificar qual é o padrão de “altura” relevante ou que está a ser avaliado pelo utilizador de (*e1*).

Descreve-se como *livre enriquecimento* um tipo de processo pragmático primário que não é linguisticamente obrigatório mas opcional, sendo, ainda assim, determinante na obtenção do conteúdo proposicional de uma elocução. Em exemplos típicos de livre enriquecimento analisam-se expressões singulares numa elocução (como um predicado ou um conector), cujos significados locais são especificados por um processo inferencial não

⁷⁹ *Processos Pragmáticos primários* são descritos como processos “pré-proposicionais”, isto é, processos que, por contraste com as *implicaturas conversacionais*, não pressupõem a identificação prévia de um conteúdo proposicional completo e específico expresso por uma frase *f* nem a consciência ou disponibilidade dos respectivos efeitos sobre os esquemas ou esqueletos proposicionais por parte de um falante competente de L.

⁸⁰ Recanati rejeita classificar a *saturação* como um processo de interpretação meramente semântico. Pela seguinte razão: a classe de expressões usualmente classificadas como *indexicais* (dividida por Kaplan em “indexicais puros” e “verdadeiros demonstrativos”) sofre os efeitos da indeterminação semântica e a respectiva referência não pode ser fixada sem computar contextualmente o significado e as intenções comunicativas do falante. Ao contrário dos indexicais puros, cuja variação contextual de referentes deverá ser prevista e sintetizada numa regra semântica, no caso dos demonstrativos, mesmo quando se lhes adscrive uma regra de determinação de referentes, esta não dispensa noções tipicamente pragmáticas. Se, ao fixar uma regra de adscrição de referentes a um demonstrativo como “este” se postular que *o objecto referido pelo demonstrativo é o objecto mais saliente ou destacado no contexto em que a elocução que contém o demonstrativo é proferida*, estar-se-á a apelar para o significado do falante da elocução e para aquilo que aquele quer referir mediante a utilização do demonstrativo. No caso dos demonstrativos, não há regra semântica pura que possa sintetizar o procedimento de adscrição contextual de valores sem computar as intenções comunicativas dos falantes ou prescindir da identificação pragmática dos respectivos referentes. Uma vez que o processo de saturação, a fim de obter a proposicionalidade do conteúdo de uma elocução, não pode dispensar a adscrição contextual de valores aos demonstrativos, esse processo conta, para Recanati, como um *processo pragmático primário obrigatório* para fixar a interpretação de uma elocução.

consciente. Com a intervenção de uma inferência não consciente (ou, pelo menos, não explicitada), a interpretação pragmática da elocução obtém condições de verdade intuitivas que transcendem o conteúdo puramente linguístico da mesma e, bem assim, as respectivas condições de verdade (literais) obtidas composicionalmente. Seja o exemplo da elocução:

(e2) O Pedro tirou o revólver do bolso e disparou.

A regra semântica da conjunção diz apenas que, para uma conjunção ser verdadeira, todos os membros conjuntos terão de o ser (a respectiva ordem é irrelevante). O predicado “_disparou” não é linguisticamente especificado nem as condições de aplicação restringidas em (e2). Porém, por um processo (pragmático) de inferência não consciente, um falante e intérprete competente de (e2) atribuirá a esta elocução o conteúdo proposicional (livremente enriquecido) de que *o Pedro tirou o revolver do bolso [em primeiro lugar] e disparou [com o revólver] [sobre alguém] [em segundo lugar]*.

O processo pragmático designado por *afrouxamento* [*Loosening*] é um processo em que as condições de aplicação de um predicado são expandidas. Tomemos o exemplo da seguinte elocução:

(e3) A cabine telefónica *engoliu* as moedas.

Uma vez que cabines telefónicas não são organismos vivos e, por isso, não são dotadas da capacidade orgânica para engolir objectos, o predicado que ocorre em (e3) expressa, nesta elocução particular, um conceito com condições de aplicação mais amplas do que as literalmente impostas (o predicado “_ engoliu” não é, portanto, susceptível de interpretação literal em (e3)).

Com a intervenção do processo pragmático primário de *transferência*, o resultado da interpretação pragmática de uma elocução ou de parte de uma elocução não é uma versão restringida nem ampliada de um constituinte da mesma. O processo pragmático de transferência produz um significado novo (*ad hoc*) para um conceito que, partindo embora de uma associação com o respectivo *significado literal*, está deslocado em relação a este último. Seja a seguinte elocução:

(e4) A mesa 4 foi-se embora sem pagar.

Vamos supor que esta frase é proferida num contexto relevante em que é possível *transferir* o significado literal da descrição “a mesa 4” para um significado não literal, mas associado ao primeiro, em que aquela descrição refira localmente *o cliente da mesa 4*.⁸¹

Tendo em conta que qualquer tipo de processo pragmático é determinado pelo uso das expressões de uma linguagem por um falante competente da mesma, a interpretação pragmática de uma elocução (que o quadro literalista separa radicalmente da interpretação semântica) depende do respectivo *contexto* e do *significado do falante*.

Nos fenómenos de sensibilidade contextual que transcendem a dicotomia *carácter-conteúdo* aplicável aos indexicais puros e verdadeiros demonstrativos, toda a informação contextual que enquadra uma elocução pode contribuir para a determinação do respectivo conteúdo proposicional. O tipo de provisão contextual de conteúdos requerido pelas regras semânticas para fixar o conteúdo de indexicais puros e verdadeiros demonstrativos está longe de ser o único tipo [de contexto] requerido para interpretar pragmaticamente expressões singulares e elocuições de uma língua natural como o Português.

Algumas posições teóricas distinguem mesmo dois tipos de contexto que podem afectar a interpretação de elocuições de frases – *contexto amplo* e *contexto restrito* [vide BACH, 2006]. O *contexto amplo* é construído como uma noção *pragmática* e diz respeito a toda e qualquer informação que “enquadre” ou contextualize uma elocução particular e cujo conhecimento é imprescindível para determinar quer as intenções do falante quer as condições de sucesso do respectivo acto de fala. O *contexto restrito* refere, num quadro teórico que defenda essa dicotomia, o conjunto de índices que facultam a informação relevante para fixar o valor das expressões indexicais numa elocução.

De acordo com a proposta quasi-contextualista⁸² de Recanati, a maior parte das expressões de uma língua natural cujo valor semântico é afectado sistematicamente pelo

⁸¹ Num nível complementar de análise, em que os fins do presente exemplo não fossem meramente ilustrativos de um processo pragmático específico, mas se tivesse em conta uma totalidade mais ampla de acção comunicativa, poderíamos interpretar (pragmaticamente) o conteúdo proposicional de (e4) como um resultado de transferência e de afrouxamento.

⁸² Esta terminologia é do próprio Recanati que, no Cap. 6 de *Literal Meaning* (“From Literalism to Contextualism”), identifica a sua posição dentro do quadro explorado nesse capítulo do livro como *quasi-contextualista*.

contexto em que são proferidas não são expressões indexicais⁸³, mas sim *semanticamente indeterminadas*.

3.5.3. INDETERMINAÇÃO SEMÂNTICA

A *indeterminação semântica* é um fenómeno pragmático que, tal como a “deficiência de carácter” que, nos termos de Bach [2005], afecta os indexicais modificando o seu valor entre elocuições, faz com que o valor semântico de grande parte das expressões de uma língua natural com o mesmo significado linguístico varie de elocução para elocução, em função das intenções comunicativas dos falantes da língua. Para toda a expressão semanticamente indeterminada de uma língua natural, a respectiva interpretação semântica não fixa o seu contributo para *o que é dito* por diferentes elocuições que tenham essa expressão como parte constituinte. Os valores semânticos contextualmente adscritos a essas expressões são determinados pelo significado do falante, sendo este processo do foro da *interpretação pragmática*.

O argumento exposto em *Literal Meaning* para justificar a indeterminação semântica tem a seguinte estrutura:

(1) O único tipo de contexto que pode afectar a interpretação semântica das expressões de uma língua natural é o *contexto restrito*, ou seja, aquele tipo de contexto que faculta a informação necessária para fixar o conteúdo das expressões indexicais numa elocução.

(2) Às expressões de uma língua natural afectadas pela indeterminação semântica correspondem, do ponto de vista sintáctico, *variáveis livres* que requerem a adscrição de valores em função dos contextos de elocução. Uma vez que essas expressões são *indeterminadas*, os valores ou conteúdos que a interpretação de uma elocução lhes pode atribuir não são determináveis por uma regra semântica (como no caso dos indexicais

⁸³ Autores como Jason Stanley e Zoltán Szabó concebem uma estratégia supostamente explicativa da variação contextual que afecta a interpretação de expressões singulares e de elocuições de frases numa língua natural, que passa pela postulação de *indexicais não identificáveis na estrutura sintáctica superficial nem no conteúdo literal de uma frase*, mas inseridos como variáveis livres na mesma, variáveis que precisam de adscrição contextual de valores para que uma elocução particular da frase determine um conteúdo proposicional específico. Cappelen e Lepore rotulam esta proposta de interpretação de elocuições como a “Estratégia do Indexical Escondido”.

puros) nem por qualquer função do contexto restrito. Só o *contexto amplo*, isto é, as intenções comunicativas do falante numa elocução particular, podem determinar o que é que o falante quis dizer ao usar uma expressão semanticamente indeterminada.

(3) Só um *processo pragmático* pode determinar o significado contextual de uma expressão semanticamente indeterminada.

(4) Quase todas as expressões singulares de uma língua natural como o Português sofrem de indeterminação semântica (aceitando este princípio e atendendo a razões composicionais, também a maior parte das frases formuláveis numa língua como o Português serão semanticamente indeterminadas).

(5) Ou (a) a *interpretação semântica* de uma elocução de uma frase-tipo, através da adscrição de valores a expressões singulares manifestamente sensíveis ao contexto que ocorrem na mesma, não obtém mais do que um esquema proposicional e a *interpretação pragmática* tem de complementar a primeira para obter um conteúdo proposicional completo; ou (b) se chega à *interpretação semântica* de uma elocução apenas *quando já se recorreu a processos pragmáticos de interpretação* para fixar o valor das expressões semanticamente indeterminadas, valor este que podemos colocar artificialmente e *a posteriori* no respectivo contexto restrito.

Para qualquer das alternativas supra-descritas, o presente argumento quasi-contextualista defende que a interpretação semântica é sempre insuficiente para determinar o valor contextual das expressões semanticamente indeterminadas.

3.5.3.1. POR QUE É QUE ACEITAR A INDETERMINAÇÃO SEMÂNTICA IMPLICA REJEITAR AS PROPOSIÇÕES MÍNIMAS?

Aceitando a posição principal do ponto (4) acima e o respectivo corolário, isto é, a tese de que a maioria das frases formuláveis numa língua natural como o Português são semanticamente indeterminadas, ver-nos-emos forçados a atribuir um papel residual ao *significado literal* das respectivas elocuições. Porquê? Porque, dada a indeterminação semântica e a consequente necessidade dos processos pragmáticos de interpretação para determinar *conteúdos proposicionais completos*, o significado literal de uma frase – supostamente fixado pelas regras gramaticais e sintáticas da língua e a observância de um princípio de

composicionalidade, com independência do significado e das intenções comunicativas do falante – nunca corresponderia a uma proposição completa sem a intervenção dos quatro tipos de processos pragmáticos analisados no ponto 3.5.2.

A *indeterminação semântica* é um fenómeno superável pela intervenção de *qualquer um* (podendo mesmo ser *todos*) dos processos pragmáticos primários descritos e pela *Modulação* dos significados literais locais dos componentes de uma elocução *e* de uma frase *f*, obtida mediante a reformulação interpretativa que a intervenção dos processos pragmáticos disponibiliza.

Um autor como Scott Soames⁸⁴ [Soames, 2002], por exemplo, alega que é possível ao intérprete de uma frase *f* de uma língua natural separar o *conteúdo semântico (mínimo)* de *f* dos possíveis conteúdos pragmáticos de diferentes elocuições de *f*. Esta estratégia procederia por *abstracção* do primeiro tipo de conteúdo a partir dos segundos. O conteúdo semântico de *f* deixar-se-ia definir, em função de um contexto padrão *C*, como *aquilo que é afirmado por toda e qualquer elocução declarativa de f em diferentes contextos, fixando a referência dos indexicais de f pelas respectivas referências em C* [Regra da Abstracção Semântica].

Se o conteúdo semântico *mínimo* de toda e qualquer elocução *estivesse contido* (e pudesse, portanto, ser abstraído) nos respectivos conteúdos pragmáticos, poder-se-ia generalizar a Regra da Abstracção Semântica, obtendo, mediante a sua aplicação, a Proposição Mínima expressa por toda e qualquer elocução [*e'*...*e"*] de *f*. Para obter a PM expressa por uma elocução particular *e*, o intérprete só teria de extrair de *e* os conteúdos proposicionais resultantes do enriquecimento pragmático *opcional* (vinculados especificamente ao contexto em que *e* é proferida), a fim de obter o *conteúdo proposicional mínimo* (CPM), supostamente integrado no *conteúdo proposicional enriquecido* (CPE).

A Regra da Abstracção Semântica não é generalizável, dentro da proposta quasi-contextualista de Recanati, na medida em que os quatro processos pragmáticos primários interagem na formação do conteúdo pragmático de uma elocução *e*, por causa da “deslocação conceptual” operada pelo processo de *transferência* e pela “flexibilização” conceptual operada pelo *afrouxamento*, (CPM) pode não estar contido em (CPE).

Tomemos (*e4*) como contra-exemplo à Regra da Abstracção Semântica. Ao interpretar (*e4*), não adscreveríamos àquela elocução o *conteúdo proposicional mínimo* decalcado do significado literal da frase instanciada pela elocução, a saber, que *a mesa 4 se foi embora sem pagar (P4)*, tal como não suporíamos que um falante competente de Português que profira

⁸⁴ SOAMES, S.: *Beyond Rigidity: The Unfinished Semantics Agenda of “Naming and Necessity”*, 2002.

(e4) em qualquer contexto específico (sem recurso à ironia ou a qualquer outro processo pragmático *secundário*) estivesse a afirmar **(P4)**, entre outros conteúdos proposicionais pragmaticamente enriquecidos.

O Minimalismo Semântico, tal como a Regra da Abstracção Semântica, não propõem apenas uma separação analítica entre *conteúdo semântico* e *conteúdos pragmáticos*; ambas as propostas querem ainda construir o conteúdo semântico a partir do significado literal de uma frase, adscrevendo-lhe elementos contextuais apenas quando necessários para tornar o conteúdo semântico de uma elocução numa proposição completa.

A principal tese minimalista, ao abrigo do Quadro Literalista que temos vindo a expor defende **(T)**:

(T) a proposição completa (mínima) que corresponde ao conteúdo semântico de uma elocução *e* está isenta de aspectos pragmáticos como o *significado do falante* ou as respectivas *intenções comunicativas*.

Aceitar o argumento quasi-contextualista de Récanati compromete-nos com a rejeição de **(T)**, pelas seguintes razões:

- (1) Se aceitarmos que a *saturação* é um processo pragmático primário (obrigatório) – não dissociável das intenções comunicativas do falante –, necessário para obter o conteúdo proposicional mínimo de uma elocução, comprometemo-nos com a conclusão de que a dedução da PM de uma elocução não se pode fazer recorrendo *só* aos significados convencionais das expressões singulares de uma frase-tipo e aos processos composicionais que nos dão o *significado literal* desta, desconectado de todo e qualquer *significado do falante*;
- (2) Uma vez comprovado que a PM nem sempre corresponde a uma parte do conteúdo total do que é afirmado por um falante ao proferir uma elocução *e*, também nem sempre pode ser abstraída daquele;
- (3) Uma “estratégia minimalista” (como a Regra da Abstracção Semântica) para obter a proposição mínima expressa por uma elocução *e* passa por separar o *conteúdo semântico* da mesma dos *conteúdos pragmáticos*. O minimalista alega que só

o primeiro é computável para a obtenção da PM. Mas a interpretação de elocuições que contêm termos indexicais (entendidos em sentido amplo, incluindo também os “verdadeiros demonstrativos”) provou que *não existem conteúdos semânticos puros*, totalmente separáveis das intenções comunicativas dos falantes e, portanto, dos conteúdos pragmáticos (o que justifica a inclusão que o argumento quasi-contextualista faz da *saturação* nos *processos pragmáticos primários*);

- (4) As PM não desempenham nenhum papel explicativo na determinação do conteúdo expresso [*what is said*] pela utilização de uma frase em forma declarativa. São meras “entidades híbridas”, nem totalmente determinadas pelas regras sintáticas e semânticas de uma linguagem, nem contribuindo para esclarecer as intenções comunicativas de um falante ao proferir uma frase *f* – uma vez que a PM supostamente expressa por *f* nem sempre está conscientemente acessível ao falante nem tem de ser computada na interpretação de uma elocução particular de *f*.

Não correspondendo a entidades semânticas puras nem tendo um papel a desempenhar na interpretação de elocuições ou na comunicação bem sucedida entre interlocutores, as Proposições Mínimas são, de acordo com o argumento quasi-contextualista, *residuais*. Porém, Recanati [1993] salvaguarda um estatuto *contrafactual* para as Proposições Mínimas que o separa de posições mais radicais dentro do espectro contextualista. Contrafactualmente, a PM constituiria a proposição expressa por uma elocução *e* se nenhum processo pragmático de modulação do significado literal interviesse na respectiva interpretação.

Formas mais radicais de Contextualismo rejeitam a inteligibilidade do suposto estatuto contrafactual das PM, defendendo a *necessidade* da modulação de significados das expressões simples para a obtenção do significado das elocuições.

3.6 O ARGUMENTO OCASIONALISTA

Em *Insensitive Semantics*⁸⁵ pode ler-se:

«The idea motivating Semantic Minimalism is simple and obvious. The semantic content of a sentence *S* is *the content that all utterances of S share*⁸⁶. It is the content that all utterances of *S* express no matter how different their contexts of utterance are». (p.143)

O principal desafio a que o *Insensitive Semantics* de Cappelen e Lepore se submete é refutar um conjunto de diferentes argumentos contextualistas, unificado sob o rótulo de *Contextualismo Radical* [CR] – segundo os autores, a posição mais forte dentro do espectro teórico contextualista. Charles Travis é citado como um dos principais proponentes do CR.

A tese anti-contextualista de Cappelen e Lepore assenta numa proposta semântica relativamente simples. Essa proposta assume que expressões simples e frases de uma língua natural como o Português têm propriedades ou conteúdos semânticos que não variam de ocorrência para ocorrência das expressões singulares ou de elocução para elocução de uma mesma frase-tipo.

Uma das propriedades que o Minimalismo Semântico de Cappelen e Lepore adscribe a toda e qualquer frase de uma língua natural é a expressão de uma *proposição mínima* específica, composicionalmente determinada pelo significado convencional das expressões simples que a compõem e pelas regras de organização sintáctica daquelas numa frase bem formada na língua natural sob análise. Para o MS, a proposição mínima assim obtida é “aquilo que é dito” [*what is said*] ou o conteúdo semântico da frase. A proposição mínima expressa por (toda e qualquer elocução de) uma frase *f* é verdadeira ou falsa, consoante o mundo seja ou não como *f* o descreve.

Para situar o principal desacordo entre *minimalista* e *contextualista radical*, convém partir da definição das duas principais propriedades que, segundo o minimalista, qualquer frase *f* de uma língua natural como o Português tem de ter:

⁸⁵ CAPPELEN E LEPORE: *Insensitive Semantics*, 2005.

⁸⁶ O sublinhado é meu.

- (1) Uma *proposição mínima* expressa por toda e qualquer ocorrência de *f*, e
- (2) *Condições de verdade*, isto é, as condições sob as quais a frase é verdadeira se o mundo concordar com o conteúdo da proposição mínima.

Travis [2008]⁸⁷ propõe uma regra básica para argumentar contra o Minimalismo Semântico, a saber:

(RB) *não adscrever a expressões simples ou elocuições de frases de uma língua natural como o Português propriedades que as mesmas não têm.*

Parece um bom princípio realista. Mas o que é que Travis quer dizer com (RB)? Travis sublinha que o núcleo do seu desacordo com os minimalistas é sobre *que propriedades* é que expressões simples ou elocuições de frases de uma língua natural têm.

O principal objectivo teórico do minimalista, no que respeita à interpretação de frases de uma linguagem L é obter teoremas como:

(t) A frase “O submarino é amarelo” (expressa a proposição mínima *o submarino é amarelo* e) é verdadeira se e somente se o submarino for amarelo.

Para o minimalista, o teorema (t) identifica aquilo que a frase “O submarino é amarelo” *diz ser tal* [em toda e qualquer elocução da mesma] e as condições que o mundo teria de satisfazer para a mesma ser verdadeira.

Para Travis, *não existe* o estado de coisas que toda e qualquer elocução possível de “O submarino é amarelo” descreve nem, por conseguinte, um teorema como (t) determina as condições que o mundo tem de satisfazer para que qualquer elocução de “O submarino é amarelo” seja verdadeira. Vejamos porquê.

O principal argumento de Travis para rejeitar a plausibilidade dos teoremas formuláveis numa semântica vero-condicional diz-nos que as frases abertas de uma língua natural como o Português (p.ex. “_é amarelo”) são sempre susceptíveis a *entendimentos* [*understandings*] – esta proposta já foi suficientemente explorada nesta dissertação. Por isso, adscrever o predicado “_é amarelo” a um nome que designa um objecto *o* numa elocução particular *e* – e fazer uma afirmação acerca de *o* que possa expressar um pensamento e ser

⁸⁷ TRAVIS, C.: “Insensitive Semantics”, in *Occasion-Sensitivity*, 2008, 150-161.

avaliada em termos de verdade ou falsidade – implica especificar um entendimento determinado para o predicado que se adscrive a *o* na afirmação sob análise.

O minimalista semântico, porque aceita (e necessita de) teoremas como **(t)** para especificar qual a proposição mínima expressa por toda e qualquer elocução de uma frase como “O submarino é amarelo” e derivar, sob a forma de uma frase-V, as respectivas condições de verdade, vê-se comprometido com o pressuposto de que *a proposição mínima é uma entidade vero-condicionalmente avaliável, insusceptível a entendimentos* (ou *modulações* de significado para as respectivas expressões componentes).

A objecção de Travis é, esquematicamente, a seguinte. Dado o teorema **(T1)**:

(T1) *A frase “O submarino é amarelo” é verdadeira se e somente se o submarino for amarelo, no segundo membro da bicondicional, ou o predicado “_ é amarelo” é usado num entendimento particular (um entendimento entre muitos possíveis) ou não é (usado em nenhum entendimento específico),*

Temos dois cenários possíveis:

[Primeiro Cenário] Se o predicado “_ é amarelo” for usado num entendimento particular, então a condição necessária para a frase ser verdadeira adscrive-lhe uma propriedade (digamos, o *entendimento x*) que a frase não tem, uma vez que na frase *mencionada* no primeiro membro da bicondicional não é especificado nenhum entendimento para o predicado “_é amarelo”.

[Segundo Cenário] Por outro lado, se o predicado “_ é amarelo” não for usado em nenhum entendimento particular no segundo membro da bicondicional, então a bicondicional não especifica nenhuma condição satisfeita a qual a frase “O submarino é amarelo” é verdadeira.

Por que razão é que estes dois cenários esgotam as possibilidades de resposta à tese minimalista das Proposições Mínimas? Porque, no segundo membro da bicondicional, em que se especificariam as condições necessárias para a frase *mencionada* no primeiro membro ser verdadeira, toda a frase é *usada* (também o predicado “_é amarelo”) e sem a adscrição de um entendimento particular ao predicado “_é amarelo”, a bicondicional pura e simplesmente *falha o propósito de fornecer as condições necessárias sob cuja satisfação uma frase pode ser verdadeira*. Querer adscrever verdade ou falsidade à frase “O submarino é amarelo” (uma

vez identificado o submarino relevante) sem especificar um *entendimento particular* para “_é amarelo” é querer fazê-lo injustificadamente, uma vez que, na ausência de um entendimento particular para o respectivo predicado não se especificam condições de verdade para a mesma.

Se aceitarmos as premissas do argumento de Travis, então as alternativas para um teorema como **(t)** são, pelo **[Primeiro Cenário]** a *falsidade* da bicondicional e, pelo **[Segundo Cenário]** a *ausência de condições necessárias* sob as quais a frase “O submarino é amarelo” pode ser verdadeira e, portanto, um teorema como **(t)** não afirmaria absolutamente nada sobre as condições de verdade da frase “O submarino é amarelo”.

Uma vez que o segundo membro da bicondicional é *usado* (e não apenas mencionado), deve identificar *formas de o mundo ser* (caso não queiramos recorrer a teoremas de uma teoria semântica meramente por tradução⁸⁸) e, no presente exemplo, especificar as condições sob as quais a um submarino particular *s* se pode adscriver a propriedade de *ser amarelo* – sob tal ou tal entendimento *que conte*, numa elocução particular *e* de “O submarino é amarelo” como uma maneira de o submarino *s* ser, que possa tornar a elocução *e* verdadeira.

Para afastar este impasse quanto às duas alternativas pouco favoráveis à adscrição de proposições mínimas às elocuições, alega Travis, aquilo que faria falta para que, dos princípios teóricos do MS se pudessem derivar teoremas como **(t)**, seriam *formas das coisas do mundo serem, sobre as quais se pudessem fazer afirmações insusceptíveis à intromissão de entendimentos* e, assim, derivar teoremas que, como **(t)**, adscrivessem a uma frase *f* uma proposição mínima específica *p* (vero-condicionalmente avaliável), as condições de verdade de *f* e de satisfação dos predicados constituintes de *f*.

Cappelen e Lepore antecipam uma resposta a este desafio do contextualista radical, inviabilizada à partida por se basear na *questão errada* - essa questão assentaria num

⁸⁸ Esta é uma posição defendida por Emma Borg, por exemplo. Essa proposta defende que se podem obter teoremas como **(t)** para todo e qualquer tipo de frases com significado numa língua natural (inclusive para os mais extremos exemplos dos contextualistas radicais, como o famoso “Cut the sun”, de Searle) e, bem assim, as respectivas condições de verdade, se partirmos da distinção fundamental entre *o conhecimento das condições de verdade de uma frase* e *o conhecimento de que as condições de verdade de uma frase são satisfeitas*. Dentro de uma teoria semântica que aceite esta distinção e a viabilidade teórica das bicondicionais para estabelecer condições de verdade para as frases de uma linguagem (mesmo em exemplos como “Cut the sun”), o segundo membro da bicondicional corresponde a uma mera *tradução* ou *descitação* da frase da linguagem-objecto para a metalinguagem. Esta teoria prescinde de um requisito fundamental para uma semântica vero-condicional como a davidsoniana. Esse requisito diz-nos que conhecer as condições de verdade de uma frase *f* equivale a saber que estado de coisas deve obter para que *f* seja verdadeira. Não parece possível respeitar este requisito num teorema como **(t2)** “A frase “Corta o sol” é satisfeita se e somente se o interlocutor cortar o sol”.

essencialismo de propriedades, desnecessário para se entender o argumento de Travis. Em *Insensitive Semantics* pode ler-se:

«[The proposition that A is red] is just the proposition *that A is red*. But which proposition is that? What, for example, is it to be just red? *What is it that all these things (those that are red when seen through red sunglasses, red on the inside, red in the dark, red on the outside, red when washed, etc.) have in common?*⁸⁹ What is that state of affairs that the proposition *that A is red* picks out? . . . This worry has nothing to do with *redness*. It generalizes. What, for example, do all dancers have in common? Some fly in the air, some underwater; some with music, some without: some stand on their feet, some crawl, some touch other people, some don't. What is the state of affairs that the proposition *that A dances* picks out?»⁹⁰

Porém, o desafio colocado pelo Contextualista Radical (e muito especialmente por Travis) ao Minimalista Semântico não passa por conhecer ou ter de determinar *aquilo que é comum a todos os objectos vermelhos* – nos mais variados entendimentos que se possam adscrever a “_é vermelho” – para se lhes poder adscrever a propriedade de “ser vermelho”. Para Travis, o problema que se coloca é *quando é que um objecto **a** pode ser dito vermelho*, quando se pode dizer de uma elocução que adscribe a **a** o predicado “_é vermelho” que essa elocução é verdadeira. E, para tal, é preciso adscrever um entendimento ao predicado “_é vermelho”. E adscrever-lhe um entendimento inviabiliza aquilo que o minimalista semântico gostaria de poder atribuir às frases de uma linguagem – a saber, a *Proposição Mínima*. Justamente porque esta não especifica entendimentos nenhuns. Travis destitui de coerência a noção de Proposição Mínima.

A frase-tipo “A Paula dança” (ou qualquer elocução particular da mesma) não diz que a Paula dança *de uma certa maneira*; o mesmo é dizer, não especifica para o predicado “_dança” uma determinação ou *entendimento* particulares. Pela mesma razão, não descreve *uma maneira de o mundo ser* que torne toda e qualquer elocução da mesma verdadeira. Travis escreve:

«It does not speak of dancing on one particular understanding of engaging in it.[...] There simply is no answer to the question when that would-be proposition would be true: *in which*

⁸⁹ O sublinhado é meu.

⁹⁰ CAPPELEN E LEPORÉ: *Insensitive Semantics*, 2005, 158.

*case it is no proposition at all.*⁹¹[...] Unless they mean that proposition to be true just in case *a* is red *on some understanding or other of something's being so*. If they mean some such thing, they are in gross violation of our agreed rules⁹².»⁹³

⁹¹ O sublinhado é meu.

⁹² Travis está aqui a referir-se a (RB).

⁹³ TRAVIS, C.: “Insensitive Semantics”, in *Occasion-Sensitivity*, 2008, 160.

3.7 O “PARADOXO DE TRAVIS”

O Ocasionalista não está à procura da *propriedade comum* a todos os objectos amarelos (num essencialismo de propriedades ou numa forma de realismo de universais), que, instanciada em toda e qualquer elocução de “O submarino é amarelo” a torne verdadeira e, portanto, também a elocução específica *e23* da frase “O submarino é amarelo” – uma vez identificado o submarino relevante para *e23*.

Em particular, o que Travis pede ao minimalista semântico são mais detalhes que especifiquem *o que conta* para um determinado submarino *s23* ser amarelo. Isso equivale a adscrever, para a elocução *e23*, um entendimento *ent.23* ao predicado “_é amarelo”. E essa adscrição de um entendimento *ent.23* (ou de qualquer entendimento específico para um predicado que ocorra numa elocução determinada de uma frase) bloqueia a semântica vericondicional e os respectivos teoremas bicondicionais.

No teorema-exemplo que temos vindo a analisar [A frase “O submarino é amarelo” é verdadeira se e somente se o submarino for amarelo], nenhum entendimento para o predicado “_é amarelo” é explicitado na antecedente da bicondicional – a frase *mencionada* da linguagem objecto – e, portanto, na ausência de qualquer entendimento específico que determine o predicado, a consequente *usada* na metalinguagem tampouco identifica as condições necessárias para o teorema ser verdadeiro.

Travis rejeita a coerência da noção de “proposição mínima” e o Minimalismo Semântico como a teoria que defende a adscrição de proposições mínimas a todos os espécimes de uma frase-tipo *f*, concluindo a sua proposta naquilo que interpretamos como um paradoxo. Este é o *Paradoxo de Travis*:

*Não se pode afirmar que uma proposição **p** é verdadeira a menos que especifiquemos um entendimento para o estado de coisas que **p** descreve como sendo tal. Mas, se atribuirmos um entendimento particular ao que é descrito por **p** como sendo tal, então deixamos de ter a proposição **p** – isto é, a proposição que se pode adscrever a toda e qualquer elocução de uma frase **f** que expressasse **p**. Com qualquer entendimento que especifique **p**, **p** deixa de ser **p**.*

CAPÍTULO 4.

UM ESTRANHO COMPROMISSO SEMÂNTICO:

O MINIMALISMO SEM PROPOSIÇÕES MÍNIMAS

E

A PRIMAZIA DAS INTENÇÕES COMUNICATIVAS

4.1 UMA SEMÂNTICA SEM PROPOSIÇÕES

Depois de apresentada a mais radical rejeição à estipulação de Proposições Mínimas enquanto conteúdo semântico invariável e transversal a todos os possíveis espécimes de frases-tipo – que constatámos desembocar numa espécie de paradoxo –, terminaremos a presente exposição com uma versão alternativa de *anti-proposicionalismo*.

Chamemos a essa versão alternativa de “anti-proposicionalismo” Minimalismo sem Proposições Mínimas. Esta forma de Minimalismo⁹⁴ é uma proposta para interpretar interpretações de elocuições de frases que assenta numa dissociação quase esquizóide de Semântica e Pragmática das línguas naturais. A sua posição mais vinculativa – que se verá ser também a mais problemática – é a apologia de uma noção puramente semântica do que é dito [*what is said*], ou seja, do *conteúdo* de uma frase numa língua natural como o Português, quando proferida.

O objectivo desta apologia é proibir a intromissão de processos pragmáticos na obtenção do conteúdo mínimo de uma frase proferida. O suposto “conteúdo puramente semântico” de uma elocução estaria, para tanto, submetido a um princípio de “Correlação Sintáctica”, de acordo com o qual *aquilo que é dito* numa elocução de uma frase tem de corresponder “aos elementos da frase, quanto à respectiva ordem e carácter sintáctico”. Se houver algum elemento de significado que o falante que profere a frase *queira comunicar* ao proferi-la, mas que não corresponde a nenhum elemento na sintaxe da frase proferida, então esse elemento é excluído do conteúdo semântico da elocução.

Uma vez que a uma frase sintacticamente completa e bem formada pode não corresponder um conteúdo semântico completo, o MSPM rejeita o “adágio escolar” que atribui a uma frase completa a expressão de uma proposição. O defensor do MSPM admite a hipótese de uma frase sintacticamente bem formada ser semanticamente deficitária e, portanto, não expressar nenhuma proposição, mas meramente um “esquema ou esqueleto proposicional”. Por isso é que esta é uma nova versão de anti-proposicionalismo.

Há, porém, algo que consideramos inadequado no quadro teórico sob análise; justamente a forma de dissociar Semântica e Pragmática na interpretação de *espécimes de frases* das línguas naturais. É só porque o MSPM assume uma versão demasiado *trivializada*

⁹⁴ Doravante abreviada pela sigla MSPM.

de Pragmática é que pode defender a cisão radical dos dois fóruns de interpretação linguística. Essa versão apenas associa a competência pragmática ao *uso* de expressões de uma língua natural por falantes competentes da mesma.

Mas há, pelo menos, duas caracterizações não redutíveis de Pragmática, lado a lado com duas caracterizações não redutíveis de Semântica, cujo cômputo seria mais do que suficiente para refutar a esquizoidia imputável ao MSPM.

A primeira definição de Pragmática afirma que a Pragmática diz respeito aos fenómenos linguísticos não abordados pela Fonologia, nem pela Sintaxe nem pela Semântica. A segunda definição afirma que a Pragmática corresponde ao *estudo das propriedades das palavras dependente do facto destas terem sido proferidas ou de terem despoletado determinadas reacções, sob determinadas condições*.

Por seu turno, uma primeira definição de Semântica – devida sobretudo a David Lewis [Lewis, 1970] – afirma que aquela diz respeito às relações entre as palavras e o mundo, muito especialmente àquelas relações de que depende a verdade ou falsidade das palavras. Para esta (primeira) definição, uma teoria semântica sem tratamento de condições de verdade não é uma teoria semântica.

Uma segunda definição de Semântica é culminada pela ideia de que uma teoria do significado para uma linguagem (também para uma língua natural) deve estar capacitada a dar o significado das palavras e das frases que essa linguagem compreende⁹⁵.

Se assumirmos – como, de resto, temos vindo a assumir e a defender até este ponto da presente dissertação – que as condições para a designação de objectos no mundo pelas palavras de uma linguagem e as condições para a verdade ou falsidade das frases da mesma são, invariavelmente, reféns das circunstâncias ou da maneira em que aquelas são ou podem ser proferidas, então, dado o quadrado Semântica-Pragmática acima traçado, todas as questões semânticas são, inevitavelmente, questões pragmáticas. Uma teoria semântica para uma linguagem – como quer que seja concebida, a partir da primeira ou da segunda definição de Semântica que acabamos de expor –, *tendo em conta que os seus objectos de estudo são sempre signos susceptíveis de ser proferidos*, terá muito pouco que ver com a determinação recursiva das condições de verdade das frases formuláveis dentro dessa linguagem, a partir

⁹⁵ Vide DAVIDSON, D., “Truth and Meaning”: «[...]a satisfactory theory of meaning must give an account of how the meanings of sentences depend upon the meanings of words. Unless such an account could be supplied for a particular language, it is argued, there would be no explaining the fact that we can learn the language: no explaining the fact that, on mastering a finite vocabulary and a finitely stated set of rules, we are prepared to produce and to understand any of a potential infinitude of sentences».

do significado dos respectivos primitivos semânticos e da organização sintáctica dos mesmos. Chamemos a este o Quadro Pragmático.

No Quadro Pragmático, aquilo que constitui o *significado* de uma frase numa língua natural é o que a torna *um meio de expressão de pensamentos* – e não o veículo de um pensamento. O significado de uma frase torna-a um meio de expressão de pensamentos porque a frase é uma descrição de como as coisas são (ou estão) e, portanto, a possibilidade de proferir a frase é a possibilidade de descrever estados de coisas. Como toda a descrição admite muitas aplicações e a possibilidade de proferir uma frase não é esgotável, então *diferentes aplicações* de uma *mesma descrição* correspondem a diferentes pensamentos. Se uma mesma descrição (frase) pode corresponder a muitos pensamentos, então as condições para a verdade de cada um desses muitos pensamentos não podem ser as condições de verdade da frase.

4.2 UM CONTEÚDO PURAMENTE SEMÂNTICO

Ao introduzir a noção de *implicatura conversacional*, Paul Grice⁹⁶ rigidificou a dicotomia *what is said* [o que é dito] / *what is implicated* [o que é implicado⁹⁷] aplicada à interpretação de elocuções de frases-tipo. Grice quis marcar uma distinção fundamental entre o conteúdo literal da frase que é proferida num acto de elocução e um determinado tipo de conteúdo proposicional, não articulado pela mesma, mas inferencialmente extraível do acto de elocução de um falante que profere uma frase *f*, tendo em conta o enquadramento conversacional em que *f* é proferida, as intenções dos respectivos interlocutores e um conjunto de *máximas conversacionais* que, em conjunto, determinam aquilo a que Grice chamou o *Princípio de Cooperação*.

O Princípio de Cooperação postula que, para maximizar os efeitos da comunicação, um falante deve *contribuir com o que é requerido pelos propósitos comumente aceites numa dada plataforma conversacional*. O efeito cooperativo será atingido se o falante respeitar quatro tipos de máxima conversacional, a saber:

1. *Máxima da Quantidade*: Sê tão informativo quanto é requerido.
2. *Máxima da Qualidade*: Faz uma contribuição verdadeira para o conjunto conversacional; não faças uma afirmação que acredites ser falsa ou injustificada.
3. *Máxima da Relação*: Sê relevante.
4. *Máxima do Modo*: Sê sintético, subtraindo à contribuição conversacional obscuridade ou ambiguidade, introduzindo um contributo ordenado e breve.

Se falantes e intérpretes de uma plataforma de interlocução pressupuserem que as quatro máximas conversacionais estão a ser respeitadas e, bem assim, o Princípio de Cooperação, então, quando um acto de elocução não cumpre alguma daquelas máximas, um intérprete pode inferir que o seu interlocutor espera que esse incumprimento seja, ele

⁹⁶ Vide GRICE, P., 1975, “Logic and Conversation”; *Studies in the Way of Words*, 1989.

⁹⁷ Veremos mais adiante como este lexema, já razoavelmente cunhado em Português, não é completamente adequado para traduzir o neologismo de Grice uma vez que deixa o estudante de Pragmática linguística sem uma alternativa viável para traduzir um outro neologismo – desta feita introduzido por Bach (Bach, 2001): a noção de “conversational *implicature*”.

mesmo, computado no processo de interpretação como a veiculação de um conteúdo não articulado linguisticamente mas conversacionalmente relevante: uma Implicatura Conversacional.

A introdução da dicotomia *what is said*/ *what is implicated* levou Grice a defender que os conteúdos correspondentes àquela díade classificativa esgotam o domínio dos conteúdos conversacionalmente disponíveis. Para tanto, Grice propõe uma noção literalista do conteúdo semântico de uma locução, ou seja, do respectivo *what is said*. O que é dito [*what is said*] não excede, para Grice, aquilo que é explicitamente articulado num acto de locução e está submetido a *Correlação Sintáctica*, isto é, tem de corresponder aos elementos da frase proferida e respectiva disposição e ordem sintáctica. Portanto, em termos interpretativos, Grice estipula a adscrição de um *conteúdo semântico puro literal* (decalcado da mera estrutura sintáctica da frase proferida) a uma locução particular, na categoria do *what is said* no respectivo acto de locução.

No caso de a interpretação de uma locução revelar *elementos não articulados* pela frase-tipo proferida, de que a primeira constitui um espécime, então esses elementos não fazem parte do conteúdo semântico ou daquilo que é dito pela locução.

Malgrado o princípio da Correlação Sintáctica, Grice não limitou o *what is said* de uma locução a um conteúdo contextualmente invariante, na medida em que a sua proposta contempla a interpretação de indexicais e a resolução de ambiguidade semântica para determinar o conteúdo semântico puro de uma locução. Nada mais. Ou seja, ainda que o referente de uma expressão indexical varie de contexto para contexto de locução, o respectivo conteúdo corresponde a um elemento sintacticamente articulado na frase proferida. De forma similar, se num acto de locução a frase proferida for ambígua – seja porque contém termos semanticamente ambíguos ou porque é estruturalmente ambígua – o significado operativo contextualmente, depois do processo de desambiguação, ainda é uma projecção da sintaxe da frase.

Ao longo da presente dissertação, temos vindo a argumentar contra uma noção puramente semântica (ou mínima) do conteúdo de locuções. Temos visto como, por um lado, a maior parte das frases formuláveis numa língua natural como o Português se revelam semanticamente incompletas ou indeterminadas, mesmo depois da adscrição de referentes às respectivas expressões indexicais e da fixação do valor semântico de eventuais expressões ambíguas e, portanto, constatado que essas frases não expressam um

pensamento ou proposição completos – um cenário desolador, dada a dicotomia griceana, já que então *nada seria dito* numa elocução de uma tal frase.

Por outro lado, também já constatámos que muitas frases semanticamente *completas* normalmente não são usadas para expressar a proposição determinada pelo princípio da Correlação Sintáctica – a Proposição Mínima. A proposição mínima, decalcada da estrutura sintáctica da frase proferida, pode nem ser psicologicamente computada por falante e intérprete no processo (pragmático) de interpretação da elocução⁹⁸.

Dado este resumo das críticas que temos vindo a fazer a uma noção semanticamente pura do conteúdo de uma elocução, cabe agora perguntar:

- 1) Para que serve a dicotomia griceana *what is said/ what is implicated* se, ao primeiro membro da díade pode não corresponder um conteúdo proposicional e, sendo o segundo inferencialmente extraído do primeiro, não existindo um conteúdo primário tampouco existirá um conteúdo secundário extraível?
- 2) Pode um conteúdo semanticamente puro, vinculado à norma da Correlação Sintáctica, não ser completo? Se sim, qual o seu papel numa teoria para interpretar elocuições?

Um autor como Kent Bach propõe uma resposta para estas questões que, com base em definições pobres ou mesmo não explicitadas quer de Semântica quer de Pragmática, segue fundamentalmente três linhas de argumentação:

1. Numa versão modificada da dicotomia griceana, poderemos defender uma noção *semanticamente pura* daquilo que é dito numa elocução e manter o princípio da Correlação Sintáctica;
2. O conteúdo semântico (puro) de uma elocução não tem porque ser um pensamento ou proposição completos, mesmo se mínimos;
3. O principal factor a computar na determinação do *conteúdo comunicado* por uma elocução de uma frase-tipo não é o contexto em que esta é proferida, mas as *intenções comunicativas* do respectivo falante.

⁹⁸ Vide 3.5.1.

4.3 QUERER DIZER O QUE SE DIZE AS INTENÇÕES COMUNICATIVAS

Ao explorar o contraste entre “to implicate” (um neologismo, cujo significado funcional já começámos a analisar) e “to say”, Grice destaca o aspecto de “significado não-natural” que caracteriza ambos e defende um suposto entendimento intuitivo de «dizer», que vincula *o que é dito* ao princípio da Correlação Sintáctica, que também já explorámos. Na medida em que o *what is said*,⁹⁹ para Grice, corresponde só ao que é explicitamente articulado num acto de elocução – salvaguardando a interpretação de expressões indexicais e processos de desambiguação¹⁰⁰ – e está sujeito à Correlação Sintáctica, subentende-se que:

- a) A única matéria computada na extracção desse conteúdo é o significado literal da frase proferida;
- b) A obtenção desse conteúdo é determinada por um compromisso composicional com o significado dos elementos constituintes da frase proferida e respectiva disposição sintáctica.

De forma bastante estipulativa, Grice assume ainda que *dizer algo implica querer dizer o que se disse*. Ou seja, por causa da máxima da qualidade, o falante fica comprometido com a crença na verdade daquilo que disse. Esta é a razão porque Grice introduz uma outra locução para classificar exemplos de ironia, metáfora, etc., onde o falante não quer dizer aquilo que é dito – para Grice esses são casos de “make as if to say” (i.e., *fazer de conta que se diz algo* ou fazer como se se dissesse algo). De certa forma, Grice fez confluir “dizer” e “afirmar”: o falante que diz algo é tomado como estando a afirmá-lo. Como não é isso que acontece em formas não-literais de elocução (como a metáfora ou a ironia), Grice foi obrigado a explorar a sua própria dicotomia para interpretar aquelas formas como modificações do primeiro membro da dicotomia *what is said/what is implicated*.

⁹⁹ Por questões de uniformização da terminologia griceana e também porque uma tradução literal desta locução soa bastante forçada em Português, sempre que possível adoptaremos a própria locução de Grice.

¹⁰⁰ O aspecto problemático da dicotomia griceana pode começar logo com esta estranha autorização. Ou seja: se Grice estipula que o *what is said*, como “conteúdo semântico puro”, está submetido à Correlação Sintáctica e é, por isso, uma mera projecção da estrutura sintáctica da frase proferida, como é que a extracção desse conteúdo pode autorizar a interpretação de indexicais e a desambiguação, uma vez que a referida interpretação, mediante *regras semânticas* ou mesmo por ostensão, já altera a sintaxe da frase com expressões indexicais ou ambíguas? Mesmo que a resolução da ambiguidade e a adscrição contextual de valores aos indexicais numa frase sejam normalmente concebidas como processos “pré-semânticos”, esse mesmo nível de interpretação já se distancia da estrutura sintáctica ou da forma lógica da frase, o que, do nosso ponto de vista, inviabilizaria o próprio requisito da Correlação Sintáctica.

Porém, não é completamente seguro que, em usos não literais da linguagem, um falante esteja meramente “a fazer de conta que diz algo”; parece mais intuitivo interpretar exemplos de ironia ou de metáfora como casos em que o falante *diz algo*, mas *quer dizer* alguma coisa distinta do que efectivamente diz. Se, por exemplo, eu digo ao meu gato:

1. És o meu docinho de coco,

Ainda que o conteúdo literal de 1. seja *o que eu digo*, esse conteúdo literal não é *aquilo que eu quero dizer ao proferir* 1. Porém, num quadro teórico que defenda uma noção puramente semântica do *what is said*, o significado literal de uma elocução de 1. é o respectivo *what is said* e esse conteúdo deverá ser preservado em prol de uma separação asséptica entre Semântica e Pragmática, ao arrepio do que já constatámos acontecer no Quadro Pragmático. No quadro griceano, sendo o conteúdo literal de 1. o respectivo *what is said*, o que eu quero dizer ao proferir 1. deve ser interpretado como implicatura conversacional.

Para além dos usos não-literais da linguagem há mais contra-exemplos à estipulação griceana de que “dizer alguma coisa implica querer dizer o que se disse”. Um falante pode *querer dizer* uma coisa, mas de forma não intencional *dizer uma coisa distinta* (é isso que acontece em casos de *lapsus linguae*); ou pode mesmo *dizer algo sem querer dizer nada em absoluto* (exemplos deste fenómeno são a tradução oral, recitação ou mera prática de pronúncia numa língua estrangeira).

O MSPM considera, pois, importante distinguir usos não literais da linguagem – nos quais não se quer dizer aquilo que se diz, mas mesmo assim *há algo que é dito*, a saber, o conteúdo literal da frase proferida – de casos de implicatura conversacional.¹⁰¹

A insistência num refinamento da dicotomia griceana tem um propósito, tal como um conjunto de novas consequências teóricas bastante orgânicas dentro do próprio quadro do MSPM. Vejamos. Na medida em que um falante que profere uma frase *f* num contexto de elocução *C* não fica necessariamente comprometido com a crença na verdade do conteúdo literal de *f*, o *what is said* da elocução de *f* não tem porque coincidir com o conteúdo que o falante quer comunicar [*what is communicated*] no acto de proferir *f*.

¹⁰¹ Esta astuciosa manobra de separação categorial é até bastante plausível, na medida em que a proposta de Grice a propósito dos usos não literais da linguagem é quase incongruente. Vejamos porquê. Grice classifica os usos não literais da linguagem, como a metáfora ou a ironia, não como exemplos de “saying”, mas sim de “making as if to say”. Mas ao mesmo tempo classifica-os como exemplos de implicaturas conversacionais. Se, porém, numa elocução irónica, o falante não diz nada, mas apenas “faz de conta que diz algo”, o que é que pode funcionar como a implicatura conversacional de uma elocução em que nada é dito? Esta perplexidade será tanto maior quanto tivermos em conta que Grice define “implicatura conversacional” como um fenómeno pragmático que tem lugar quando um falante diz algo, mas quer dizer outra coisa *para além* daquilo que disse e que deve ser inferida a partir daquilo que disse.

O conteúdo que um falante quer comunicar e ver reconhecido pelos respectivos interlocutores como o conteúdo comunicado no contexto de interlocução C pode: a) coincidir com o *what is said* da frase proferida em C; b) ser mais extenso do que o *what is said* em C ou c) ser um conteúdo distinto do *what is said* em C.

Em qualquer dos casos – e esta é a tese que encima o MSPM – o conteúdo que um falante quer comunicar [*what is communicated*] ao proferir uma dada frase *f* só é determinado pelas *intenções comunicativas* do autor da elocução de *f* em C (e não pelo contexto em que *f* é proferida).

Aquilo que uma dada frase-tipo *f* pode ser usada para comunicar num contexto de elocução C não está encerrado no significado literal de *f*. O conteúdo comunicado por um uso *x* de *f* em C é inferido pelo interlocutor ou interlocutores do falante que profere *f* em C, com base *no facto do falante ter proferido f em C*. Essa “pressuposição comunicativa” [vide Bach e Harnish, 1979] está presente na plataforma de interlocução em que *f* é proferida, mesmo se nessa plataforma aquilo que o falante que profere *f* quer dizer coincide exactamente com o significado literal de *f*. Portanto, no quadro do MSPM, mesmo quando o *what is communicated* por um uso *x* de uma frase-tipo *f* coincide com o respectivo *what is said* – ou seja, quando uma frase *f* é usada para veicular o respectivo significado literal – essa coincidência de conteúdos ainda é uma consequência das intenções comunicativas do falante que profere *f*.

O MSPM, na medida em que introduz novas ramificações na clássica dicotomia griceana – rejeitando a estipulação de Grice de que *dizer algo implica querer dizer o que se disse*, isto é, de que um falante que profere uma frase *f* numa plataforma de interlocução P fica comprometido com a crença na verdade do conteúdo literal de *f* –, fica também comprometido com a explicação das suas próprias dicotomias. E as novas dicotomias introduzidas são fundamentalmente duas: 1) *Implicatura/ Implicitura* conversacionais; 2) *what is said/ what is communicated* (ou seja, entre um entendimento puramente semântico daquilo que é dito num acto de elocução, submetido ao princípio da correlação sintáctica, e a extensão pragmática desse mesmo conteúdo).

4.4 DICOTOMIA 1: IMPLICATURA/ IMPLICITURA CONVERSACIONAIS

Nos dois pontos anteriores já foi mencionado que, para o MSPM, a clássica dicotomia griceana – *what is said/ what is implicated* – não é exaustiva. Começámos a introduzir justificações para uma demarcação dessa dicotomia – como seja a incongruência entre o princípio da Correlação Sintáctica e a resolução de indexicais e demonstrativos ou de expressões ambíguas. Chegou agora o momento de justificar detalhadamente essa demarcação, a partir do quadro teórico do MSPM.

Indagar se os conteúdos da dicotomia griceana esgotam ou não a totalidade dos conteúdos comunicados num acto de elocução determinado equivale a perguntar se um falante, ao *dizer* algo (em sentido meramente locucionário) pode chegar a comunicar algo *para além* do conteúdo do que é dito e do que é veiculado através de uma implicatura conversacional¹⁰² [*what is implicated*].

O MSPM defende que a dicotomia griceana não é exaustiva quanto à delimitação do conteúdo comunicado num acto de elocução e introduz uma nova expressão técnica: «conversational implicature».

Tal como as *implicaturas* de Grice, as *implicituras*¹⁰³ ultrapassam aquilo que é dito em sentido locucionário [*what is said*]. As implicaturas conversacionais são *canceláveis*, de acordo

¹⁰² Ao introduzir a noção de “Conversational Implicature” como uma noção técnica nova, portanto um neologismo, o quadro griceano também criou um problema de tradução aos respectivos *scholars*. Em Português, a locução tem sido traduzida por “Implicatura conversacional”. Porém, o verbo utilizado para designar a veiculação de uma implicatura é o verbo “implicitar”, o que deixa o estudante de Pragmática linguística sem soluções para o subsequente neologismo cunhado por Bach [1994]: “Conversational Implicature”. Ao contemplar o problema nesta dissertação, limitar-nos-emos a explicar descritivamente as diferenças entre os dois lexemas e, quando surgir a necessidade de utilizar verbos para descrever a acção de veicular implicaturas e implicituras conversacionais, por falta de opções, manteremos as expressões originais em Inglês – *Conversational Implicature* e *Conversational Impliciture*. Manifestamos desacordo com o grupo vocabular usado para traduzir em Português o clássico lexema griceano mas, na verdade, não apresentamos uma alternativa.

¹⁰³ O conteúdo proposicional que o MSPM classifica como *implicitura conversacional* corresponde ao que, nas teorias da relevância [*vide* Sperber e Wilson, 1986], é classificado como *expliciture*. A ideia fundamental dos teóricos da relevância também era rever a clássica dicotomia griceana e, por isso, criaram o neologismo “expliciture”. Bach alega discordar do próprio termo introduzido por Sperber e Wilson porque, ainda que literalmente pareça designar o processo de explicitação do conteúdo intuitivamente comunicado por um falante num acto de elocução, Sperber e Wilson usam o seu neologismo para referir “o conteúdo explícito da elocução”. Porém, aquele que consideram ser o conteúdo explícito inclui o desenvolvimento da forma lógica da frase proferida e esse desenvolvimento consiste em adicionar ao conteúdo de uma elocução elementos que não são constituintes sintácticos da frase-tipo de que é espécime. O resultado desse processo é a obtenção da *explicitura*, para Sperber e Wilson. Bach rejeita este quadro na medida em que não preserva uma noção semanticamente pura do *what is said* nem respeita a correlação sintáctica. Interpretar uma elocução de uma frase com adições lexicais que não estão na frase proferida *explicita* o que o falante quer dizer ao proferi-la e,

com o próprio quadro griceano, e podem mesmo ser vagas ou indeterminadas. Estas mesmas características também se podem aplicar às *implicituras* conversacionais. Qual é, então, a principal diferença entre os dois tipos de fenómeno pragmático?

As *implicituras* conversacionais – tal como as *implicaturas* – excedem o conteúdo literal de uma elocução; mas as primeiras são *meras elaborações desse conteúdo literal*, ao passo que as segundas são *conteúdos proposicionais totalmente distintos* do conteúdo literal da frase-tipo proferida num acto de elocução.

Um “*implicatum*” é um conteúdo totalmente separado daquilo que é dito por uma elocução e pode ser *inferido do acto de elocução*. O *what is said* constitui um conteúdo proposicional determinado e o conteúdo proposicional que pode ser comunicado *em adição* àquele, na categoria de *implicatura* conversacional, é um novo conteúdo proposicional, conceptualmente independente daquilo que é dito num acto de elocução.

De acordo com o quadro griceano, a proposição expressa por uma *implicatura* pode não ter um único constituinte em comum com o *what is said* a partir do qual é inferida. Se, por exemplo, um falante usa a frase (a):

(a) Já passa das 10 da noite,

Pode não estar apenas a dizer ao seu interlocutor que horas são, como ainda a veicular a informação de que um determinado restaurante está fechado [*implicatura conversacional*].

Por contraste, uma *implicatura conversacional* é um tipo de conteúdo que elabora o próprio conteúdo explícito de uma elocução, através de processos pragmáticos de várias ordens, como qualquer um dos processos pragmáticos primários propostos por Recanati, excepto a saturação¹⁰⁴. Tal como o termo sugere, as *implicituras* conversacionais *estão implícitas* naquilo que é dito numa elocução, enquanto as *implicaturas* conversacionais são conteúdos “*implicados*” por um acto de elocução em que uma determinada frase-tipo é proferida.

A mesma frase-tipo, enquadrada num acto de elocução, pode produzir *implicaturas* e *implicituras* conversacionais. Seja a frase:

(b) O Romeu tem uma namorada.

nessa medida, torna *explícito* o conteúdo que o falante quis veicular no acto de elocução, mas esse material explicativo *não está contido* na elocução interpretada.

¹⁰⁴ Vide CAPÍTULO 3. da presente dissertação.

Uma possível implicatura conversacional de (b), no jargão do MSPM, é a proposição *o Romeu tem exactamente uma namorada (nem mais nem menos do que uma)*¹⁰⁵. Possíveis implicaturas conversacionais deriváveis de um acto de elocução em que (b) é proferida seriam: *o interlocutor do falante não deve convidar o Romeu para um encontro amoroso; o Romeu não é homossexual; o Romeu está a divorciar-se da esposa*.

Exploradas as principais diferenças conceptuais da nova dicotomia que acabamos de introduzir, analisemos alguns exemplos que, de acordo com o MSPM, são susceptíveis de veicular *implicaturas* conversacionais¹⁰⁶.

1. O João e a Joana casaram-se.
2. O João e a Joana subiram a serra de Sintra.
3. A Joana casou-se e ficou grávida.

O MSPM alega que as três frases supramencionadas expressam proposições ou pensamentos completos. Não vamos disputar isso agora. A relativa novidade do seu contributo mas, sobretudo, a proposta de ilustração do fenómeno das implicaturas conversacionais através destes exemplos assenta numa pressuposição. O MSPM defende que, em actos de elocução onde as três frases acima são proferidas, é razoável assumir que o respectivo falante *quer comunicar* algo mais do que o significado literal das frases-tipo que escolhe usar. Nomeadamente:

- 1a. O João e a Joana casaram-se [*um com o outro*]
- 2a. O João e a Joana subiram a serra de Sintra [*juntos*]
- 3a. A Joana casou-se e [*depois*] ficou grávida.

¹⁰⁵ Claro que este conteúdo seria classificado por um griceano como uma *implicatura convencional*.

¹⁰⁶ Muito embora uma substituição de noções nunca seja explicitamente proposta pelo MSPM constata-se, numa exploração atenta deste quadro teórico, que muitos dos exemplos de “conversational implicature” oferecidos seriam classificados como *implicaturas convencionais* no jargão de Grice, ou seja, como conteúdos proposicionais não assimiláveis ao *what is said* de uma elocução, mas com um vínculo dedutivo àquele conteúdo bem mais forte do que o das *implicaturas conversacionais*, na medida em o conteúdo de uma implicatura convencional dependeria directamente do significado literal (ou convencional) do *what is said* de uma elocução.

As expressões entre parêntesis rectos, não sendo constituintes das frases-tipo proferidas, podem indicar significados do falante [o que o falante quer dizer] em actos de elocução de 1, 2 ou 3. Para que o falante que profere qualquer das três frases-tipo deixasse completamente explícito o que quer comunicar num acto de elocução teria de *proferir* os constituintes externos ao *what is said*, adicionados nas versões (a) das frases.

Uma versão que *explicite* o significado do falante em qualquer elocução simples de cada uma das três frases é classificada (pelo MSPM) como uma “expansão” do respectivo *what is said* e o material não-articulado dessa versão é classificado como uma “qualificação implícita” da respectiva versão simples das frases 1, 2 e 3, versão correspondente ao *what is said* em actos de elocução determinados.

Um proponente do MSPM como Kent Bach adscrive a uma “elocução típica” de frases-tipo como as de 1, 2 e 3 o fenómeno pragmático de “não-literalidade ao nível da frase”. É alegado que em actos normais de elocução de frases como as supra-mencionadas, embora não existam constituintes ou primitivos semânticos usados de forma não-literal, a própria frase como um todo significativo tende a ser usada de forma não-literal. Bach justifica esta alegação afirmando que a proposição que o falante que profere qualquer das três frases acima *quer comunicar ao proferi-las* não corresponde à proposição, composicionalmente determinada, das versões simples de 1, 2 e 3. O conteúdo proposicional correspondente *àquilo que é comunicado* pelo falante num uso habitual de qualquer das três frases está *implícito* naquilo que efectivamente é dito [*what is said*] pelas versões simples das mesmas.

Bach alega que um falante que profira a frase 1 num acto de elocução determinado, *não diz* que o João e a Joana se casaram um com o outro, tal como não diria isso se usasse 4:

4. O João e a sua irmã Joana casaram-se.

Que as “qualificações implícitas” de 1, 2 e 3 não fazem parte do respectivo *what is said* é algo que se pode comprovar com uma versão do teste griceano para cancelar implicaturas conversacionais, aplicado às implicaturas. Um falante que cancele a qualificação implícita de (1a) não incorre em contradição (e.g. ao proferir: “O João e a Joana casaram-se, mas não um com o outro”).

O MSPM prossegue a reformulação da dicotomia griceana com uma proposta de *incompletude semântica* ao nível do *what is said* ou significado literal.

Vamos admitir que uma frase sintacticamente completa (isto é, bem formada), pode ser *semanticamente incompleta* ou indeterminada, dado o vínculo da Correlação Sintáctica e um princípio de composicionalidade associado. Por uma “frase semanticamente incompleta” está o MSPM a entender uma frase que não expresse uma proposição, nem mesmo mínima. Analisemos os exemplos:

5. O João e a Joana estão prontos.
6. A Joana casou-se em primeiro lugar.

Alegadamente, 5 e 6 não expressam proposições completas. Assumindo que um falante que profere uma frase num acto de elocução *deve querer comunicar uma proposição completa*, o MSPM defende que em exemplos de elocuições de 5 ou 6 um falante não pode querer dizer apenas aquilo que as suas frases dizem. Se mantivermos a hipótese de que um falante deve querer comunicar uma proposição ou pensamento completo quando usa uma frase que é semanticamente incompleta, então devemos postular, ao nível do significado do falante, versões complementares de 5 e de 6, como sejam:

- 5(a). O João e a Joana estão prontos [*para o casamento*].
- 6(a). A Joana casou-se em primeiro lugar [*e só depois engravidou*].

A estranha hipótese do MSPM – que o falante deva querer comunicar um pensamento completo num acto de elocução – compromete o seu defensor com a conclusão de que, ainda que 5 e 6 não sejam versões elípticas de 5(a) e 6(a), o falante que profere as primeiras deve intencionar o *conteúdo complementado* das segundas, isto é, deve poder esperar do interlocutor que interprete as suas elocuições como veiculando conteúdos como os de 5(a) e 6(a).

Quer a adscrição de conteúdos implícitos quer a complementação de conteúdos incompletos ao nível do *what is said* contam como processos de interpretação pragmáticos para o MSPM, sem prejuízo da preservação de uma noção puramente semântica ou literal do *what is said* na teoria.

A incompletude semântica de muitas frases sintacticamente bem formadas e completas – alega o MSPM – não tem mais impacto na distinção *what is said/ what is communicated* do que o de classificar o primeiro como *o conteúdo semântico* das elocuições e o segundo como *o* respectivo *conteúdo pragmático* e rejeitar o “adágio escolar” de que uma frase (sintacticamente) completa expressa um pensamento ou proposição completos – ainda que mínimos.

Temos de deixar claro que não estamos de acordo com a dupla dicotomia do MSPM – *what is said/ what is communicated* e *conversational implicature/ conversational impliciture* –, porque só reforça a cisão Semântica/ Pragmática e, ao fazê-lo, descarta o Quadro Pragmático. No entanto, a tónica colocada pelo MSPM no conteúdo *implícito* das elocuições, como um nível entre o conteúdo literal e as implicaturas conversacionais, parece-nos pertinente.

4.5 DICOTOMIA 2: O QUE É DITO VS O QUE É COMUNICADO OU UMA ESQUIZOIDIA SEMÂNTICA-PRAGMÁTICA

O último ponto expositivo da presente dissertação incorpora mais do que uma crítica à segunda dicotomia importante no quadro teórico do Minimalismo sem Proposições Mínimas. Discutir criticamente a separação asséptica, defendida por Bach, entre o que é dito e o que é comunicado *num acto de elocução* não constituirá mais do que um trâmite no resgate do Quadro Pragmático que, por seu turno, facultará a retrospectiva panorâmica do argumento estruturante desta dissertação.

O MSPM escolhe um campo preferencial de aplicação da sua dicotomia Semântica-Pragmática de entre um espectro possível de aplicações, a saber: o *tipo de informação* veiculado num acto de elocução e respectivo *modus operandi* de extracção dessa informação num processo interpretativo. A informação semântica – prossegue o argumento – é um tipo de *informação codificada* numa frase tal como é efectivamente proferida (ou seja, é informação constituída pelas características linguísticas fixas da frase proferida), com a eventual adição do material extra-linguístico necessário para a determinação do valor semântico das expressões sensíveis ao *contexto semântico* (ou “contexto em sentido estrito”) em que a frase é proferida. A informação pragmática, por sua vez, é toda a informação extra-linguística cujo acesso é disponibilizado num *acto efectivo de elocução*. Se a informação semântica é um tipo de informação convencionalmente sinalizada na frase-tipo proferida num acto de elocução, a informação pragmática é qualquer tipo de informação gerada ou tornada relevante *por* e *num* acto particular de elocução.

Para defender a necessidade de uma noção puramente semântica do *what is said*, completamente dissociada do tipo complementar de informação obtida pela intervenção de processos pragmáticos operativos sobre aquele conteúdo, o MSPM rememora algumas obviedades que são consequências directas de um acto de elocução.

O acto de produzir uma elocução ou um espécime de uma frase-tipo, para além de explorar a informação codificada no *lexicon* da frase proferida, torna relevante nova informação extra-linguística associada a esse acto locucionário específico. A coordenação entre esse conteúdo extra-linguístico disponibilizado pelo acto de elocução e o conteúdo linguístico codificado na frase-tipo proferida constituem, no quadro do MSPM, o *input* para a identificação, por parte do ouvinte ou interlocutor, da intenção ou intenções

comunicativas do falante. Esta coordenação, assim como o resultado conjunto da interpretação da elocução sob análise, constituem um interface *informação semântica/informação pragmática*.

A informação pragmática tornada disponível pelo acto de elocução só é relevante para o processo de inferência das intenções comunicativas do falante dado o pressuposto de que o falante que profere uma frase-tipo tem a *intenção comunicativa* de que essa informação extra-linguística seja reconhecida e tomada em consideração pelo respectivo interlocutor. As intenções comunicativas – defende Bach –, e por contraste com outro tipo de intenções, só são operativas por reconhecimento mútuo de falante e interlocutor ou ouvinte.

Mais explicitamente: a um falante que profere uma frase f na presença de um interlocutor a pode ser adscrita a intenção comunicativa x se o falante espera que a identifique x com base na elocução de f e no pressuposto de que a deve identificar x por acreditar que o falante produz f com a intenção de ver x reconhecida por a .

Essa reflexividade no reconhecimento das intenções comunicativas – prossegue o argumento de Bach – é algo que não acontece com a informação contextual de tipo meramente semântico, já que essa informação fica operativa dada uma elocução particular, independentemente das intenções comunicativas do falante e do respectivo reconhecimento por parte do ouvinte ou interlocutor. Ilustrativa deste fenómeno é uma passagem de [Barwise and Perry, 1983]:

«[...] even if I am fully convinced that I am Napoleon, my use of “I” designates me, not him. Similarly, I may be fully convinced that it is 1789, but it does not make my use of “now” about a time in 1789».¹⁰⁷

A dissociação “asséptica” entre *informação semântica* e *informação pragmática*, extraíveis por diferentes mecanismos de interpretação aplicados a uma mesma elocução, pode ser impugnada a partir de várias plataformas ou esquemas argumentativos, como o demonstram os diferentes argumentos contextualistas analisados ao longo desta dissertação. Porém, aquilo que é decisivo para o argumento do MSPM é a afirmação de que o conteúdo do que é dito [*what is said*] por um falante numa elocução de uma frase-tipo

¹⁰⁷ In BARWISE AND PERRY, 1983, *Situations and Attitudes*, 148.

exclui qualquer tipo de informação que seja determinada pela respectiva intenção comunicativa – de outra forma, o putativo conteúdo puramente semântico da elocução seria refém de algum tipo de processo pragmático.

Uma das objecções correntes a esta dissociação entre tipos de informação é identificada pelo próprio Bach como a “Objecção Proposicional”. De acordo com essa objecção, o *what is said* ou conteúdo semântico puro de uma elocução deve ser uma proposição ou pensamento completos. Já explorámos, no ponto anterior, o fenómeno da *incompletude semântica* e começámos mesmo este último ponto da presente dissertação com a mais forte posição do MSPM (que aliás está definida no nome sumário que atribuímos a esta proposta de distinção Semântica/Pragmática): *o conteúdo semântico puro de uma elocução não tem de corresponder a uma proposição completa*, nem mesmo mínima. Constatámos que frases sintacticamente bem formadas, como (5) e (6), são semanticamente incompletas e necessitariam de expansão de conteúdos para determinar um conteúdo proposicional. Mas, alega Bach, mesmo essas frases semanticamente incompletas, proferidas em actos de elocução determinados, podem ser indirectamente descitadas, sem que a respectiva descitação seja incongruente. Num contexto de descitação CD, um falante pode mencionar uma elocução de (5) ou de (6), sem os respectivos complementos proposicionais em 5(a) e 6(a), assumindo que as versões simples foram proferidas pela Sílvia.

No CD, o falante diria:

5CD: A Sílvia disse que o João e a Joana estavam prontos.

6CD: A Sílvia disse que a Joana se casou em primeiro lugar.

O MSPM defende-se da Objecção Proposicional afirmando que, se 5CD e 6CD são possíveis sem incongruência, então o conteúdo semântico puro de uma elocução não tem de ser uma proposição completa.

Outras duas objecções à adscrição teórica de um conteúdo semântico puro a elocuições são analisadas e descartas pelo MSPM: a “Objecção Psicológica” e a “Objecção Intuitiva”.

A “Objecção Psicológica” é desenvolvida por Recanati. De acordo com esta objecção à adscrição de um *conteúdo semântico puro* a elocuições de frases-tipo, tal conteúdo não terá nenhuma funcionalidade psicológica no processamento da informação veiculada

num acto de elocução determinado, a menos que possa ser um conteúdo identificado pelo ouvinte ou interlocutor *antes* da respectiva inferência quanto à intenção comunicativa do falante.

No ponto **3.** desta dissertação analisámos os diferentes tipos de processos pragmáticos de interpretação defendidos por Recanati. A distinção fundamental para o presente ponto da discussão é a separação entre *processos pragmáticos primários* e *processos pragmáticos secundários*. Os processos pragmáticos primários servem à extracção do primeiro conteúdo proposicional *psicologicamente relevante* para um ouvinte, interlocutor ou intérprete num acto de elocução. Os processos pragmáticos secundários são processos inferenciais que tomam como *input* o primeiro conteúdo proposicional psicologicamente relevante: dizem respeito à extracção de implicaturas ou de conteúdos indirectamente veiculados num acto de elocução em geral. Para que um processo pragmático secundário fique operativo, uma primeira intervenção de processos pragmáticos primários tem de ter tido lugar no percurso interpretativo, disponibilizando um conteúdo proposicional. Uma vez que o primeiro conteúdo proposicional a que ouvinte ou intérprete têm acesso no processo interpretativo pode não ser o conteúdo semanticamente puro (ou mínimo) que o MSPM quer conservar na teoria, a preservação desse tipo de conteúdo é rejeitada por Recanati, por não ter entidade psicológica no processo de interpretação de elocuições.

O MSPM rejeita a objecção psicológica com base na concessão de que o suposto conteúdo semanticamente puro *pode não ser proposicional*, se a elocução sob análise constituir um exemplo de “incompletude semântica”. Bach afirma ainda que essa objecção ignora uma distinção entre a interpretação puramente semântica de uma elocução que pode não expressar um conteúdo proposicional P e a “inferência” do ouvinte ou intérprete de que o falante quis dizer P.

Com base no seu próprio quadro teórico o MSPM defende que, uma vez que elocuições de frases-tipo semanticamente incompletas passam o teste das descitações, não há incongruência na atribuição do putativo conteúdo semanticamente puro e os processos pragmáticos de interpretação só começam *depois* dessa atribuição, ou seja, quando ouvinte ou intérprete descodificam o conteúdo semanticamente puro e *(possivelmente) incompleto* de uma elocução *mediante a qual o falante quis dizer o conteúdo completo* P. Claro que os processos pragmáticos de interpretação de Bach não têm na teoria um lugar homólogo aos processos pragmáticos de interpretação de Recanati – porque Recanati rejeita a estipulação de um “conteúdo semanticamente puro” ou mínimo.

Para o MSPM, o cancelamento da Objecção Psicológica depende de tornar essa objecção ilegítima ou irrelevante na preservação do conteúdo semanticamente puro a adscriver às elocuições. Bach defende-se do argumento anti-minimalista de Recanati afirmando que aquilo que ouvinte ou intérprete façam para interpretar a elocução de um falante, adscribendo-lhe um determinado escopo de intenções comunicativas, *é irrelevante para a determinação daquilo que o falante disse literalmente* (tal como essa determinação se efectiva nos testes das descitações). Se o conteúdo semanticamente puro da elocução de um falante não tiver substância psicológica no processo interpretativo pragmático, alega Bach, tudo o que isso mostra é que ouvinte ou intérprete podem *inferir* o conteúdo efectivamente comunicado pelo falante *antes* de identificar o que o falante disse (note-se como aqui os processos de inferência estão ou podem estar ao nível dos chamados “processos pragmáticos primários” de Recanati).

O MSPM defende uma noção puramente semântica do que é dito [*what is said*], contra a Objecção Psicológica, por um não-compromisso com a ordem temporal dos diferentes níveis do processo interpretativo de elocuições. O conteúdo semanticamente puro – defende o MSPM – constitui informação disponível para o ouvinte ou intérprete no processo de adscrição de intenções comunicativas ao falante, independentemente de como essa informação é explorada e mesmo se constituir apenas o nível de informação implicitamente assumida como irrelevante na determinação do que o falante quis dizer com o que disse.

A “Objecção Intuitiva” à estipulação de um conteúdo semanticamente puro afirma que este tipo de conteúdo não respeita intuições comuns de falantes competentes de uma determinada língua natural sobre a verdade ou falsidade de elocuições. Por exemplo, uma elocução da frase-tipo (7)

7. Eu não tomei banho.

Será verdadeira se o falante que profere (7) não tiver tomado banho no dia da elocução; porém, numa interpretação semanticamente pura ou literal a elocução será falsa se o falante *alguma vez na sua vida* tiver tomado um banho.

O MSPM defende-se desta objecção afirmando que *aquilo que o falante quer dizer* ao proferir (7) é verdadeiro se o falante não tiver tomado banho no dia da elocução – porém, essa versão expandida do conteúdo semanticamente puro de (7) contém a “qualificação

implícita” do advérbio de tempo “hoje”.¹⁰⁸ Ainda que essa “qualificação implícita” do conteúdo literal da elocução não seja computada na determinação do conteúdo semanticamente puro de (7), o MSPM reconhece plausibilidade a esta objecção, na medida em que a qualificação implícita pode ser concomitante à descodificação do significado literal da frase e dada uma concepção de Semântica que privilegia os juízos intuitivos de falantes e intérpretes na determinação das condições de verdade de elocuções.

Mas o contra-argumento de Bach prossegue a partir da seguinte observação:

«It is the central aim of semantics to account for semantic facts, not intuitions.» [Bach, 2001, 26].

À medida da esquizoidia da sua proposta de dissociação Semântica/ Pragmática, o MSPM vai argumentar que, muito embora as intuições linguísticas dos falantes sejam relevantes para a determinação das condições de verdade das elocuções, essas intuições ou “juízos intuitivos” são mais relevantes para a obtenção das “condições de verdade intuitivas” das elocuções – a partir de informação de tipo pragmático, mormente de conteúdos *implícitos* em elocuções de frases-tipo – do que para a obtenção das “condições de verdade literais” ou semanticamente puras das frases proferidas.

Bach aduz mais duas considerações contra a “Objecção Intuitiva”: 1) defende que as intuições dos falantes são importantes ao nível da inferência dos *conteúdos comunicados* por elocuções, mas não na determinação do *conteúdo literal* ou semanticamente puro das mesmas; 2) defende que a plausibilidade ou implausibilidade das intuições dos falantes podem ser aferidas pelo teste griceano para cancelar implicaturas conversacionais.

Para justificar 1) Bach afirma que, no curso normal da comunicação entre interlocutores, falantes e ouvintes não focam o desempenho interpretativo no conteúdo semântico (puro) das frases proferidas e ouvidas. Numa plataforma comunicativa não-teórica os interlocutores estariam concentrados naquilo que está a ser comunicado e não naquilo que está a ser dito (posição que cria uma certa perplexidade, já que de acordo com o próprio MSPM, aquilo que é comunicado tem por base ou *input* aquilo que é dito). Para além disso, não lhes é normalmente requerido que distingam informação semântica de informação não-semântica, o que não os torna necessariamente cegos a essa distinção.

¹⁰⁸ Note-se que, assim, também ao nível da determinação das condições de verdade de uma elocução o conteúdo semanticamente puro defendido pelo MSPM pode não ser relevante; já vimos como o mesmo pode acontecer quanto à determinação de um conteúdo proposicional.

Para reforçar esta última ideia e justificar 2), Bach propõe que exploremos as intuições de falantes competentes de uma língua natural, expondo-os ao teste griceano para cancelar implicaturas, que servirá agora para distinguir aquilo que é dito daquilo que não é dito (em termos semanticamente puros), mas que está apenas *implícito* na elocução.

Voltamos a uma elocução simples da frase-tipo de (1) e a uma versão *expandida* dos conteúdos implícitos na mesma, repetimos o teste para (7) e perguntamos a falantes competentes de uma língua natural como o Português se notam diferenças entre os dois tipos de versão.

1. O João e a Joana casaram-se.

1. (ex.) O e a Joana casaram-se [*um com o outro*].

7. Eu não tomei banho.

7. (ex.) Eu não tomei banho [*hoje*].

Claro que o MSPM intenciona esta como uma questão retórica e dá por suposto que todo e qualquer falante competente de Português – não maculado pelo contacto com a Filosofia da Linguagem – acentuará as diferenças entre os dois pares de elocuções.

*

As objecções e refutações às objecções supra-analisadas, quanto à adscrição de um conteúdo semanticamente puro a elocuções de frases-tipo, não nos interessam tanto no âmbito da presente dissertação como identificar a *lacuna fundamental* do próprio MSPM. Essa identificação, ao recusar em bloco esta versão alternativa de anti-proposicionalismo semântico, deixará todo o espaço de razões ao Quadro Pragmático.

O MSPM não descarta a primeira definição de Semântica que apresentámos em 4.1 – se faz algo é reforçá-la. Quer dizer, para o MSPM, uma teoria semântica para uma linguagem descodifica e analisa a informação literal disposta por elocuções de frases-tipo¹⁰⁹ formuláveis naquela, e esse tipo de informação, mesmo quando não é proposicional (o que

¹⁰⁹ «Semantic information is information encoded in what is uttered – these are stable linguistic features of the sentence – together with any extra linguistic information that provides semantic values to context-sensitive expressions in what is uttered», In BACH, K., “You don’t say?”, *Synthese* 128, 2001, 22.

justifica falar-se em “Minimalismo sem Proposições Mínimas”), constitui o *input* para o conteúdo proposicional e vero-condicionalmente avaliável ao nível daquilo que é comunicado por um falante num acto de elocução. Mesmo quando este segundo nível de conteúdo, *output* do “conteúdo puramente semântico” que Bach nos recomenda vivamente a manter na teoria, é o resultado da intervenção de processos pragmáticos, o MSPM traça o percurso de interpretação de elocuções com vista à *obtenção de um conteúdo proposicional com condições de verdade*. O putativo “conteúdo semanticamente puro” de uma elocução pode não ser um conteúdo proposicional – mas sê-lo-á o *conteúdo comunicado* pela dita elocução, expansão ou complementação intencional do primeiro, susceptível à adscrição de um valor de verdade.

Estas díades (conteúdo semanticamente puro/ conteúdo comunicado; conteúdo (possivelmente) não-proposicional/ conteúdo proposicional) não são apenas incompatíveis com o Quadro Pragmático. *São incompatíveis consigo mesmas*, ao nível das respectivas definições e, portanto, constituem uma *lacuna fundamental* dentro do próprio quadro do MSPM.

Porque o MSPM postula “um conteúdo semanticamente puro” *para elocuções*, como a informação codificada na frase proferida, que não tem absolutamente que ter em conta as intenções comunicativas do respectivo falante, é a esquizoidia Semântica-Pragmática do Minimalismo sem Proposições Mínimas que está em auto-contradição. Não existe um “conteúdo semanticamente puro de elocuções”, porque uma *elocução é uma frase-tipo proferida por um falante* e a mera definição de “elocução” incorpora a informação “frase-tipo proferida por um falante” – não há conteúdo semântico puro extraível de uma entidade linguística que só existe na medida em que é *pragmática*.

Em 4.1 expusemos duas definições não redutíveis de Pragmática, que agora devemos recuperar para fechar uma rejeição do MSPM:

*A primeira definição de Pragmática afirma que a Pragmática diz respeito aos fenómenos linguísticos não abordados pela Fonologia, nem pela Sintaxe nem pela Semântica. A **segunda definição** afirma que aquela corresponde ao estudo das propriedades das palavras dependente do facto destas terem sido proferidas ou de terem despoletado determinadas reacções, sob determinadas condições.*

A segunda definição de Pragmática *é a adoptada pelo MSPM*. (*Vide* Bach, 2001, 22: «Pragmatic information is information that arises from an actual act of utterance»). Ora, se o quadro teórico a que chamámos Quadro Pragmático afirma que, adoptando qualquer uma das duas definições não redutíveis de Semântica propostas em 4.1. e a segunda definição de Pragmática, todas as questões semânticas são questões pragmáticas e se o MSPM argumenta sempre a partir de uma *utterance based approach* para discutir questões de conteúdo e de condições de verdade de frases-tipo *proferidas* por falantes competentes de uma língua natural, a respectiva proposta de dissociação Semântica/ Pragmática incorre na *lacuna fundamental* de pretender não entrecruzar conteúdos semânticos com conteúdos pragmáticos e ainda *adscrever conteúdos semanticamente puros* a entidades linguísticas “dependentes do facto destas terem sido proferidas ou de terem despoletado determinadas reacções, sob determinadas condições”.

CONCLUSÃO

A presente dissertação construiu a defesa e justificação argumentativas de uma *posição contextualista* sobre a interpretação de elocuções de frases de uma língua natural contra um “opositor” facilmente identificável: o Minimalismo Semântico.

O defensor do Minimalismo Semântico pode concentrar a sua posição mais vinculativa numa definição ultra-simplificada do respectivo quadro teórico, a saber: o contexto extra-linguístico em que uma frase de uma língua natural como o Português é ou pode ser proferida tem um efeito *mínimo* sobre o respectivo conteúdo semântico e esse conteúdo não é mais do que a proposição comum a todas as elocuções da frase sob análise. No CAPÍTULO 2 vimos ser esta a posição defendida por Cappelen e Lepore em *Insensitive Semantics*.

Mas há apologias do Minimalismo Semântico que são mais detalhadas e, por isso, mais restritivas. Ao reivindicar para o seu quadro a descodificação e análise formais do conteúdo semântico de frases e espécimes de frases de uma língua natural, o defensor do Minimalismo pode querer implementar o lugar exacto da fronteira entre Semântica e Pragmática. No último ponto da dissertação vimos como este constitui um dos principais fitos teóricos daquilo a que chamámos o Minimalismo sem Proposições Mínimas.

Não é verdade que exista um ponto de apoio comum a todas as posições teóricas auto-proclamadas “minimalistas”. A confirmar algumas divergências, comparemos duas definições apologistas de Minimalismo Semântico:

«Semantic Minimalism is an attempt to answer two questions: “what counts as *semantic content*?” and “what work does semantic content do?”. The answer the theory gives to both questions is minimal (hence the name): first, semantic content is exhausted by the contributions made by the syntactic constituents of a sentence together with their mode of composition. Second the role played by this kind of content is much more constrained than is often supposed. [...] Specifically, minimalism holds that it is not possible for features of the context of utterance to permeate semantic content unless their presence is demanded by something at the syntactic level. Furthermore, the syntactic elements which can trigger

pragmatic *intrusion*¹¹⁰ are themselves limited to unarguably context-sensitive elements, such as words like “here” and “now”. Thus Minimalism is not the thesis that semantic content is context-invariant, but that contextual infiltration of semantics is very limited».¹¹¹

«The idea motivating Semantic Minimalism is simple and obvious: The semantic content of a sentence S is the content that all utterances of S share. It is the content that all utterances of S express no matter how different their contexts of utterance are. It is also the content that can be grasped and reported by someone who is ignorant about the relevant characteristics of the context in which an utterance of S took place. The minimal proposition cannot be characterized *completely* independently of the context of utterance. Semantic Minimalism recognizes a small subset of expressions that interact with contexts of utterance in privileged ways; we call these the *genuinely context sensitive expressions*. When such an expression occurs in a sentence S, all competent speakers know that they need to know something about the context of utterance in order to grasp the proposition semantically expressed by that utterance of S, and to recognize the truth conditions of its utterance. These context sensitive expressions exhaust the extent of contextual influence on semantic content.»¹¹²

É facilmente constatável que as duas definições apologistas de Minimalismo Semântico têm pontos de encontro óbvios, mas também que caracterizam de maneiras não-redutíveis aquilo que é suposto ser a mesma proposta teórica (pelo menos tendo em conta que as duas definições definem algo com o mesmo nome).

Enquanto a primeira definição apologista (de Emma Borg) está focada na restrição de um conteúdo semântico que é decalcado da estrutura sintáctica da frase, afirmando que a resposta que o Minimalismo Semântico tem para oferecer a esse processo de restrição é *mínima*; a segunda definição insiste na disponibilização de *um conteúdo semântico mínimo*, transversal a todas as elocuções, actuais ou possíveis, de uma mesma frase-tipo e completamente independente dos respectivos contextos de elocução, salvaguardado o subconjunto de expressões “genuinamente sensíveis ao contexto”.

No último ponto da dissertação analisámos ainda uma outra posição minimalista, que se aproxima das duas definições apologistas supracitadas, na medida em que rejeita

¹¹⁰ O itálico é meu.

¹¹¹ Vide BORG, E., (2009), “Semantic Minimalism”. In *The Pragmatics Encyclopedia*, ed. L. Cummings. Routledge. 423-5.

¹¹² In CAPPELEN E LEPORE, *Insensitive Semantics*, 143.

qualquer intervenção do contexto conversacional ou de elocução para obter o “conteúdo semântico puro” de uma frase proferida, mas se demarca das duas definições na concessão de que esse mesmo conteúdo não tem por que ser um conteúdo proposicional.

Mas este corpo teórico de posições com fronteiras não estanques foi “o opositor comum” da dissertação e sobre ele discutimos o que queríamos discutir.

No último capítulo desta dissertação assumimos um passo decisivo para a consolidação de um argumento contextualista forte e original. Detectando a “lacuna fundamental” da única posição minimalista que tem uma superfície de intersecção com o espectro contextualista – nomeadamente com o Ocasionalismo –, porquanto rejeita qualquer forma de Proposicionalismo, libertámos o espaço de razões para aquilo a que chamámos o “Quadro Pragmático”.

O Quadro Pragmático constitui o enquadramento de uma forma radical de contextualismo que destaca uma ideia de J.L.Austin¹¹³: só podemos falar em “verdade” ou “falsidade” das *palavras* e *frases* de uma linguagem na medida em que uma menção a espécimes das últimas remeta para um “evento histórico”, quer dizer, para um acto de elocução de um falante ou falantes ante e para uma audiência, como uma situação histórica determinável.

Ora bem: este cenário está nos antípodas de qualquer tipo de teoria do significado para uma linguagem ou língua natural na qual as condições de verdade das frases que se podem formular dentro da linguagem em questão são determináveis pelo conhecimento dos significados dos respectivos vocábulos ou primitivos semânticos, sua disposição gramatical e correcta articulação sintáctica.

Defender o Quadro Pragmático implica aceitar que as questões sobre a verdade e falsidade das frases (pelo menos das frases em forma declarativa) formuláveis dentro de uma língua natural como o Português não surgem ao nível das expressões dessa linguagem – nem simples nem articuladas –, mas só ao nível dos vários “eventos históricos” que são *actos de elocução* por falantes competentes da língua em questão.

Por outro lado, se são os eventos históricos constituídos por actos de elocução a despoletar questões de verdade ou falsidade, então também as condições para a verdade

¹¹³ «We may, however, genuinely say “His closing words were very true” or “The third sentence on page 5 of his speech is quite false”: but here “words” and “sentence” refer, as is shown by the demonstratives, which in this usage consistently accompany them, to the words or sentence *as used by a certain person on a certain occasion*. That is they refer to *statements*. A statement is made and its making is an historic event, the utterance by a certain speaker or writer of certain words (a sentence) to an audience with reference to an historic situation, event or what not». In J.AUSTIN, “Truth”, in *Philosophical Papers*, OUP, 119.

das elocuições são reféns das circunstâncias, do modo ou da ocasião em que uma elocução pode ter lugar enquanto “evento histórico”.

Enquadrada pelas circunstâncias, pelo modo e *ocasião* em que é proferida, numa elocução de uma frase os contributos de significado de cada uma das suas partes simples para o significado da frase proferida como um todo são ou podem ser diferentes dos mesmos contributos para outro evento histórico de elocução da mesma frase. Analisámos em profundidade este desafio a um Princípio de Composicionalidade entendido *à la Frege* logo no CAPÍTULO 1 da dissertação, ao explorar a ameaça à relação lógica de designação operada pelas *Investigações Filosóficas*.

Variações no valor ou contributo de significado das partes constituintes de uma frase em diferentes actos de elocução não são apenas possíveis, ao abrigo do Quadro Pragmático; são *constatáveis* pelos testes a que submetemos elocuições enquadradas por diferentes contextos, de onde emergiu o requisito interpretativo da especificação de *entendimentos* para as expressões simples de frases proferidas em diferentes actos de elocução.

O Quadro Pragmático não deixa espaço de justificação para nenhum tipo de concepção *minimalista* sobre o conteúdo das frases ou das elocuições de frases de uma língua natural, tal como foram acima recapituladas e diferenciadas.

A posição contextualista forte a que se chegou pela estrutura argumentativa desta dissertação não é compatível com nenhuma forma de Minimalismo Semântico que conhecemos. Nem para fixar condições de verdade *mínimas*, nem para a determinação de significados ou *proposições mínimas* ou para uma separação *mínima* da estrutura sintáctica da frase no processo de extracção do respectivo conteúdo semântico em actos de elocução e muito menos para a estipulação de uma linha de fronteira estanque entre Semântica e Pragmática, baseada na preservação de um “conteúdo semântico puro”, o Quadro Pragmático deixa espaço.

Aquilo que o significado das palavras e das frases de uma língua natural serve não é a expressão de *partes de um pensamento*, no primeiro caso, ou de *um pensamento completo*, no segundo. Reféns dos eventos históricos que são os diferentes actos de elocução, nem as *palavras* nem as *frases* têm significados determinados fora de todo e qualquer evento. Os respectivos significados eventuais ou locais tornam-nas partes de meios e meios, respectivamente, para expressar diferentes pensamentos em diferentes “eventos históricos”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (a) Neste compêndio de Referências Bibliográficas serão incluídas, não apenas as obras de consulta directa para a elaboração da presente dissertação, como também outras referências incontornáveis numa investigação do tema sob análise.
- (b) Em casos de livros formados por um conjunto de ensaios ou artigos, aqueles que tiverem sido mais explicitamente relevantes para a presente dissertação serão directamente citados, para além da referência à obra completa em que se incluem.

Austin, J.L., 1962, *How to do Things with Words*, Oxford: Oxford University Press.

Austin, J.L., 1950, “Truth”; in *Philosophical Papers*, 3ª Ed., Oxford: Oxford University Press, 117-33.

Bach, K., 1987, *Thought and Reference*, Oxford: Oxford University Press.

Bach, K., 1987, “On Communicative Intentions: A Reply to Recanati”, in *Mind and Language* 2, 141-54.

Bach, K., 1994, “Conversational Implicature”, in *Mind and Language* 9, 124-62.

Bach, K., 1999, “The Semantics-Pragmatics Distinction: What it is and Why it Matters”, in Ken Turner (ed.), *The Semantics-Pragmatics Interface from Different Points of View*, Elsevier, Oxford, 65-84.

Bach, K., 2001, “You don’t Say?”, in *Synthese* 128, 15-44.

Bach, K., 2005, “Context *ex machina*”, in Z.Szabó (Ed.), *Semantics vs. Pragmatics*. Oxford: Clarendon Press, 15-44.

Bach, K. and **Harnish, M.**, 1979, *Linguistic Communication and Speech Acts* (MIT Press).

Barwise, J. and **Perry, J.**, 1983, *Situations and Attitudes* (MIT Press).

Bezuidenhout, A., 1997, “Pragmatics, Semantic Underdetermination, and the Referential/Attributive Distinction”, in *Mind* 106, 375-409.

- Blackmore, D.**, 1992, *Understanding Utterances: An Introduction to Pragmatics*. Oxford: Blackwell.
- Borg, E.**, 2004, *Minimal Semantics*, Oxford: Oxford University Press.
- Borg, E.**, 2005, "Saying What You Mean: unarticulated constituents and Communication", in R. Elugardo and R. Stainton (Eds.), *Ellipsis and Non-sentential Speech*. Dordrecht: Kluwer. 237-62.
- Borg, E.**, 2009, "Semantic Minimalism", in *The Pragmatics Encyclopedia*, Ed. L. Cummings, Routledge. 423-5.
- Borg, E.**, 2010, "Minimalism and the content of the Lexicon", in *Meaning and Context*, Ed. L. Baptista and E. Rast. Bern: Peter Lang, 51-78.
- Bridges, J.**, 2008, "Wittgenstein vs. Semantic Contextualism", in *Wittgenstein's Philosophical Investigations: a Critical Guide*, A.M. Ahmed (Ed.), Cambridge: Cambridge University Press.
- Cappelen, H. and Lepore, E.**, 1997, "On an Alleged Connection between Indirect Speech and the Theory of Meaning", in *Mind and Language* 12, 278-96.
- Cappelen, H. and Lepore, E.**, 2005, *Insensitive Semantics*, Oxford: Basil Blackwell.
- Cappelen, H. and Lepore, E.**, 2005, "A Tall Tale in Defense of Semantic Minimalism and Speech Act Pluralism", in G. Preyer and G. Peter (Eds.), *Contextualism in Philosophy*, Oxford: Oxford University Press, 197-220.
- Carston, R.**, 1988, "Implicature, Explicature, and Truth-Theoretic Semantics", in Ruth Kempson (Ed.), *Mental Representations: The Interface between Language and Reality*, Cambridge: Cambridge University Press, 155-81.
- Carston, R.**, 2002, *Thoughts and Utterances: The Pragmatics of Explicit Communication*, Oxford: Blackwell.
- Clark, H.**, 1992, *Arenas of Language Use*, Chicago: The University of Chicago Press.
- Dascal, M.**, 1981, "Contextualism", in Herman Parret, Marina Sbisa and Jeff Verschuere (Eds.), *Possibilities and Limitations of Pragmatics*, Benjamins, 153-77.
- Davidson, D.**, 1984, *Inquiries into Truth and Interpretation*, Oxford: Clarendon Press.
- Davidson, D.**, 1984, "Truth and Meaning", in *Inquiries into Truth and Interpretation*, 17-36.

- Donnellan, K.**, 1966, “Reference and Definite Descriptions”, reimpresso em Martinich 2001, pp. 247-259.
- Fodor, J.** and **Lepore, E.**, 2002, *The Compositionality Papers*, Oxford: Oxford University Press.
- Frege, G.**, 1882, *Die Grundlagen der Arithmetik*. <http://www.ac-nancy-metz.fr/enseign/phil/textes/ph/Frege.pdf>
- Frege, G.**, 1891, “Funktion und Begriff”, in G.Patzig (Ed.), *Funktion, Begriff, Bedeutung*, Göttingen: Vandenhoeck&Ruprecht, 1962, 18-39.
- Frege, G.**, 1892, “Über Begriff und Gegenstand”, in G.Patzig (Ed.), *Funktion, Begriff, Bedeutung*, Göttingen: Vandenhoeck&Ruprecht, 1962, 66-80.
- Frege, G.**, 1892, “Über Sinn und Bedeutung”, in Mark Textor (Ed.), *Funktion, Begriff, Bedeutung*, Göttingen: Vandenhoeck&Ruprecht, 2002.
- Frege, G.**, 1918, “Der Gedanke”, *Beiträge zur Philosophie des deutschen Idealismus*, 2. 58-77.
- Grice, P.**, 1989, *Studies in the Way of Words*, Harvard University Press.
- Grice, H. P.**, 1975, “Logic and Conversation”, reimpresso em Martinich 2001, pp. 165-175.
- Grice, H. P.**, 1957, “Meaning”, reimpresso em Martinich 2001, pp. 92-97.
- Kaplan, D.**, 1989, “Demonstratives”, in J. Almog, J. Perry, H. Wettstein (Eds.), *Themes from Kaplan*, Oxford: Oxford University Press, 481-563.
- Kripke, S.**, 1980, *Naming and Necessity*, Oxford: Blackwell.
- Kripke, S.**, 1982, *Wittgenstein on Rules and Private Language*, Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- Levinson, S.**, 1983, *Pragmatics*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Lewis, D.**, 1970, “General Semantics”, in *Synthese* 22, 18-67.
- Lewis, D.**, 1975, “Languages and Language”, reimpresso em Martinich 2001, pp. 562-580.

- Lycan, W.**, 2000, *Philosophy of Language: a contemporary Introduction*, London, New York: Routledge.
- Martinich, A. P.** (ed.), 2001, *The Philosophy of Language*, 4^a ed., New York: Oxford University Press.
- Moore, G.E.**, 1954, "Wittgenstein's Lectures in 1930-33", *Mind*, 63; reimpresso em *Philosophical Papers*, London: George Allen&Unwin, 1959, 247-318; in J. C. Klagge and A. Nordmann Indianapolis and Cambridge: Hackett, 1993, 46-114.
- Perry, J.**, 1993, *The Problem of the Essential Indexical and Other Essays*, Oxford: Oxford University Press.
- Perry, J.**, 1993, "Thought without Representation", in *The Problem of the Essential Indexical and Other Essays*, Oxford: Oxford University Press, 205-25.
- Perry, J.**, 1998, "Indexicals, Contexts and Unarticulated Constituents", Stanford: CSLI Publications.
- Potter, M.**, 2009, *Wittgenstein's Notes on Logic*, Oxford: Oxford University Press.
- Predelli, S.**, 2005, *Contexts: Meaning, Truth, and the Use of Language*, Oxford: Oxford University Press.
- Putnam, H.**, 1975, "The Meaning of "Meaning"", in *Philosophical Papers*, vol.2: *Mind, Language and Reality*, Cambridge: Cambridge University Press, 215-71.
- Quine, W.v.O.**, 1961, "Two Dogmas of Empiricism", in *From a Logical Point of View*, New York: Harper and Row, 20-46.
- Quine, W.v.O.**, 1960, *Word and Object*, Cambridge, Mass.: M.I.T. Press.
- Recanati, F.**, 1989, "The Pragmatics of What is Said", in *Mind and Language* 4, 295-329.
- Recanati, F.**, 1994, "Contextualism and Anti-Contextualism in the Philosophy of Language", in Savas Tsohatzidis (ed.), *Foundations of Speech Act Theory: Philosophical and Linguistic Perspectives*, Routledge, 156-66.
- Recanati, F.**, 1998, "Pragmatics", in *The Routledge Encyclopedia of Philosophy*, vol.7, 620-33.
- Recanati, F.**, 2004, *Literal Meaning*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Recanati, F.**, 2005, "Literalism and Contextualism: Some Varieties", in G. Preyer and G. Peter (Eds.), *Contextualism in Philosophy*, Oxford: Oxford University Press, 171-96.
- Recanati, F.**, 2006, "Crazy Minimalism", in *Mind and Language*, 21, 21-30.

- Recanati, F.**, 2007, *Perspectival Thought: A Plea for (Moderate) Relativism*, Oxford: Oxford University Press.
- Recanati, F.**, 2010, *Truth-Conditional Pragmatics*, Oxford: Oxford University Press.
- Russell, B.**, 1905, “On Denoting”, reimpresso em Martinich 2001, pp. 212-220.
- Russell, B.**, 1919, “Descriptions”, reimpresso em Martinich 2001, pp. 221-227.
- Russell, B.**, 1957, “Mr. Strawson on Referring”, reimpresso em Martinich 2001, pp. 243-246.
- Sainsbury, R.M.**, 2002, *Departing From Frege: Essays in the Philosophy of Language*, London, New York: Routledge.
- Salmon, N.**, 1986, *Frege’s Puzzle*, Cambridge, Mass.: Bradford Books, MIT Press.
- Searle, J. R.**, 1975, “Indirect Speech Acts”, reimpresso em Martinich 2001, pp. 176-189.
- Szabo, Z.G.**, 2005 (Ed.), *Semantics vs. Pragmatics*, Oxford: Clarendon Press.
- Soames, S.**, 2002, *Beyond Rigidity: The Unfinished Agenda of “Naming and Necessity”*, Oxford: Oxford University Press.
- Soames, S.**, 2010, “Kaplan on Direct Reference and Indexicality”, in *Philosophy of Language*, Princeton: Princeton University Press.
- Sperber, D. and Wilson, D.**, 1986, *Relevance: Communication and Cognition*, Oxford: Blackwell.
- Stalnaker, R.**, 1999, *Context and Content*, Oxford: Oxford University Press.
- Stanley, J.**, 2007, *Language in Context: Selected Essays*, Oxford: Clarendon Press.
- Stanley, J.**, 2007, “Context and Logical Form”, in *Language in Context: Selected Essays* Oxford: Clarendon Press.
- Stanley, J. and Szabó, Z.**, 2006, “On Quantifier Domain Restriction”, in *Language in Context: Selected Essays*, Oxford: Clarendon Press.
- Strawson, P. F.**, 1950, “On Referring”, reimpresso em Martinich 2001, pp. 228-242.
- Travis, C.**, 1975, *Saying and Understanding*, Oxford: Blackwell.

- Travis, C.**, 1989, *The Uses of Sense: Wittgenstein's Philosophy of Language*, Oxford: Clarendon Press.
- Travis, C.**, 2000, *Unshadowed Thought*, Harvard University Press.
- Travis, C.**, 2006, *Thought's Footing: Themes in Wittgenstein's Philosophical Investigations*, Oxford: Oxford University Press.
- Travis, C.**, 2008, *Occasion Sensitivity*, Oxford: Oxford University Press.
- Travis, C.**, 2008, "Pragmatics", in *Occasion Sensitivity*, 109-30; also in *A Companion to the Philosophy of Language*, Bob Hale & Crispin Wright (Eds.), Oxford: Basil Blackwell, 1997, 87-107.
- Travis, C.**, 2008, "Insensitive Semantics", in *Occasion Sensitivity*, 150-61; also in *Mind and Language*, 21, 2006, 39-49.
- Travis, C.**, 2008, "On Concepts of Objects", in *Occasion Sensitivity*, 253-71.
- Travis, C.**, 2010, "The Twilight of Empiricism", in *Objectivity and the Parochial*, Oxford: Oxford University Press, 89-108.
- Travis, C.**, 2010, "Psychologism", in *Objectivity and the Parochial*, Oxford: Oxford University Press, 109-136.
- Tversky, A.**, 1977, "Features of Similarity", in *Psychological Review* 84, 327-52.
- Wittgenstein, L.**, 1953, *Philosophische Untersuchungen*, Werkausgabe 1, Frankfurt, Suhrkamp, 1984.
- Wittgenstein, L.**, 1945-48, *Zettel*, Werkausgabe 8, Frankfurt, Suhrkamp, 1989.

